



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Fátima Patrícia Martins de Brito Azevedo
O Valor da *Ruína*

Trabalho realizado sob orientação do
Professor Arq. José Manuel Gigante
e co-orientação do
Professor Arq. João Nuno Gomes

Fátima Patrícia Martins de Brito Azevedo O Valor da *Ruína*

ULP | 2017



www.ulp.pt

Dezembro 2017



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Fátima Patrícia Martins de Brito Azevedo
O Valor da *Ruína*

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação defendida em provas públicas
na Universidade Lusófona do Porto no dia 11/12/2017,
perante o júri seguinte:

Presidente:
Prof. Doutor Pedro De Eça Ramalho

Vogais:
Prof. Arq. João Carlos Santos, Director-Geral do
Património Cultural (DGPC), na qualidade de Arguente

Orientador:
Prof. Arq. José Manuel Gigante

Dezembro 2017

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Patrícia Brito

Esta dissertação, que foi realizada para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura,
significa apenas mais um passo na minha vida.
Pois sou, e serei sempre, estudante de arquitetura.

Patrícia Brito

Ao Gigante, ao João Gomes e a João Mendes Ribeiro, o meu obrigado.
Sem a vossa disponibilidade, esta “viagem” não teria sido a mesma.

AGRADECIMENTOS

Podia perfeitamente, tratar-se do capítulo mais extenso do presente trabalho.

Aquele que parecia ser um projeto só meu, tornou-se o projeto de todos os que me rodeiam.

Resta-me agradecer a todos do fundo do meu coração, começando pela minha família...

Aos meus pais, por fazerem de mim a pessoa que sou hoje.

Também agradeço ao meu irmão, por ter acreditado sempre em mim e apoiado. Inspiraste-me com a tua força e determinação.

Finalmente, ao meu marido por nunca desistir de mim, nem de nós, fosse qual fosse a adversidade. Incondicionalmente, apoiaste-me e recomfortaste-me, e nunca me esquecerei disso.

Lembrarei para sempre os meus companheiros de turma, que partilharam este percurso comigo, e mesmo presenciando os meus chilikues, em especial o Rui e a Sthefany, fizeram tudo para me provar que não estava sozinha nesta jornada. Indiscutivelmente, sem a vossa amizade não teria sido a mesma coisa.

Por motivos de força maior, o nosso campeão Jorge não nos pôde acompanhar até aqui, contudo, um dia em que questioneei a minha capacidade para dar continuidade a este curso, numa só frase ensinou-me uma das maiores lições de vida.

Ensinou-me que vai mais longe o esforçado do que o dotado, e esta frase deu-me ânimo e esperança quando mais precisei, para conseguir chegar até aqui!

RESUMO

No âmbito do desenvolvimento de um exercício académico, exercício esse que passava pela realização de um projeto que albergasse as funções de um Lar Residencial, foi necessário fazer a avaliação da pré-existência, em estado de ruína, que se encontrava no lugar da intervenção.

O terreno em causa, situado junto ao Largo do Actor Dias na cidade do Porto, conservava ainda os vestígios da existência de três edifícios habitacionais. De forma a dar cumprimento ao mencionado exercício académico, fez-se a avaliação da ruína, com o objetivo de perceber até que ponto a mesma detinha valor suficiente à sua preservação, e até mesmo à sua eventual integração no novo projeto.

Avaliada a pré-existência, não se lhe reconheceu valor suficiente à sua preservação, pelo que a proposta para o local passou pela demolição da mesma. Contudo, esta não foi uma decisão tomada de forma despreocupada, pois foram muitas as interrogações e as dúvidas que surgiram, sobre se a demolição seria o caminho mais acertado para valorizar quer o terreno de intervenção, quer o quarteirão classificado como Área Histórica pelo Plano Diretor Municipal em vigor na cidade do Porto, sob o ponto da leitura do conjunto.

O fato destas interrogações e dúvidas, terem surgido durante um exercício académico de quinto ano, fez com que uma outra preocupação despoletasse interesse em aprofundar esta matéria - a conclusão do mestrado em arquitetura começava a aproximar-se, pelo que este exercício já enquanto profissional na área, poderia num futuro próximo assumir-se como uma realidade.

Uma vez que era provável, que estas questões já tivessem sido a preocupação de alguém, iniciou-se a pesquisa de todos os que já se tivessem pronunciado sobre esta problemática. Pelo que recolher e compilar as suas opiniões e escrever sobre elas, pareceu relevante sob o ponto de vista de que aumentaria assim a bibliografia disponível sobre a matéria em causa, facilitando cada vez mais a pesquisa por parte de quem detém iguais dúvidas e procura igualmente respostas.

Analisada a bibliografia encontrada, bem como os casos de estudos escolhidos, através quer da postura, quer das decisões tomadas pelo seu autor – João Mendes Ribeiro, foi-nos possível concluir que a chave para o sucesso de um projeto que visa a intervenção numa pré – existência, ainda que em estado de ruína, passa pela avaliação do lugar, da pré-existência quer sobre o ponto de vista histórico, quer arquitetónico, quer sob o ponto de vista da memória que aqueles vestígios representam, e essencialmente pelo bom senso na conjugação de todos estes fatores.

PALAVRAS-CHAVE: ruína, memória, *genius loci*, não-lugar, identidade.

ABSTRACT

In the scope of the development of a university exercise, exercise this that passed for the accomplishment of a project that lodged the functions of a Residential Home, was necessary to make the evaluation of the daily pre-existence, in ruin state, that if found in the place of the intervention. The land in cause, situated next to the plaza of the Actor Dias in the city of the Port, still conserved the vestiges of the existence of three residential buildings. Of form to give fulfilment to the mentioned university exercise, it became evaluation of the ruin, with the objective to perceive even though until point the same one withheld enough value to is preservation, and to is eventual integration in the new project.

Evaluated the daily pre-existence, if it did not recognize it enough value to is preservation, for what the proposal for the place passed for the demolition of the same one. However, this was not a taken decision of eased form, therefore the interrogations had been many and the doubts that had appeared, on if the demolition would be the way more made right to value want the intervention land, want the classified block as Historical Area for the Municipal Managing Plan in adhibition in the city of Porto, under the point of the reading of the set.

The fact of these interrogations and doubts, to have appeared during a university exercise of fifth year, made with that one another concern to trigger interest in deepening this substance - the conclusion of the master's degree in architecture started to come close itself, for what this professional exercise already while in the area, could in a next future be assumed as a reality.

Since it was probable that these issues had already been the concern of somebody, the research of all those who had already pronounced on this problem began. In order to gather and compile their opinions and write about them, it seemed relevant from the point of view that it would increase the bibliography available on the subject in question, making research easier for those who have the same doubts and also seeks answers.

Analyzing the bibliography found, as well as the case studies chosen, through both the posture and the decisions made by its author - João Mendes Ribeiro, it was possible to conclude that the key to the success of a project that aims at intervention in a pre-existence, even if in a state of ruin, passes through the evaluation of place, of pre-existence either on the historical or architectural point of view, or from the point of view of memory that these vestiges represent, and essentially by common sense in combination of all facts.

KEY WORDS: ruin, memory, *genius loci*, non-place, identity.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna;

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico;

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico;

IPPC – Instituto Português do Património Cultural;

PDM – Plano Diretor Municipal;

UNESCO – Acrônimo: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	19
Introdução e enquadramento do tema.....	19
Objetivos	25
Estado da arte	29
Metodologia	33
Estrutura de conteúdos.....	37
CAPÍTULO II – A RUÍNA.....	41
Ruína, definição.....	41
Ruína, enquanto património, enquadramento histórico nacional e internacional	45
Ruína, valor histórico e arquitetónico.....	63
Ruína, Genius Loci vs Não-Lugar	71
CAPÍTULO III – O PROJETO: LAR RESIDENCIAL PARA O LARGO DO ACTOR DIAS, PORTO	83
O Projeto: Lar Residencial para o Largo do Actor Dias, Porto.....	83
CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES	101
João Mendes Ribeiro, Um arquiteto... ..	101
João Mendes Ribeiro, várias intervenções.....	109
Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra	109

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu.....	117
Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra.....	129
Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra	137
Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra	151
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
ÍNDICE DE FIGURAS	173
LISTA DE ANEXOS	179
ANEXOS	181

*“A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens.
É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado,
aquelas que ainda estão bem vivas.”*

Le Cobusier

[Carta de Atenas de 1933, ponto 66 da 2ª versão publicada em 1941]

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Introdução e enquadramento do tema

Objetivos

Estado da Arte

Metodologia

Estrutura de conteúdos



Figura 1| Fotografia aérea do local de intervenção



Figura 2| Fotografia panorâmica da pré-existência e sua envolvente

A presente dissertação, foi realizada com o objetivo de obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. No âmbito do quinto ano do Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura do ano letivo 2016/2017, mais concretamente na disciplina de Projeto (5.1), foi lançado o desafio aos discentes de desenvolver o programa para um Lar Residencial, num terreno situado no Largo do Actor Dias, Porto.

Os discentes poderiam desenvolver o mencionado programa, através da escolha de uma das seguintes opções: Reabilitação, Edificação ou Desenho Urbano.

Na opção Reabilitação, o discente teria de desenvolver o programa dentro do limite azul (figura 1), e ter em consideração a pré-existência, ou seja, respeitar cérceas, vãos e alinhamentos, ainda vinculados pela ruína que se encontra no local (figura 2).

Os alunos que optassem por Edificação, poderiam escolher entre implantar o programa no terreno identificado a azul, ou noutro local, desde que a implantação do mesmo, se mantivesse dentro do limite assinalado a vermelho.

No que respeita à opção Desenho Urbano, os alunos em consonância com o docente, encontrariam um limite razoável para desenvolvimento de uma proposta urbana em que poderiam ser propostas volumetrias, quer para albergarem o Lar Residencial, quer qualquer outro equipamento ou serviço que entendessem por conveniente para a área em causa.

Não se optou por Desenho Urbano, pois tal opção não visava a componente de projeto, uma vez que ao nível de edificado, a proposta contemplaria apenas volumetrias.

Relativamente à opção Reabilitação, apesar do termo em causa no ramo da arquitetura, ser ainda um termo em constante definição, entende-se por reabilitação que a pré-existência a reabilitar tem potencial para tal. Entendeu-se portanto, que a pré-existência em estado de ruína, não detinha o valor necessário à aplicabilidade do termo reabilitação, pelo que tal opção deixou de fazer sentido. A opção escolhida foi então a de Edificação, sendo que faltava ainda tomar decisão respeitante ao local de implantação.

Após observação do terreno, do edificado envolvente, dos arruamentos, do largo, da Muralha Fernandina e suas torres, do viaduto, do fluxo do trânsito, dos habitantes, dos turistas, e da vivência

que todos estes elementos geram em torno daquele lugar, concluiu-se que o mais lógico seria implantar o Lar Residencial, no local assinalado a azul.

Esta decisão ganhou mais força ainda, quando na avaliação do conjunto do edificado, aquele era precisamente o local que mais carecia de ser valorizado e otimizado.

Ao avaliar a pré-existência, não se reconheceu qualquer valor àquela ruína, fosse ele sob o ponto de vista arquitetónico, histórico ou da nobreza dos materiais, que justificasse a sua preservação.

Urgia portanto, dar resposta a uma pergunta: O que é que atribuí valor a uma ruína?

Excetuando os casos em que legalmente não é possível tomar decisão contrária, o que é que leva um arquiteto a preservar uma ruína, e a fazer dela parte integrante de um novo projeto, quando pode simplesmente demoli-la?

Será que o gesto de preservar uma ruína, se prende com a necessidade do arquiteto em dotar um novo edifício de memória?

É a perguntas como estas, que se pretende dar resposta com o desenvolvimento do presente trabalho.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadramento e fundamentação do tema

Objetivos

Estado da Arte

Metodologia

Estrutura de conteúdos

Pretende-se com o desenvolvimento da presente dissertação, perceber qual é o valor da ruína. Quando e porquê, um arquiteto reconhece valor a uma pré-existência, ainda que esta se encontre em estado de ruína, seja ele sob o ponto de vista arquitetónico, histórico, nobreza dos materiais ou até mesmo sentimental, ao ponto de preservá-la e até mesmo em alguns casos, faze-la parte integrante de um novo projeto.

Uma vez que durante o desenvolvimento do processo do projeto para um Lar Residencial, em que se decidiu propor a demolição da pré-existência, surgiram inúmeras dúvidas relativamente à postura adotada, deparamo-nos com a necessidade de fazer um estudo aprofundado sobre a problemática em causa, recolhendo as diversas opiniões já produzidas e compilando-as, de forma a aumentar a bibliografia existente.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Introdução e enquadramento do tema

Objetivos

Estado da arte

Metodologia

Estrutura de conteúdos

No cumprimento de atingir o já descrito objetivo da presente dissertação, iniciou-se a pesquisa da literatura a que se teve acesso, tendo-se verificado a existência de trabalhos académicos no ramo da arquitetura, e de bibliografia que se debruçam sobre esta temática.

O estudo das ideologias de personalidades como Le Corbusier, Françoise Choay, Alois Riegl, Jean-Pierre Babelon, André Chastel, Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira, entre outros, foi imprescindível para absorver e interpretar conceitos como memória, identidade e património, bem como, as suas interpretações sobre o “lugar”. Foi precisamente ao aprofundar o conceito de “lugar” e de “não-lugar, que a pesquisa nos direcionou para outras personalidades, como Marc Augé e Norberg-Schulz.

Da análise da pré-existência sob o ponto de vista histórico, existem inúmeras cartas que foram sendo elaboradas ao longo dos tempos, e que demonstram o progressivo interesse do Homem em proteger os fragmentos do passado. Essas cartas consoante foram sendo redigidas, abordam cada vez, mais e novas formas de proteger os vestígios da história que chegaram até nós. Neste item deu-se especial destaque, de entre todas as existentes, à Carta de Atenas (1931), à Carta de Veneza (1964) e à Carta de Cracóvia (2000).

Para além das mencionadas cartas, foram surgindo outras “ferramentas” que visavam a preservação do património, e que pretendiam ainda tentar de alguma forma uniformizar procedimentos. Falamos de Convenções e Recomendações, mas não podemos deixar de frisar ainda o constante surgimento e atualização de regulamentação com o mesmo propósito, como por exemplo o Plano Diretor Municipal de cada cidade, adaptado às suas características e necessidades. O estudo e interpretação da documentação acima mencionada, foi imprescindível ao resultado aqui vertido.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadramento e fundamentação do tema

Objetivos

Estado da arte

Metodologia

Estrutura de conteúdos

A metodologia utilizada na realização deste trabalho, passou inicialmente pela pesquisa de bases de dados de dissertações, que cuja temática de alguma forma se relacionasse, com a mesma temática que aqui se pretende ver desenvolvida.

Foram ainda pesquisadas, referências bibliográficas, regulamentação e publicações de artigos em revistas e jornais, que contribuíssem de igual forma para tornarem este trabalho de investigação, o mais completo possível.

Após a compilação de toda a informação encontrada, e a sua respetiva organização, procedeu-se à análise da sua relevância para esta dissertação.

Posto isto, foi eleito um arquiteto, com manifesta obra no que diz respeito a intervenções em pré-existências, nomeadamente, em estado de ruína. Após seleção de algumas das suas obras, as mesmas foram analisadas com vista à reflexão da postura adotada pelo arquiteto, em cada um dos casos de estudo.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadramento e fundamentação do tema

Objetivos

Estado da arte

Metodologia

Estrutura de conteúdos

Este subcapítulo, destina-se a funcionar como um guia de leitura do presente trabalho, pelo que a sua leitura é imprescindível para compreender o conteúdo que cada capítulo e respetivo(s) subcapítulo(s) desenvolve(m).

No CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO, realizou-se a introdução e o enquadramento do tema escolhido – O Valor da *Ruína*, frisando também quais os objetivos que se pretende cumprir com a elaboração da presente dissertação, bem como, a metodologia adotada para o efeito.

Dividiu-se o CAPÍTULO II – A *RUÍNA*, em cinco subcapítulos, sendo que o primeiro começa por transmitir ao leitor a definição de *ruína*. Nos seguintes dois subcapítulos, podemos perceber qual o enquadramento histórico nacional e internacional, da ruína enquanto património, bem como, qual o seu valor sob o ponto de vista histórico e arquitetónico. Este capítulo é ainda constituído por um subcapítulo destinado a transmitir ao leitor os conceitos de Genius Loci e de Não-Lugar, não perdendo de vista o foco desta dissertação que é a *ruína*.

No CAPÍTULO III – O PROJETO: LAR RESIDENCIAL PARA O LARGO DO ACTOR DIAS, PORTO, realizou-se a descrição de todo processo, do exercício desenvolvido no âmbito da cadeira de projeto do quinto ano do Curso de Arquitetura (Mestrado Integrado). Projeto esse que visava a conceção de um Lar Residencial, para um terreno com uma pré-existência em estado de *ruína*, situado no Largo do Actor Dias, no Porto.

Relativamente ao CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO, VÁRIAS INTERVENÇÕES, efetuou-se uma breve apresentação do arquiteto – João Mendes Ribeiro. A escolha deste arquiteto, deveu-se ao facto deste possuir já manifesta obra, no que diz respeito a intervenções em pré-existências, sendo que algumas dessas pré-existências encontravam-se já, em estado de ruína. Ainda dentro deste capítulo, são apresentadas e analisadas algumas das obras, da autoria do referido arquiteto.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, é onde se encontra a conclusão da presente dissertação, e onde são concretizadas algumas reflexões. Este ponto do trabalho, visa dar resposta aos objetivos colocados através da análise comparativa entre as decisões tomadas no projeto - Um Lar Residencial, e as decisões tomadas pelo arquiteto, autor das obras apresentadas no quarto capítulo.

CAPÍTULO II – A RUÍNA

Ruína, definição

Ruína, enquanto património, enquadramento histórico nacional e internacional

Ruína, valor histórico e arquitetónico

Ruína, Genius Loci vs Não-Lugar

A primeira definição a ter em consideração é a da verdadeira aceção da palavra, logo estamos perante termos ou expressões como: ato ou efeito de ruir; desmoronamento; destruição; restos ou destroços de um edifício degradado; (figurado) decadência, degradação; (figurado) perda de crédito, falência¹.

Segundo Maria Madeira Rodrigues, *“Ruína, s.f. é um resto de edificação desmoronada, amputada ou em avançado estado de degradação; escombro”*.²

Contudo, o significado de ruína, não pode nem deve, ser reduzido unicamente a sinónimos tão depreciativos como os atrás referidos, pois aquilo que é a decadência do que foi “rico” outrora, é hoje a única “riqueza” que nos resta, e que nos permite contemplar épocas passadas. Ruína, representa algo fragmentado que outrora já foi um todo.

Chateaubriand³, defendia que existiam apenas dois tipos de ruína, nomeadamente as que eram originadas pelo tempo e as que o eram pelo Homem. Porém, mais dois géneros devem ser tidos em consideração: as arqueológicas e as falsas ruínas⁴. Quanto ao último tipo de ruína identificado – falsa, esta é concebida unicamente para satisfazer propósitos estéticos, pelo que não lhes é reconhecido qualquer valor histórico.⁵

Em suma, quando uma construção é exposta de forma continuada, sem ser alvo de qualquer ato de preservação, à ação erosiva do tempo, quer devido a ações naturais, quer ações humanas, a mesma resultará numa ruína. Apesar do seu estado de conservação, essa mesma construção, suscitará o interesse de uns, no entanto desencadeará apenas indiferença noutros.

¹ Ruína: in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:15:39]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ruína>;

² RODRIGUES, Maria João Madeira, et al, Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura, Quimera, Coimbra, 2002

³ François-René Chateaubriand: escritor francês, nasceu a 4 de setembro de 1768, em Saint-Malo, na costa setentrional do país. Oriundo de uma família aristocrática, passou a sua infância no castelo ancestral de Combourg. Sentia desde muito cedo a vocação eclesiástica mas, apesar disso, decidiu tentar a sua sorte fazendo carreira na Marinha, seguindo o exemplo de alguns dos seus antepassados. *Chateaubriand* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 22:52:35] Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$chateaubriand](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$chateaubriand)

⁴ RODRIGUES, Sara, 2012 [pág. 9]

⁵ RODRIGUES, Sara, 2012 [pág. 10]

CAPÍTULO II – A RUÍNA

Ruína, definição

Ruína, enquanto património, enquadramento histórico nacional e internacional

Ruína, valor histórico e arquitetónico

Ruína, Genius Loci vs Não-Lugar

O interesse na preservação de vestígios, alguns mesmo em estado de ruína, que atestam a história da humanidade, nem sempre se verificou. Foi com o Renascimento⁶, que surgiu o desejo de valorização e preservação de artefactos do passado.

O Renascimento, caracterizou-se por uma nova perspetiva do Homem sobre o valor do legado da antiguidade clássica⁷. Ideais como humanismo e naturalismo prevaleciam e orientavam as mudanças desta época.

A denominação – Renascimento, foi referenciada por Giorgio Vasari (1511-1574, Itália), arquiteto e pintor, com reconhecido trabalho no ramo de biografias de sua autoria sobre artistas italianos.

Porém, a compreensão do Renascimento como a detemos hoje, foi conseguida com uma das obras de Jacob Christoph Burckhardt (1818-1897, Suíça) - *A Cultura do Renascimento na Itália* (1867), onde este historiador de arte e cultura, definiu o Renascimento como uma época em que a “descoberta do mundo e do homem” predominavam.

A justificação para que este movimento tenha tido um especial enfoque em Itália, deveu-se à conjugação de vários fatores, entre eles, dá-mos especial destaque ao fato de existirem muitos monumentos e vestígios da arquitetura clássica.

Foi esta admiração pela arquitetura clássica, que se verificou durante o Renascimento, que despertou preocupações relacionadas com a preservação quer de monumentos erigidos intencionalmente, quer de monumentos que assim o foram reconhecidos por serem testemunhos cujo valor arquitetónico lhes foi reconhecido.

Estes vestígios mesmo os que se encontravam em estado de ruína, começam a dar lugar a uma nova designação, começam a ser elevados a outro “estatuto”, começam a ser entendidos como alvo valioso, mais concretamente como património.

⁶ Renascimento: Movimento cultural que se desenvolveu em países da Europa Central e Ocidental como a Itália (passando sucessivamente de Florença a Siena e depois a Roma, e alastrando posteriormente a toda a Península Italiana) nos séculos XIV a XVI e que veio a irradiar e a ter fundas repercussões na cultura de praticamente todos os países do continente europeu. *Renascimento* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:34:23]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$renascimento](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$renascimento)

⁷ Antiguidade clássica: Também designada muitas vezes por *Idade Antiga* ou *Mundo Antigo*, constitui uma das divisões cronológicas tradicionais da historiografia. O seu início mantém-se indefinido, estando o seu fim relacionado com a queda do Império Romano do Ocidente e a fundação dos reinos germânicos no seu território a partir de 476. Designa também, muitas vezes, o mundo greco-romano, designado de *Antiguidade Clássica*. *Antiguidade* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:43:40]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$antiguidade](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$antiguidade)

Segundo Babelon & Chastel⁸, “o património, no sentido que se entende actualmente em linguagem oficial e no seu uso comum, é uma noção recente a qual implica e abrange “todos os bens, todos os “tesouros” do passado”; esta acepção da palavra consiste num complexo conceito, o qual de facto, implicaria um certo número de níveis sobrepostos.”⁹

Em Portugal, o Renascimento só se manifesta de forma mais intensa, durante os séculos XV e XVI. Contudo, surge a necessidade de dar uma designação diferente aqueles edifícios que lhes era atribuído e reconhecido valor suficiente à sua preservação no tempo, eram os “Antiquilhas”.¹⁰

Mas a evolução na preservação de vestígios de outras épocas, mesmos daqueles que não permaneceram nas melhores condições, continuou e durante a Governação de D. João V, rei de Portugal entre 1706 e 1750, é criado aquele que seria o primeiro instrumento legal a visar a conservação e proteção dos monumentos¹¹ – Alvará de 20 de Agosto de 1721, transcrevendo-se¹²:

“...da Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica, & Secular, que procurando examinar por si & pelos académicos, os Monumentos antigos que havia, e que podiam descobrir no Reino, dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos...e por ignorância vulgar se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meio muito próprio e adequado, para verificar muitas noticias da venerável antiguidade...”. “Daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado...”

Mesmo tratando-se de um alvará do século XVIII, apenas no final do século XIX é que a definição de “monumento histórico” é verdadeiramente definida¹³.

⁸ Jean-Pierre Babelon (1931, França): historiador; André Chastel (1912-1990, França): historiador de arte francesa, especialista do renascimento Italiano.

⁹ BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André, 2000 [pág. 11]

¹⁰ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 36]

¹¹ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 36]

¹² IPPAR, “Informar para Proteger”, IPPAR, Lisboa, 1994

¹³ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 36]

A necessidade de técnicos devidamente habilitados no que concerne a intervenção em monumentos, surge em 1876, e o Estado passa a ter competência quer ao nível da conservação e reparação dos monumentos históricos, quer ao nível do seu inventário e vigilância¹⁴.

Em cumprimento do mencionado inventário, surge no ano de 1880, apesar de se desconhecer se foi ou não oficialmente aprovada, a primeira lista de imóveis a classificar, e as respetivas categorias em que poderiam ser integrados os monumentos listados¹⁵:

- Obras-primas de arquitetura e da arte portuguesas;
- Edifícios com significado para o estudo da história das artes;
- Monumentos militares;
- Estatuária;
- Padrões e arcos comemorativos;
- Monumentos pré-históricos.

Em 1901 é elaborada mais uma ferramenta legislativa sob a forma de portaria, mais concretamente a Portaria de 10 de Abril¹⁶, onde são definidas as classificações de imóveis. Em Outubro do mesmo ano, é criado o Conselho de Monumentos Nacionais através da subscrição daquele que viria a ser denominado por - Decreto Orgânico, onde é mencionada a classificação de monumentos nacionais¹⁷.

A criação de legislação nesta matéria neste ano não parou por aqui. Ainda em Dezembro de 1901, é publicado o Decreto que determinaria as *“Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais”*¹⁸, onde pode ler-se no 1º artigo¹⁹:

“Os imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionais.”

¹⁴ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 37]

¹⁵ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 37]

¹⁶ IPPAR, “Informar para Proteger - Critérios para a Classificação de Imóveis”, IPPAR, Lisboa, 1995

¹⁷ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 37]

¹⁸ PORTUGAL – Leis, Decretos, etc - Decreto de 30 de Dezembro de 1901

¹⁹ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 37]

Ao longo do século XX, as categorias e critérios de classificação, vão sendo aperfeiçoados, tendo a preservação do Património surgido antes da instauração da República, e sendo defendida acima dos interesses quer públicos quer privados.

Assim, encontraram-se conjugadas as condições necessárias para dar-se início à classificação dos primeiros imóveis, como o castelo de Elvas (Decreto de 27 de Setembro de 1906) e em 14 de Janeiro de 1907, Mosteiros da Batalha, Jerónimos e Alcobaça, Convento de Cristo, Sés da Guarda, de Lisboa, de Évora e de Coimbra e a Torre de Belém²⁰.

Mas nem só de legislação, se foram estabelecendo os critérios de preservação, reabilitação e classificação. Um pouco por toda a Europa foram surgindo cartas, convenções e recomendações com diferentes objetivos²¹:

- *“As Cartas definem princípios e conceitos sobre uma determinada matéria, por forma a orientar a acção prática dos intervenientes”;*²²
- *“As Convenções são documentos jurídicos que comprometem os Estados aderentes”;*²³
- *“As Recomendações definem princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado”.*²⁴

No que respeita ao número 1 - Cartas, devemos dar especial realce:

A Carta de Atenas de 1931, trata acerca do restauro de monumentos, fazendo menção a determinados princípios a ter em consideração como é o caso do respeito e dignidade da integridade e autenticidade que é devido ao património histórico ou artístico, sem quaisquer adaptações e/ou alterações de género de qualquer época²⁵.

“As conclusões desta carta resumem-se em:

²⁰ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 38]

²¹ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 38]

²² OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 38]

²³ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 38]

²⁴ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 38]

²⁵ MIRANDA, Joaquim, 2015 [pág. 25]

- *restauros quando inevitáveis deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;*
- *a utilização do monumento deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;*
- *o interesse da colectividade sobrepõe-se ao interesse privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido, exigido aos proprietários, na óptica da preservação do bem comum;*
- *devem ser respeitados o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo nas proximidades dos monumentos;*
- *é aceite o emprego judicioso de matérias e técnicas modernas, para a consolidação de edifícios antigos;*
- *nas condições da vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, pelo que é necessário a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;*
- *o emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento (no sentido de evitar mimetismos);*
- *a conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objectivo educacional para a juventude.*

*Estes princípios ainda hoje são respeitados e são objecto de interesse por parte dos intervenientes nas diversas acções que dizem respeito aos edifícios antigos, em especial monumentais”.*²⁶

No ano de 1933, aquando do fim do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), é elaborada a Carta de Atenas subordinada ao tema – Urbanismo Moderno²⁷.

Em 1964, é redigida a Carta de Veneza resultante do “...II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado na cidade de Veneza em Maio...”²⁸, cujo tema – Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, é abordado no sentido de alertar para a responsabilidade coletiva de transmissão às futuras gerações, no que concerne à preservação do património histórico sob a forma de tradições.²⁹

²⁶ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 42, 43]

²⁷ MIRANDA, Joaquim, 2015 [pág. 25]

²⁸ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 43]

²⁹ MIRANDA, Joaquim, 2015 [pág. 25]

“não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular ou de um acontecimento histórico. Estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que ganham com o tempo uma significação cultural.”³⁰

“...Os princípios principais desta carta são os seguintes:

- *O restauro [...] tem por objectivo conservar e revelar os valores estético e histórico do monumento e baseia-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos;*
- *O restauro será sempre procedido e acompanhado de investigação arqueológica e histórica do monumento;*
- *Admite-se a utilização de técnicas modernas de conservação cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e garantia pela experiência;*
- *As contribuições válidas de todas as épocas na edificação de um monumento devem ser respeitadas;*
- *A conservação e a restauração dos monumentos constitui uma disciplina que apela a todas as ciências e a todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e a salvaguarda do património monumental (artigo 2);*
- *O restauro é uma operação de carácter excepcional e tem por objectivo conservar e revelar os valores estético e histórico do monumento e baseia-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos (artigo 9);*
- *Os elementos destinados a substituir partes destruídas [ou em falta] devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, contudo, das partes originais. (artigo 12)”³¹.*

Porém, não podemos deixar de mencionar outras cartas:

- *Carta Europeia do Património Arquitectónico (Setembro de 1975)³²;*
- *Carta de Florença (Maio de 1981)³³;*

³⁰ IPPAR, “Informar para Proteger - Cartas e Recomendações Internacionais”, IPPAR, Lisboa, 1996

³¹ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 44]

³² IPPAR, “Informar para Proteger - Critérios para a Classificação de Imóveis”, IPPAR, Lisboa, 1995

³³ IPPAR, “Informar para Proteger - Cartas e Recomendações Internacionais”, IPPAR, Lisboa, 1996

- Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Outubro de 1987)³⁴;
- Carta de Cracóvia 2000 (Outubro de 2000)³⁵.

No que respeita ao número 2 - Convenções, a assinalar:

- *“A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, foi realizada pelo Conselho da Europa em 3 de Outubro de 1985 e sendo ratificada por Portugal em 23 de Janeiro de 1991, através do Decreto do Presidente da República n.º 5/91.”*,³⁶
- Convenção de Haia ou Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 1954;
- Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972 organizada pela UNESCO.

Ao nível das Recomendações (número 3), destaca-se a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea, que teve lugar a Novembro de 1976.

Ao longo dos tempos o Homem sempre tentou preservar, e assegurar que assim continuaria nas gerações seguintes, todo o legado que lhes chegou dos seus antepassados mesmo que em estado de ruína.

A atribuição da designação de património a esse mesmo legado, foi algo que teve de ser trabalhado através de instrumentos legais ou com preponderância como tal, como foi atrás mencionado, através de Cartas, Convenções e Recomendações, que acabariam por verter em legislação própria de cada país.

De forma a acautelar, que os princípios vertidos em cada um destes documentos eram respeitados e assumidos por cada país envolvido, foram sendo criadas várias entidades com competência para tal, dando-se especial destaque:

³⁴ IPPAR, “Informar para Proteger - Cartas e Recomendações Internacionais”, IPPAR, Lisboa, 1996

³⁵ DGEMN, “Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa

³⁶ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 46]

- Comissão Nacional da UNESCO (Julho de 1979) – *“entidade responsável pelo acompanhamento no nosso país da Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”*;³⁷
- IPPAR (1992 – 2007), antigo IPPC criado em Abril de 1980, tendo dado lugar ao IGESPAR (atual Direção Geral do Património Cultural)³⁸– *“Detinha competência ao nível da conservação dos imóveis classificados que lhe são afetos”*;³⁹
- DGEMN e IGAPHE atual IHRU, IP (Outubro de 2006) – *“O IHRU, I.P., resulta assim da reestruturação e red denominação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.), nele se integrando atribuições de dois outros organismos extintos, IGAPHE e Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, excluindo neste caso as atribuições referentes ao património classificado”*;⁴⁰
- IGESPAR e o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P atual Direção Geral do Património Cultural (Maio de 2012) – *“tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”*.⁴¹

³⁷ Portal da Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Temas, Proteger o nosso património [Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

³⁸ Direção Geral do Património Cultural. Missão.[Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: [Http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/)

³⁹ OLIVEIRA, Rui, 2003 [pág. 71]

⁴⁰ Portal da Habitação, IHRU. Quem Somos. [Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/_Resumo_historico.html

⁴¹ Direção Geral do Património Cultural. Missão.[Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestao/cartademissaodadgpc.pdf>

CAPÍTULO II – A RUÍNA

Ruína, definição

Ruína, enquanto património, enquadramento histórico nacional e internacional

Ruína, valor histórico e arquitetónico

Ruína, Genius Loci vs Não-Lugar

A ruína chega muitas vezes até “nós” conotada com um valor histórico, adquirido pela atribuição da classificação de monumento, ou monumento histórico. É importante percebermos que existem diferenças entre estes dois conceitos.

Segundo Alois Riegl,⁴² o monumento *“no senso mais antigo e verdadeiramente original do termo”*⁴³ é intencionalmente criado, com o objetivo de conservar algo na memória da sociedade.⁴⁴

Assim o atesta também, Françoise Choay⁴⁵: *“A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.”*⁴⁶

Já no que respeita ao monumento histórico, Alois Riegl entende que este conceito foi criado pela própria sociedade contemporânea, pois é ela quem lhe atribui tal valor. Trata-se de obras que não foram criadas com a finalidade de serem monumentos, logo, são monumentos não-intencionais.⁴⁷

O primeiro fator implícito na atribuição da classificação de monumento histórico a um edifício é inevitavelmente a sua idade⁴⁸, ou seja, *“(...) a sua capacidade de evocar um testemunho histórico ou social de uma época suficientemente remota, e a sua raridade atingida pelo heroísmo da sua estabilidade.”*⁴⁹

⁴² Alois Riegl (1858-1905, Áustria): historiador de arte; Presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria em 1902

⁴³ RIEGL, Alois, 1984 [pág. 35]

⁴⁴ RIEGL, Alois, 1984 [pág. 35]

⁴⁵ Françoise Choay (1925, França): historiadora francesa de teorias urbanísticas e arquitetónicas

⁴⁶ CHOAY, Françoise, 2008

⁴⁷ RIEGL, Alois, 1984

⁴⁸ SANTIAGO, Nuno, 2015 [pág.61]

⁴⁹ SANTIAGO, Nuno, 2015 [pág.61]

A importância da classificação de um edifício, ou da ruína do mesmo, como monumento histórico, prende-se com a preservação da informação que ali se encontra contida, informação essa que só sendo transmitida ao maior número possível de gerações, poderá sustentar a identidade e memória do passado.

*“Há que parar o martelo que mutila a face do país. Uma lei bastaria. Que se faça. Quaisquer que sejam os direitos da propriedade, a destruição de um edifício histórico não deve ser permitida.”*⁵⁰

Para além do valor histórico, outros fatores poderão estar em causa aquando da preservação de uma ruína, ou da atribuição de valor à mesma, tenha ela valor histórico ou não. Por exemplo, se a ruína for provida de elementos arquitetónicos, que remontem a uma época ou estilo, os mesmos devem sempre que possível ser preservados:

*“Os objectos que remetem para o ‘antigo’ são a ponte de ligação entre o passado e o presente, suportando as culturas que tanto necessitam de uma memória, uma história. Contudo, nem sempre estas interpretações e significados estão associadas ao belo. Na verdade o valor imediato e universal mais facilmente perceptível por quem observa a ‘ruína’ é o de caducidade e fragilidade da forma, sendo que esses sinais de destruição podem despertar um sentimento nostálgico e de melancolia.”*⁵¹

Outro elemento alvo de preocupação, sob o ponto de vista da preservação, são os vestígios que possam testemunhar a construção vernácula e as suas formas de a fazer.

Fernando Távora⁵² “No texto sobre “o problema da casa portuguesa”⁵³ refere a importância da construção, do valor da História e da Arquitetura que nasce da Terra. Um corpo que surge sobre necessidade sentidas, na continuidade de lógicas conhecidas por quem as constrói, e recorrendo aos materiais disponíveis, oferecidos pela natureza, fruto do conhecimento construtivo ancestral e das

⁵⁰ CHOAY, Françoise, 2008 [pág. 27]

⁵¹ LEITÃO, Daniela, 2015/16 [pág. 25]

⁵² Fernando Távora (1923, Porto-2005, Matosinhos): arquiteto português

⁵³ Ensaio de 1947, da autoria de Fernando Távora

necessidades básicas de funcionamento em harmonia com a envolvente e com as condições climáticas onde se insere, da sua localização e orientação dos espaços.”⁵⁴

Ainda sob o ponto de vista do valor arquitetónico, é importante ainda expor uma outra perspetiva, a da tipologia, existem edifícios que devido ao seu valor patrimonial, acabam por ser alvo de intervenções cuja preservação apenas se assume ao nível do exterior, o que acarreta consequências ao nível da preservação das tipologias que caracterizam determinada zona ou cidade, como por exemplo as tipologias portuenses.

“Cada obra desaparecida é uma nova mutilação na memória colectiva. Com leis que permitem a demolição integral (...) de obras únicas, à excepção das fachadas, convertidas em simples máscaras da obra nova, fica claro que ainda há muito por fazer.”⁵⁵

Intervir na ruína, quer tenha valor patrimonial ou não, é algo que exige um elevado grau de conhecimento por parte do arquiteto. É preciso avaliar quais os elementos que devem ser preservados, e os que são insignificantes a ponto de serem ignorados, e assim demolidos. Esta avaliação deverá compreender a análise da ruína, sob o ponto de vista histórico, e arquitetónico. É de frisar que o último poderá passar, pela importância de preservar uma tipologia, um material, um elemento que defina um estilo ou época, ou até mesmo pela preservação de um sistema construtivo, que foi deixando de ser utilizado no tempo.

⁵⁴ TEIXEIRA, Luís, 2013 [pág. 83]

⁵⁵ DOMÍNGUEZ, Javier, 2007 [pág. 8]

CAPÍTULO II – A RUÍNA

Ruína, definição

Ruína, enquanto património, enquadramento histórico nacional e internacional

Ruína, valor histórico e arquitetónico

Ruína, Genius Loci vs Não-Lugar

Na perspectiva de Oskar Seyffert⁵⁶ e William Smith⁵⁷, “(...) a noção do conceito de “espírito de lugar” começou a ser desenvolvido pelos romanos. Os antigos romanos acreditavam que cada ser e cada lugar tinham este *genius*, um espírito guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, determinando o seu caráter”⁵⁸.

De acordo com Norberg-Schulz (1926-2000, Noruega), arquiteto, historiador e teórico norueguês, *Genius Loci* é a expressão que significa o “espírito do lugar”⁵⁹, ou seja, perceber que cada lugar é dotado de características que o tornam peculiar, único.

Norberg, defendia que o Homem só conseguiria estabilidade, e que só poderia compreender verdadeiramente um lugar, se tivesse noção da importância de não comprometer o “espírito do lugar”. A ligação que o Homem estabelece com determinado lugar, ao ponto de sentir que este lhe “pertence”, só será possível através da assimilação destes fatores, que se revelará de forma mais intensa, quanto mais se preservarem as características que definem o lugar⁶⁰.

*“(...) para obter um sentido de pertença, o homem tem de ser capaz de se orientar, de saber onde está. Mas também tem de se identificar com o meio ambiente, ou seja, de saber quem ele é num determinado lugar”*⁶¹.

Norberg-Schulz, entendia que no âmbito da arquitetura deveria ser tida em consideração a importância do lugar, defendendo que o lugar não podia ser encarado como um fator meramente de ordem geográfica.⁶²

⁵⁶ Oskar Seyffert (1862-1943, Alemanha): professor de arte, autor de *A Dictionary of Classical Antiquities. Mythology, Religion, Literature & Art*. London: Swan Sonnenschein and Co. Ltd (1904)

⁵⁷ William Smith (1813-1893, Inglaterra): Lexicógrafo, autor de *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Boston: Little Brown and co (1867)

⁵⁸ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 24]; CABANAS, Andreia, 2014 [pág. 5]

⁵⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian, 1980 [pág. 5]

⁶⁰ CABANAS, Andreia, 2014 [pág. 5]

⁶¹ NORBERG-SCHULZ, Christian, 1980 [pág. 19] Tradução livre do texto original: “(...) to gain an existential foothold man has to be able to orientate himself; he has to know where he is. But he also has to identify himself with the environment, that is, he has to know he is a certain place.”

⁶² MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 26]

O lugar “é algo mais do que a mera localização abstracta. Entendemos uma totalidade formada por coisas concretas com substância material, forma, textura e cor. Juntas, estas coisas determinam um “carácter ambiental”, que é a essência do lugar.”.⁶³

Segundo Heidegger (1889-1976, Alemanha) filósofo alemão, era essencial entender o porquê da construção e qual o seu significado, para “*poderemos transformar um mero alojar-se em um autêntico habitar*”.⁶⁴

Para Heidegger o ato de construir deve estar associado com fatores como “*(...) a natureza como com a memória dos nossos antepassados, dando-se uma inversão do tempo, onde a memória ocupa o lugar do futuro*.”.⁶⁵

Um dos arquitetos dos nossos dias, que já nos habituou à assiduidade com que refere o tema – lugar no seu discurso, é Siza Vieira.

Na opinião do arquiteto Nuno Grande (1966, Angola), “*Siza é rossiano (Aldo Rossi, arquiteto italiano), contextualista, no sentido em que faz uma arquitetura para determinada cidade; uma arquitetura berlinense em Berlim; uma arquitetura que faz lembrar as ‘ilhas’ (bairros sociais do início do século XX) do Porto, no Porto... Faz edifícios com uma ressonância histórica dos lugares*.”.⁶⁶

William Curtis (1948, Inglaterra) um historiador de arquitetura disse um dia que os edifícios do arquiteto Siza “*parecem responder às forças de um lugar – as do passado e as do presente*.”.⁶⁷

Para Siza, “*um edifício deve explicar a sua localização, ou seja, deve ter características que o identifiquem com um determinado lugar*”.⁶⁸

Contudo, Siza refere também que “*cada vez mais penso que deve haver uma certa distância entre o que é natural e o que é feito pelo homem. Mas o diálogo entre os dois é também necessário*”.⁶⁹

⁶³ NORBERG-SCHULZ, Christian, 1996. [Pág.6]

⁶⁴ ÁBALOS, Iñaki, 2003 [pág. 46]

⁶⁵ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 22]

⁶⁶ SERPA, Ana – Álvaro Siza Vieira – Entre as pessoas e o lugar. UP Magazine, 2016. Disponível em: [Http://upmagazine-tap.com/pt_artigos/alvaro-siza-vieira-entre-as-pessoas-e-o-lugar/](http://upmagazine-tap.com/pt_artigos/alvaro-siza-vieira-entre-as-pessoas-e-o-lugar/)

⁶⁷ “El Croquis”. Cit.144, [pág..11], tradução de MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 137]

⁶⁸ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 139]

⁶⁹ NUNES, Marta, - Boa Nova, Casa de Chá. 2007. Disponível em: [Https://martanunesarq.wordpress.com/page/34/](https://martanunesarq.wordpress.com/page/34/). MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 85]

Um exemplo caricato da postura de Siza, ocorreu na sua obra - Casa Alcino Cardoso, situada no Minho. O seu cliente sugeriu que se arrancassem as velhas vinhas e as substituísse por laranjeiras.⁷⁰ Para Siza, levar a cabo a ideia do cliente *“teria arruinado completamente o genius loci do lugar”*.⁷¹

No livro *Centro Galego de Arte Contemporánea*, consta uma entrevista feita ao arquiteto da mesma obra – Siza. Na mencionada entrevista Siza revela que a sua aproximação ao lugar é sempre diferente exemplificando com a sua obra de recuperação do Chiado em Lisboa, falando ainda do Porto e de Berlim, alertando que cada lugar é um lugar.⁷²

Porém, parece ser entendimento do mesmo que *“o mais importante é compreender qual é a dinâmica na qual, de uma forma ou de outra, estamos a participar, a colaborar, e através desse entendimento, encontrar a resposta...mais justa ou que parece mais justa. Ainda que às vezes se erre”*.⁷³

Para Siza *“o exercício da observação é prioritário para um arquitecto. Quanto mais observamos, mais clara surgirá a essência do objecto. E esta consolidar-se-á como conhecimento vago, instintivo.”*.⁷⁴

O nível de análise do conceito Genius Loci aqui realizado, impõe que avancemos para a análise de um outro conceito, o do Não-Lugar.

Marc Augé (1935, França) etnólogo e antropólogo com obra publicada na matéria em questão – Não Lugares (1994), alerta para a relevância dos conceitos - lugares e não-lugares, e para a importância dos mesmos no desenvolvimento da Cidade contemporânea.

As obras de Marc, denotam especial preocupação em perceber, como é que uma construção cujo objetivo é querer *“fazer cada vez mais coisas em menos tempo”*, parece estar a descaracterizar cada vez mais lugares⁷⁵.

⁷⁰ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 101]

⁷¹ FRAMPTON, Kenneth Cit. 130 [pág. 22] tradução de MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 101]

⁷² MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 149]

⁷³ SIZA, Álvaro Siza, 1995 [Pág. 37] obras e proxectos. [Santiago de Compostela?] : Centro Galego de Arte Contemporánea, Xunta de Galicia: Sociedad Editorial Electa, tradução de MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 149]

⁷⁴ SIZA, Álvaro Siza, 1995 Cit. 135 [Pág. 135] extraído de MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 149]

⁷⁵ SÁ, Teresa, 2014 [pág. 209]

Mas para iniciarmos esta análise existem dois conceitos a termos bem definidos – O Lugar Antropológico e o Não-Lugar.

Lugar Antropológico - um espaço identitário, relacional e histórico⁷⁶.

Não-Lugar - espaços não identitários, não relacionais e não históricos. O oposto portanto, de um lugar antropológico.

“Como exemplo de não-lugares Augé refere aeroportos ou autoestradas, espaços de trânsito, idênticos em todos os lugares. No entanto, chama a atenção para a inter-relação entre lugares e não-lugares, referindo como os segundos estão frequentemente sobrecarregados de referências aos primeiros, como, por exemplo, o apelo à visita de cidades históricas em grandes placards à beira de autoestrada.”⁷⁷.

Sob a perspectiva de Marc Augé, o Não-Lugar são normalmente espaços de passagem que não detêm qualquer identidade ou valor, semelhantes em todo o mundo sendo disso exemplo os *“(…) aeroportos, caminhos-de-ferro, centros comerciais e parques de diversão.”⁷⁸*

O género de lugares identificados, são o reflexo de um mundo de cariz temporário, efémero, são o resultado do excesso de superficialidade da essência e da superabundância espacial.⁷⁹

Como refere Marc Augé, os “não-lugares” são *“espaços que em si mesmos não são lugares antropológicos e que (...) não integram os lugares antigos: inventariados, classificados e promovidos a “lugares de memória”.”⁸⁰*

Direcionemos agora os conceitos apreendidos até ao momento neste capítulo, naquele que é o nosso tema primordial – A *Ruína*, mais concretamente perceber qual o seu valor.

Quando estamos perante uma ruína e precisamos avaliá-la, podemos auxiliar-nos também da matéria aqui exposta.

⁷⁶ SÁ, Teresa, 2014 [pág. 209]

⁷⁷ RAMALHETE, Filipa Ramalhete - Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade de Marc Augé. Revista Estudo Prévio. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/livros/1/filipa-ramalhete-.nao-lugares-de-marc-augé>

⁷⁸ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 8]

⁷⁹ MARTINS, Raquel, 2009 [pág. 10]

⁸⁰ AUGÉ, Marc – “Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade”. Venda Nova: Bertrand Editora, Lda., 1994, [pág.84]

Sob o ponto de vista do Genius Loci:

- ela contribui de alguma forma para esse mesmo “espírito do lugar”?
- qual o nível de responsabilidade para com a dinâmica verificada, ou não, na sua envolvente?
- relata alguma história, quer sob o ponto de vista histórico ou sentimental, do que se passou ali outrora?
- detém em si alguma peculiaridade, digna de ser considerada como um “valioso” legado às gerações futuras?

Sob o ponto de vista do Lugar-Não-Lugar:

- encontra-se num espaço identitário, relacional e histórico, capaz de a elevar a um Lugar antropológico?
- integra os lugares antigos: inventariados, classificados e promovidos a “lugares de memória”?

A reflexão sobre o conceito de “Não-Lugar”, poderá ser igualmente preponderante para a decisão de um arquiteto, no que concerne ao “valor” a atribuir a uma ruína.

CAPÍTULO III – O PROJETO: LAR RESIDENCIAL PARA O LARGO DO ACTOR DIAS, PORTO

O Projeto: Lar Residencial para o Largo do Actor Dias, Porto



Figura 3|Fotografia da área envolvente ao local de intervenção



Figura 4|Fotografia do percurso para as escadas dos Guindais

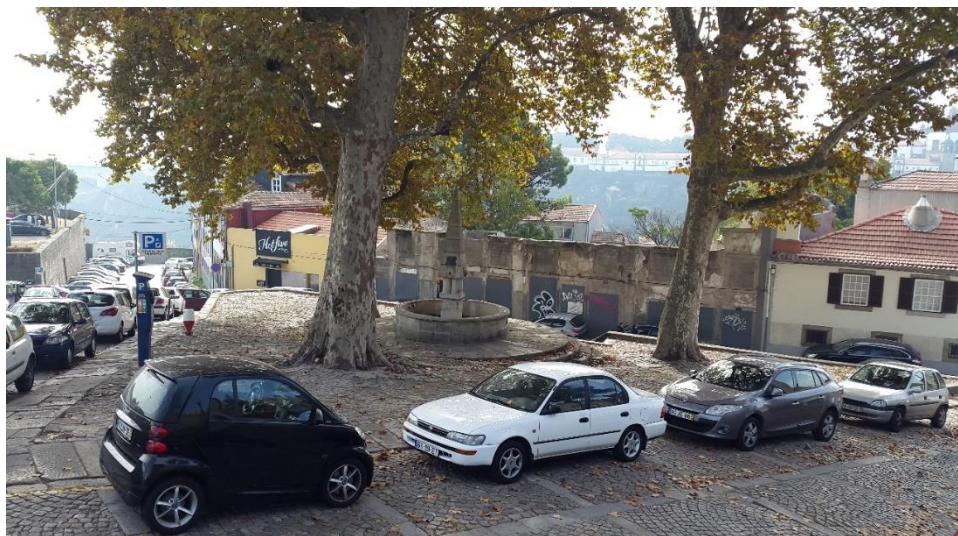


Figura 5|Fotografia do Largo do Actor Dias, Porto

Da análise da localização e enquadramento geográfico, o local em causa – Largo do Actor Dias,⁸¹ pertence à antiga freguesia da Sé, da cidade do Porto, atualmente designada por freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, devido à reorganização administrativa ocorrida durante o ano de 2012 e 2013.

Da análise da área circundante ao local de intervenção, registou-se a presença dos elementos que caracterizam este lugar.

O elemento que se entendeu, como sendo o que gera maior dinâmica em torno do local de intervenção, é a Muralha Fernandina (figura 3).

Os vestígios que por ali se encontram deste monumento, desde a muralha, aos seus torreões e ameias, estão em bom estado de conservação, e levam à deslocação diária de muitos turistas a este local.

As escadas ou o funicular dos Guindais, que permitem vencer a cota entre o Largo do Actor Dias e a zona ribeirinha da cidade, também eles são um elemento muito atrativo aos visitantes da cidade, que por ali se registam em grande número (figura 4).

A proximidade deste local com a Universidade Lusófona do Porto, também impõe uma certa dinâmica nesta envolvente, pois algumas das práticas universitárias, como as praxes e os alunos que procuram a perspetiva mais interessante para apresentar na aula de desenho, vão também acontecendo por ali.

Ainda da análise da envolvente, tornou-se claramente importante, como será explicado mais à frente, perceber qual a vivência daquele espaço, sobretudo perceber quem eram os seus verdadeiros utilizadores.

Este largo, de configuração semelhante à de um triângulo, delimitação esta também em muito devida ao posicionamento das três árvores de grande porte ali presentes, possuiu ao centro uma fonte inativa, em que o centro das suas atenções, se volta para a existência de um obelisco em pedra (figura 5).

⁸¹ Largo do Actor Dias (1840-1893, Porto), anteriormente designado por Largo da Polícia (topónimos portuenses)



Figura 6 | Fotografia do terminal de transportes públicos na Rua Augusto Rosa (quarteirão das camélias)



Figura 7 | Fotografia do muro que impede a ligação da Alameda das Fontainhas com o Largo do Actor Dias

Este largo parece demasiado isolado, quase como se de uma “ilha” se tratasse, metaforicamente falando claro, mas esta opinião deve-se ao facto de este espaço ser frequentemente vivenciado por pessoas que pretendem estar “isoladas”, nomeadamente para a prática de atos relacionados com consumo de drogas. Trata-se portanto de uma problemática de cariz social.

O que se pretende transmitir, é que enquanto aluno da universidade acima identificada, bem como, utilizador dos espaços destinados a estacionamento, durante vários anos, estabeleceu-se uma relação próxima o suficiente com a área envolvente ao local de intervenção, para perceber que a maioria dos que por ali passam, optam por contornar este largo em vez de o atravessarem. Apesar de estarmos perante uma questão sensorial, perfeitamente questionável, considerou-se importante partilhar este seu ponto de vista, pois entende-se que a análise do lugar, e toda a vivência em torno do mesmo, foram fulcrais para algumas das decisões que foram tomadas na conceção do projeto.

Da análise urbanística, não se poderia deixar de mencionar um elemento muito significativo para toda a vivência deste local de intervenção - a Rua do General Sousa Dias, construída sob a forma de viaduto. Este viaduto, assume um papel muito importante no que respeita ao fluxo de grande parte do trânsito desta zona da cidade, atendendo a que possibilita uma célere saída da cidade, quer de viaturas ligeiras quer de veículos de várias empresas de transportes públicos, que detêm os seus terminais ali nas proximidades - Rua de Alexandre Herculano e Quarteirão das Camélias (figura 6).

Ainda sob o ponto de vista urbanístico, da sua análise entende-se e defende-se, que a interrupção abrupta da Alameda das Fontainhas, verificada na área envolvente à do local de intervenção, não favorece à natural circulação nem de veículos nem de transeuntes.

Esta barreira, sob a forma de muro, impossibilita circulações e ligações que poderiam transformar de forma significativa e positiva, crê-se, a área envolvente à do local alvo da proposta para um Lar Residencial (figura 7).

Uma das razões que se aponta como benéfica, era a reorganização da circulação do parque de estacionamento, que se encontra implantado por baixo do viaduto atrás referido (figura 8).



Figura 8| Fotografia do parque de estacionamento localizado por baixo do viaduto da Rua do General Sousa Dias



Figura 9| Fotografia do ponto de interrupção da Alameda das Fontainhas

Enquanto utilizador deste parque durante vários anos, bem como, do espaço de estacionamento informal existente em torno do largo adjacente ao local de intervenção, aferiu-se que o fato da entrada e saída de viaturas deste parque, proporcionar-se exatamente no mesmo ponto, provoca conflitos de circulação.

Assim, se a saída de viaturas fosse concedida através da Alameda das Fontainhas, os carros que abandonassem o parque poderiam muito mais rápida e facilmente, deixar a cidade através da Ponte do Infante.

Ao proporcionar um nexos entre a Alameda das Fontainhas e o Largo do Actor Dias, para além de permitir uma circulação alternativa ao tráfego, traria ao de cima o cariz de alameda, que o nome deste arruamento carrega.

Entende-se, que o fato desta alameda, com configuração prevista quer para a circulação de veículos quer de transeuntes, não possuir um remate sob o ponto de vista urbanístico, acaba por tornar-se inútil e até alvo de preocupações ao nível de segurança, que poderão ser constatadas por quem ali passa, atendendo aos atos de vandalismo ali registados (figura 9).

Outro género de análise indispensável, é ao nível da regulamentação aplicável - Plano Diretor Municipal (PDM) para a cidade (anexo 1).

O local de intervenção, encontra-se inserido em Área Histórica, de acordo com a Carta de Qualificação do Solo (anexo 2). Assim, após estudo do PDM em vigor, aferiu-se que *“As áreas históricas correspondem aos tecidos consolidados mais antigos da cidade e às reminiscências dos núcleos rurais primitivos que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística e arquitetónica, que interessa preservar e requalificar (...)”*.⁸²

Relativamente às áreas classificadas como Áreas Históricas, o referido plano refere ainda que as mesmas *“são zonas mistas com predominância da função habitacional, sendo permitidas atividades complementares e outros usos desde que compatíveis com a função dominante e não provoquem uma intensidade de tráfego, ruído ou outro tipo de poluição ambiental incompatíveis com o seu desempenho funcional.”*⁸³

⁸² Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art. 9º, nr.1, alíneas a), b) e c)]

⁸³ Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art.10º]

Sobre a edificabilidade, o PDM esclarece que *“Nos edifícios existentes, as intervenções a levar a efeito devem ter como regra a conservação dos mesmos, admitindo -se obras de reconstrução sempre que justificadas pela degradação construtiva.”*⁸⁴

Salvaguardando ainda que *“Só são permitidas novas construções quando se destinem a substituir os edifícios a que se refere a alínea b) do artigo 12.º ou visem a ocupação de prédios urbanos não edificadas ou ainda as obras de ampliação de edifícios existentes e desde que estabeleçam uma correta relação com os edifícios vizinhos, nomeadamente no respeito pela cêrcea dos edifícios da frente urbana respetiva e da confrontante e no estabelecimento de alinhamentos que contribuam para a valorização do espaço público e na conservação dos elementos arquitetónicos e construtivos que contribuam para a caracterização patrimonial da figura urbana da zona onde se integram.”*⁸⁵

No que respeita a demolições, só são permitidas *“(…) totais ou parciais, de edifícios existentes quando a recuperação dos mesmos é inviável e nos casos seguintes:*

Por razões que ponham em causa a segurança de pessoas e bens;

*Quando o edifício existente constitua uma intrusão arquitetónica ou urbanística de má qualidade e que seja desqualificadora da figura do conjunto urbano em que se insere.”*⁸⁶

Esta ferramenta regulamentar – PDM, do âmbito do ordenamento do território da cidade, pronuncia-se ainda relativamente a logradouros e interior de quarteirões em Áreas Históricas:

⁸⁴ Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art.11º, nr. 1]

⁸⁵ Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art.11º, nr. 2]

⁸⁶ Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art.12º]



Figura 10|Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína



Figura 11|Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína



Figura 12|Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína



Figura 13|Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína

“Atendendo à especificidade das áreas históricas, a edificação nos logradouros e interior dos quarteirões pode ser admitida desde que sejam levados em consideração os valores arquitetónicos, patrimoniais e ambientais existentes e a sua correta relação com a envolvente, nomeadamente em termos de volumetria e de enquadramento paisagístico, e ainda se houver redução da área impermeável legalmente constituída anterior à operação.”⁸⁷

Depois da análise e ponderação de todos os pontos atrás mencionados, foi-se realizando uma aproximação gradual, até ao local de intervenção propriamente dito.

Assim, a dada altura tornou-se indispensável a deslocação ao local, com o único propósito de analisar somente a pré-existência. Foi neste ponto do processo de conceção, que debatemo-nos com a necessidade de perceber qual era o verdadeiro valor da pré-existência, ou seja, perceber que valor têm aqueles vestígios, de um edifício que se encontra sem qualquer cobertura e esventrado pelas mazelas do tempo (figura 10, 11, 12 e 13).

Em suma, foi durante a conceção de um Lar Residencial, para um terreno sito no Largo do Actor Dias, Porto, no âmbito do quinto ano do Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura, que se percebeu a necessidade de dissipar a dúvida relacionada com o valor das pré-existências, mais concretamente com o valor das pré-existências em estado de ruína. E é, esta a dúvida a que me proponho esclarecer, através da elaboração deste trabalho de investigação.

A primeira avaliação a ser feita, foi a relacionada com a história daquele edifício. Nesta matéria verificou-se a escassez, para não afirmar inexistência, de documentação que relatasse o passado deste edifício. A única documentação encontrada, apenas permite identificar o uso, sendo referido que este edifício no Largo do Actor Dias, seria de uso habitacional.⁸⁸

⁸⁷ Plano Diretor Municipal do Porto em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação [art.13º]

⁸⁸ O Periódico dos Pobres no Porto, de 30 de Julho de 1846



Figura 14| Fotografia do alçado norte da pré-existência em estado de ruína



Figura 15| Fotografia de uma parede da ruína

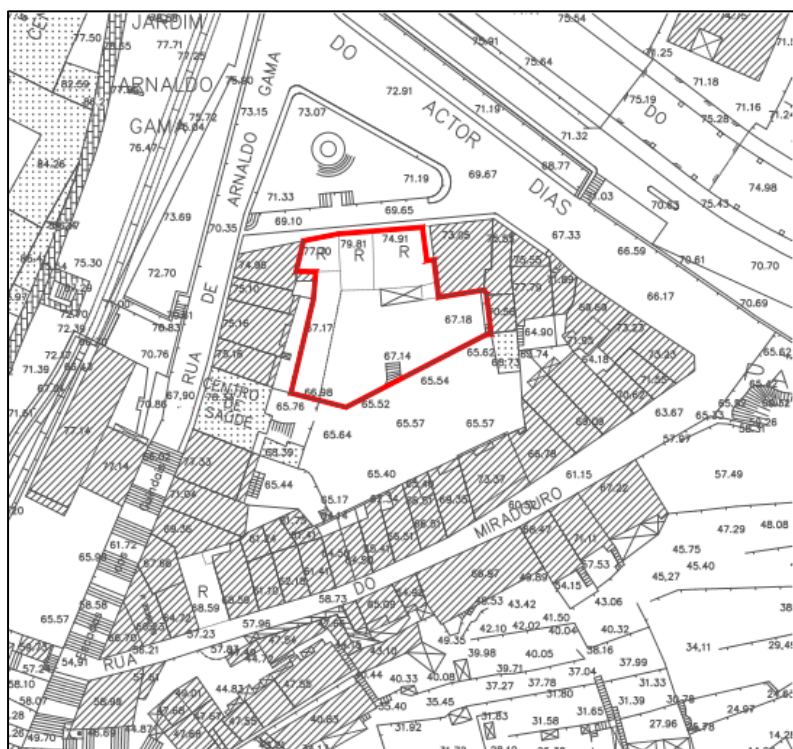


Figura 17| Cartografia do quarteirão onde se encontra inserido o terreno de intervenção (vermelho)



Figura 16| Fotografia de uma parede da ruína



Figura 18| Fotografia do alçado tardoz do edificado vizinho

Assim, face à inexistência de qualquer valor histórico passível de ser atribuído aos vestígios deste edifício, ou mesmo ao lugar onde os mesmos se encontram implantados, está subjacente o não reconhecimento de também de qualquer valor de memória ou identidade.

Sob o ponto de vista do valor arquitetónico, a fachada é desprovida de qualquer elemento arquitetónico digno de preservação (figura 14), e o sistema construtivo não denuncia a aplicação de qualquer técnica tradicional cujo desuso no tempo, faça com que a sua preservação seja pertinente (figura 15 e 16).

No entanto, a abundante presença de pedra nestas ruínas, em bom estado de conservação, poderia ser aproveitada para a construção do Lar Residencial.

Como foi já mencionado no CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO, relativamente ao exercício académico de quinto ano, o interesse recaiu precisamente sobre o programa da opção – Edificação, atendendo a que não se reconheceu qualquer valor histórico, arquitetónico ou sentimental à pré-existência, pelo que considerou mais viável a demolição total da mesma.

Contudo, sob o ponto de vista urbanístico, subsistia valor em determinada perspetiva, nomeadamente, sob o ponto de vista do alinhamento da fachada principal (norte).

Manter o alinhamento da fachada principal, era a decisão mais coerente na leitura do conjunto de toda a área envolvente, uma vez que estamos perante um quarteirão devidamente consolidado (figura 17).

Ainda da análise do lugar, entendeu-se mais natural adotar também o alinhamento tardoz da pré-existência, uma vez que o mesmo é igualmente o alinhamento predominante, na leitura do conjunto. Assim, a proposta não visaria uma intervenção que invadisse o logradouro de forma avassaladora, o que poderia destabilizar a relação deste novo edifício com os alçados tardoz dos edifícios vizinhos (figura 18).

O programa de Edificação, visava a conceção de um edifício, em que as áreas privadas contabilizassem vinte e dois quartos, dos quais catorze teriam a tipologia de duplos, todos eles munidos de instalações sanitárias.

Ao nível das áreas público-sociais, as mesmas teriam de incluir um átrio que permitisse a implantação de uma receção, instalações sanitárias, sala de estar, sala de atividades, bem como serviços administrativos.



Figura 19|Planta do rés-do-chão respeitante à proposta final do projeto – Lar Residencial

Legenda: 1-Átrio, 2-Acessos verticais público, 3-Acessos verticais privado, 4-Inst. Sanitárias-público, 6-Áreas técn./ arrumos, 8-Serviços administrativos, 9-Área de estar, 11-Quartos, 15-Entrada de serviço

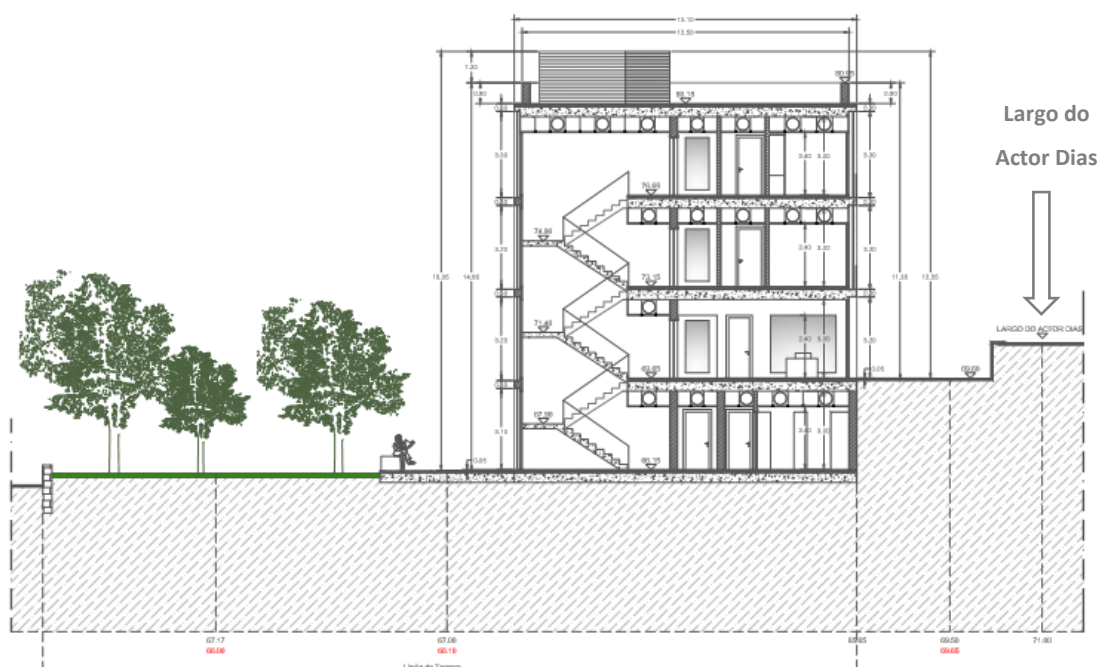


Figura 20|Corte respeitante à proposta final do projeto – Lar Residencial

Na área de serviços, teriam de ser previstos compartimentos que albergassem as funções de cozinha, despensa, tratamento de roupas e arrumos.

Estávamos perante uma construção, que necessitaria na totalidade, de cerca de 1050m² (anexo 3).

Apesar de não ser a essência do projeto, que se pretende ver investigada neste trabalho, é importante referir alguns aspetos que estiveram na origem das decisões tomadas.

Uma das decisões tomada durante o processo, foi que a sala de estar estivesse estrategicamente integrada no piso do rés-do-chão, piso este com relação direta ao Largo do Actor Dias, bem como o próprio átrio que por si só também é flexível ao ponto de permitir a permanência dos utentes.

Contudo, esta relação com o exterior teve de ser contrabalançada, através a conceção dos compartimentos adstritos à administração igualmente no piso do rés-do-chão, de forma a manter os níveis de segurança desejáveis (figura 19).

Com esta decisão, pretendeu-se que os utentes deste Lar Residencial, bem como os seus visitantes, pudessem relacionar-se mais facilmente com este espaço público. Intervindo assim, de forma positiva na vivência deste largo (figura 20).

Com a preservação do alinhamento tardoz, pretendeu-se não estimular questões de ensombramento nos edifícios vizinhos, devido à proximidade da ruína com os mesmos. Com esta decisão permitiu-se ainda que o logradouro do Lar Residencial mantivesse as suas generosas dimensões, possibilitando assim que os seus utentes praticassem atividades ao ar livre, enquanto desfrutariam das vistas sobre a Serra do Pilar, Rio Douro e Ponte D. Luís I.

No decorrer do processo de conceção do projeto, foram estudados e desenhados vários alçados. Um dos alçados desenvolvido, pretendia sob o ponto de vista do conjunto do quarteirão, apresentar vãos que se assemelhassem mais com os da pré-existência. Porém, o processo foi explorando as várias possibilidades, e este não foi o alçado que constou da proposta final.

Em retrospectiva, este teste de alçado, foi uma tentativa de refletir algo mais da pré-existência, nomeadamente, a linguagem dos vãos (figura 21 e 22).



Figura 21 | Alçado Norte testado no decorrer do processo do projeto – Lar Residencial

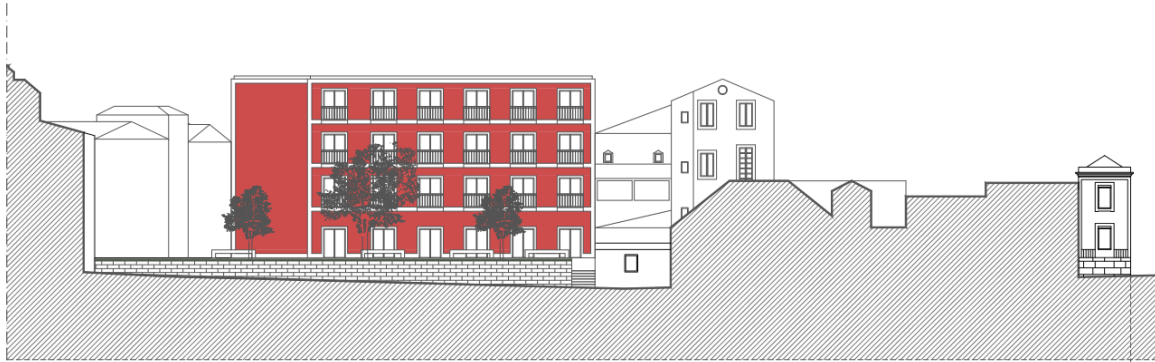


Figura 22 | Alçado Sul testado no decorrer do processo do projeto – Lar Residencial

Aquando do lançamento deste exercício no âmbito do quinto ano, o entusiasmo em transformar algo projetado noutra época, por outra pessoa, e fazê-la parte integrante de um novo projeto, pareceu aliciante. Contudo, após análise de todos os itens elencados neste subcapítulo, não se reconheceu valor suficiente à pré-existência a ponto de querer preservá-la, pelo menos não sob o sob o ponto de vista material, sendo que as únicas influências que acabaram por se refletir no novo projeto, foram os alinhamentos e as cérceas, que ainda se encontram bem definidos pelos vestígios do passado.

Perante esta situação, entendeu-se que seria uma mais-valia para a formação académica, refletir sobre estes aspetos. Assim, decidiu-se escolher um arquiteto, que tivesse já obra reconhecida no âmbito da intervenção em pré-existências, e analisar as decisões por ele tomadas.

O arquiteto escolhido – João Mendes Ribeiro.

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra



Figura 23 | Arquiteto João Mendes Ribeiro

Nascido na cidade de Coimbra no ano de 1960, João Mendes Ribeiro (figura 23) *“Desde cedo revelou uma atitude particular em relação ao desenho e à construção, sobretudo de “lego”, como assegura sorrindo.”*⁸⁹

O seu gosto pela construção, deveu-se em grande parte pela proximidade mantida com o seu avô, e pelas horas passadas na quinta do mesmo, ajudando-o, e realizando pequenos trabalhos em madeira e cortiça.⁹⁰

*“O meu avô tinha propriedades agrícolas, mas nas horas vagas construía objetos de madeira, tinha uma pequena carpintaria e portanto ia construindo. Desde pequenino estava sempre ao lado dele, sempre que ia visitá-lo ajudava-o a construir peças de madeira. Houve sempre um fascínio da minha parte por esse lado da construção e dos materiais, em particular da madeira, que tem esse significado, das memórias de infância. A madeira e a cortiça, ele também trabalhava muito a cortiça.”*⁹¹

Licenciou-se em arquitetura, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em 1986. Foi na Escola do Porto, que desenvolveu o seu especial interesse pelo contexto e lugar da intervenção.

O seu percurso foi tudo menos desinteressante.

Como assistente de Fernando Távora entre 1991 e 1998, teve a possibilidade de experimentar e aprofundar uma arquitetura com referência nos *“valores da tradição portuguesa”*⁹².

Trabalhou como colaborador de Fernando Pinto Coelho,⁹³ e ainda se alia aos arquitetos José António Bandeirinha e Carlos Reis Figueiredo, para juntos, abrirem um gabinete em Coimbra designado por Arquitetos da Beira.

⁸⁹ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.II]

⁹⁰ VITA, Francesca, 2012 [pág. 5]

⁹¹ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.II]

⁹² VITA, Francesca, 2012 [pág. 5]

⁹³ Fernando Pinto Coelho (1951, Porto), arquiteto e artista plástico português

Em 1991 é quando se dá o primeiro contato deste arquiteto, com o mundo da cenografia. Ricardo Pais, encenador, convidou João Mendes Ribeiro para a realização de uma peça de teatro, e desde então que colaboram juntos.

Através da cenografia, Mendes Ribeiro passa a explorar artes até então por ele não exploradas, o teatro, o cinema e a dança, dão a este arquiteto a possibilidade de fazer uma redescoberta *“(…) entre o corpo, o dos intérpretes, e o espaço, onde os seus projetos não se poderão soltar dos gestos e dos movimentos dos atores em cena.”*⁹⁴

É através da cenografia, e desta *“(…) contaminação entre as duas disciplinas”*,⁹⁵ que o arquiteto começa a encarar a disciplina da arquitetura de forma crítica, questionando-a e permitindo que esta dança entre disciplinas seja algo enriquecedor para ambas. Para o arquiteto não existe o trabalhar em cenários e o trabalhar e projetos de arquitetura. *“As preocupações são as mesmas, é evidente que os trabalhos depois são diferentes, porque têm problemáticas diferentes, mas posiciono-me da mesma maneira seja para desenhar um objeto ou para fazer um projeto em grande escala.”*⁹⁶

Devido à diversidade do seu percurso profissional, *“Para alguns é considerado um outsider no mundo da arquitetura e ouviu falar que às vezes nem o aceitam como arquiteto (…).”*⁹⁷ Felizmente, esta opinião não é partilhada por todos, *“João Mendes Ribeiro tem desenvolvido o privilégio de exercer o ato de reabilitar respondendo a uma grande diversidade de programas e preexistências. Da reabilitação de uma arquitetura erudita (Laboratório Chimico ou Claustro do Mosteiro do Lorvão) à reabilitação de uma construção sem tempo (palheiro na Cortegaça, monte alentejano em Torre de Palma, estufas do Jardim Botânico de Coimbra, termas romanas de São Pedro do Sul), da reabilitação de estruturas industriais (como é o caso da Casa das Caldeiras em Coimbra ou do Centro de Artes Contemporâneas – Arquipélago na Ribeira Grande) a uma reabilitação feita através de obra nova (caso do armazém da Adémia, ou da casa na Fonte Boa), a produção de JMR é surpreendentemente e insistentemente tão poética quanto rigorosa, tão vital quanto excecional”*.⁹⁸

⁹⁴ VITA, Francesca, 2012 [pág. 5]

⁹⁵ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA, Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.V]

⁹⁶ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA, Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.V]

⁹⁷ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA, Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.V]

⁹⁸ TOSTÕES, Ana, (1959, Lisboa): arquiteta e professora. “João Mendes Ribeiro 2003/2016”: monografia apresentada em Coimbra disponível. Diário as Beiras.2017. Disponível em: [Http://www.asbeiras.pt/2017/05/joao-mendes-ribeiro-20032016-monografia-apresentada-em-coimbra/](http://www.asbeiras.pt/2017/05/joao-mendes-ribeiro-20032016-monografia-apresentada-em-coimbra/)

Enquanto estudante de arquitetura, sempre entendi, que a arquitetura “sente” todas as artes. Foi precisamente devido a este entendimento, que a escolha do pluridisciplinar arquiteto João Mendes Ribeiro, tornou-se a mais acertada, pois desta forma poderíamos perceber através do seu trabalho realizado no âmbito da arquitetura, as suas igualmente pluridisciplinares escolhas face a pré-existências.

Porque o que é “boa arquitetura” para um lugar, não o será para outro, nada melhor do que estudar a obra de um homem, que se deixou apaixonar pelas artes, e que permite assumidamente que elas se manifestem na sua obra, sem qualquer pudor ou vaidade, é assim a postura de João Mendes Ribeiro.

No fim do presente trabalho, mais concretamente nos anexos, encontra-se uma entrevista ao arquiteto João Mendes Ribeiro, realizada em Coimbra, no dia 27 de Outubro de 2017 (anexo 4).

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra



Figura 24 | Fotografia do Castelo de Montemor-O-Velho, Coimbra



Figura 25 | Intervenção de João Mendes Ribeiro (Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra)

A Casa de Chá de João Mendes Ribeiro, é uma obra que remonta a 1997, e foi promovida pelo antigo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR).

Esta obra a ser implantada nas ruínas do Castelo de Montemor-o-Velho do séc. XII (figura 24), levantou questões relacionadas com a intervenção e pré-existências com valor patrimonial, como era o caso.⁹⁹

O objetivo a alcançar com esta obra, era possibilitar um espaço de permanência para os visitantes destas ruínas, com reconhecido valor histórico.

Tratava-se portanto, de dotar o espaço com *“capacidade de acolhimento público”*.¹⁰⁰

Apesar da verificada escassez documental, o lugar previsto para a implantação da obra em análise, albergou outrora, o denominado Paço das Infantas devido a ter sido habitado por reis e rainhas.¹⁰¹ Perante este facto concluímos, que este espaço teve no passado função habitacional, algo a que Mendes Ribeiro não foi insensível: *“Aquela escada que desenhei para subir a janela, no fundo é dar a possibilidade às pessoas de habitar aquele espaço.”*¹⁰² (figura 25).

Estamos portanto perante um Lugar Antropológico, sob o ponto de vista de caracterização do mesmo.

Sob o ponto de vista do estado de conservação, a muralha, bem como, os torreões e as ameias encontram-se razoáveis no que respeita ao estado de conservação.

Contudo, no que diz respeito ao Castelo, apenas restam alguns vestígios que identificam as divisões pelas quais era composto. Do denominado Paço das Infantas, apenas restam *“(...) fragmentos das paredes envolventes e algumas aberturas (...)”*.¹⁰³

⁹⁹ TOSTÕES, Ana – Casa de chá. Público. 2001, Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/01/27/jornal/casa-de-cha-154123>

¹⁰⁰ IPPAR, "Património, Balanço e Perspectivas", IPPAR, Lisboa 2000

¹⁰¹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 41]

¹⁰² Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA, Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.XII]

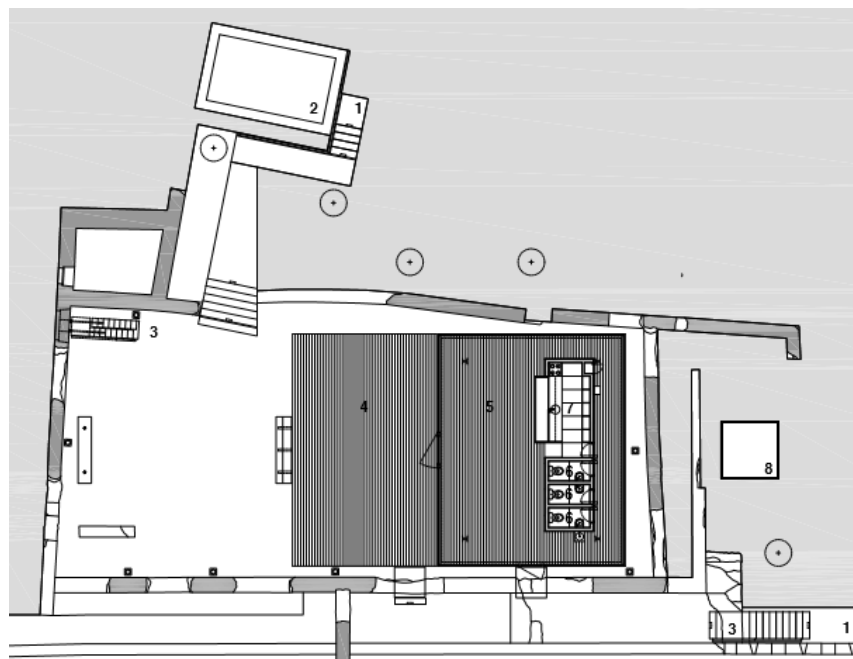
¹⁰³ VITA, Francesca, 2012 [pág. 41]



Figura 26| Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra



Figura 27| Casa Farnsworth de Mies van der Rohe, Illinois, Estados Unidos



- Legenda:
- 1-Acesso
 - 2-Tanque de água
 - 3-Escada
 - 4-Esplanada
 - 5-Sala de chá
 - 6-Instalações sanitárias
 - 7-Cozinha
 - 8-Fosso de ar condicionado

Figura 28| Planta da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra



Figura 29| Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra



Figura 30| Vista interior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra



Figura 31| Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra

Atendendo ao enquadramento da obra, ou seja, a ruína do Castelo, a proposta do arquiteto passou por uma construção de pequenas dimensões (90m²), dotada de um carácter efémero e linhas minimalistas (figura 26), que nos projeta de imediato para a Casa Farnsworth da autoria de Mies van der Rohe¹⁰⁴ (figura 27).

Esta construção, composta por apenas dois planos e quatro pilares, define uma volumetria que em tudo se assemelha à de um contentor no bom sentido da palavra (figura 28).

As suas fachadas compostas por vidro, permitem que a sua envolvente – a ruína, se torne parte integrante deste projeto.

*" O uso do vidro estimula a visão ininterrupta dos fragmentos de ruínas envolventes e a projecção fora do espaço interior. "*¹⁰⁵

Com uma plataforma que parece elevada do chão devido ao recuso dos pilares que a suportam esta casa de chá, é claramente uma referência à Casa Farnsworth.

Mesmo sendo evidente, o contraste entre a pré-existência e esta obra contemporânea, quando estamos dentro da casa de chá, as duas parecem fundir-se numa só obra (figura 29, 30 e 31).

Esta particularidade só foi conseguida, devido à clara experiência do autor, no que respeita a "jogar" com dimensões opostas, como o interior-exterior e o público-privado.

Foi essencialmente através de detalhes, meticulosamente pensados, que Mendes Ribeiro foi bem conseguido: *"(...) há uma escada que vai e em que de repente soltámos um degrau e pomos uma pedra de mármore. A escada é uma escada de cimento branco, mas depois o degrau que já dá para o espaço interior, já está em mármore, e dá-te essa ideia de características de um espaço interior. "*¹⁰⁶

Ao nível do interior, nomeadamente das funções que alberga, o autor organiza-as através de uma caixa que madeira, onde se encontram dissimuladas as instalações sanitárias e incorporada a cafetaria.

¹⁰⁴ VITA, Francesca, 2012 [pág. 38]

¹⁰⁵ TOSTÕES, Ana – Casa de chá. Público. 2001, Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/01/27/jornal/casa-de-cha-154123>

¹⁰⁶ Entrevista a João Mendes Ribeiro, realizada por VITA, Francesca, a 15 de Junho de 2012 [pág.VIII]



Figura 32 | Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra

O restante espaço destinado a sala de chá, divide-se em duas áreas uma coberta e outra descoberta (esplanada), para o efeito (figura 32).

O autor auxilia-se do conceito “caixas dentro de caixas” e do efeito “contentor” para dotar esta obra de “caráter transitório e reversível”, o que a torna uma instalação “multifuncional”, provavelmente uma experiência adquirida devido a “exigências técnicas em cenografia”.¹⁰⁷

Esta obra “toca” a pré-existência de forma muito ténue, quase como se o seu autor quisesse intervir o mínimo possível na pré-existência, contudo, fazendo questão de que ambas se integrassem, se completassem.

Desta postura, entende-se que João Mendes Ribeiro, reconheceu o valor histórico e arquitetónico desta pré-existência, pelo que opta por uma intervenção subtil, em que quase não toca na ruína, fazendo com que a mesma valorize a obra contemporânea, e vice-versa.

“Na Casa de Chá, eu não me sentia tão à vontade para intervir em contextos históricos, pelo que fizemos uma peça muito autónoma e reversível, que se pode tirar em qualquer altura. Aí não se procurou a síntese entre o passado e o presente, procurou-se precisamente uma espécie de oposição entre o passado e o presente, e o que se fez foi um objeto muito autónomo do ponto de vista da implantação, dos materiais e da sua utilização, mas ao mesmo tempo aquela peça nasce dali, não a consigo ver sem ser ali. Tem a haver um bocadinho com a ideia de que, se existia aquela ruína do século XII, do Paço das Infantas, qual era a possibilidade de voltar a habitar aquele espaço? Portanto esta ideia de um espaço interior, dentro de um espaço interior, era o tema. Era preciso criar as condições necessárias, para voltar a introduzir a questão da habitabilidade dentro da ruína. Portanto a escolha da implantação é decisiva neste tema, nesta ideia de reforçar os aspetos interiores da ruína. No fundo, joga-se um bocadinho na oposição, através de elementos verticais muito fortes, com as ruínas que constituem dois planos horizontais extensos, a alvenaria de pedra escura e texturada, em oposição aos elementos de vidro lisos e transparentes, portanto há aqui uma dualidade de materiais e sistemas construtivos, que jogam exatamente nesse confronto, mas sempre a partir muito da pré-existência.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ VITA, Francesca, 2012 [pág. 38]

¹⁰⁸ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra

Cortegaça, freguesia entretanto agregada segundo a reorganização administrativa do território ocorrida em 2012 e 2013, atualmente designada por Mortágua, Vale do Remígio, Cortegaça e Almaça, pertencente ao distrito de Viseu.

Estamos perante um território com rigorosas condições climatéricas, que aliadas a uma economia de *“escassa indústria, onde a grande parte é subsidiária da agricultura”*¹⁰⁹ torna-se necessário para a sua população assegurar o sustento através do armazenamento dos “frutos” que a terra proporciona.

Num solo xistoso e acidentado como o de Cortegaça, é do milho, do vinho, das oliveiras, dos pinheiros, das azinheiras, dos sobreiros e dos castanheiros, de onde advém a maior parte do sustento das famílias que por lá se fixaram.¹¹⁰

A produção artesanal de utensílios, que tornam a vida agrícola menos dolorosa, é também uma das fontes de rendimento da região.

Construções como esta, a que foi alvo de intervenção por parte do arquiteto João Mendes Ribeiro, na região em causa são muito comuns, e designavam-se por Choupana.¹¹¹

Eram construções de apoio à rotina agrícola, que raramente eram adossadas à casa principal, aglutinavam a função de curral e palheiro, pois habitualmente tinham uma altura correspondente à de um piso e meio. Assim, no rés-do-chão predominavam as funções de corte dos animais ou de casa da eira. Já ao nível do piso superior, era onde a função de palheiro assumia o papel principal.

A planta destas construções, usualmente de configuração retangular e cobertura de duas águas, eram estruturalmente compostas por três paredes de pedra, em que a fachada usualmente voltada a norte era sempre revestida por ripas de madeira,¹¹² de forma a permitir uma boa ventilação.

Ao nível da luminosidade, a mesma era reduzida atendendo a que as aberturas nestas construções não eram abundantes.

¹⁰⁹ SANTOS, Isabel, 2014 [pág. 65]

¹¹⁰ SANTOS, Isabel, 2014 [pág. 65]

¹¹¹ Choupana: 1. Casa de uma só porta, coberta de ramos ou colmo; 2. Cabana, choça, casebre. *choupana* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-11 17:39:28]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/choupana>

¹¹² SANTOS, Isabel, 2014 [pág. 65]

Estamos na presença de elemento de arquitetura vernacular¹¹³, que espelha parte da história e dos costumes de uma região e seu povo.

Passemos para a análise da obra que se pretende ver aqui analisada.

O contato da cliente desta obra para com Mendes Ribeiro, inicialmente não previa a reabilitação deste palheiro. O contato tinha como objetivo sim uma reabilitação, mas a da habitação principal, ou casa-mãe, se preferirem.

Porém, esta reabilitação encontrando-se já em avançada fase de desenvolvimento, não atraiu Mendes Ribeiro devido a este não se identificar com o resultado final, tendo assim declinado o trabalho. No entanto, não muito longe dali, João Mendes Ribeiro sentir-se-ia empolgado com uma outra construção. Tratava-se de uma construção em estado de ruína, detentora de um papel secundário na dinâmica desta propriedade - um palheiro, mas o seu caráter vernacular, tornou-a mais apelativa aos olhos do arquiteto.

O programa previa então, a reconversão deste palheiro numa pequena habitação unifamiliar, que serviria a sua proprietária e os seus hóspedes.¹¹⁴

O Palheiro reabilitado por Mendes Ribeiro, enquadra-se no género de construções rurais que tinham por objetivo dar apoio à subsistência agrícola.

*“Segundo o arquiteto, o principal desafio do projeto do Palheiro consiste na “(...) capacidade de olhar para a pré-existência e, (...) na capacidade de ajustar o programa á pré-existência e usar a pré-existência como matéria de projeto”. (João Mendes Ribeiro, 2009, p.92)”.*¹¹⁵

Sob o ponto de vista do estado de conservação, este palheiro encontrava-se em condições bastante razoáveis.

*“As paredes exteriores em xisto com junta seca, graças ao emprego de técnicas tradicionais, conservaram-se em ótimo estado, ao contrário dos elementos em madeira. As intervenções sobre as estruturas primárias foram mínimas e as paredes perimetrais em pedra foram aproveitadas pela nova intervenção.”*¹¹⁶

¹¹³ Arquitetura vernacular ou vernacula: visa privilegiar a utilização de recursos, técnicas e materiais típicos da região onde será edificada a construção.

¹¹⁴ VITA, Francesca, 2012 [pág. 57]

¹¹⁵ VITA, Francesca, 2012 [pág. 75]

¹¹⁶ VITA, Francesca, 2012 [pág. 60]



Figura 33| Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu



Figura 34| Fotografia Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu, após intervenção



Figura 35| Vista exterior Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu, após intervenção



Figura 36| Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu

No que respeita à cobertura, o teto e as asnas encontravam-se bastante danificadas, indicando que não haveria outra solução senão substituí-las (figura 33 e 34).¹¹⁷

Quanto à madeira existente na fachada, *“(...) o arquiteto respeitou a existência, reinterpretando-os e recriando-os, dando origem a um ripado de madeira na fachada sul do edifício. Esta fachada já era materializada com elementos de madeira, que estavam em mau estado de conservação.”*¹¹⁸ (figura 35).

A sua planta – retangular, uma altura equivalente a dois pisos, e a verificação de poucas aberturas em tudo enquadra esta obra, na típica choupana atrás descrita.

Ao nível dos materiais as semelhança também se registam, paredes em xisto e a madeira, que caracterizam as construções rurais desta região, também estão patentes.

Olhando para o resultado final, interpreta-se à semelhança de Isabel Santos (2014), que o arquiteto Mendes Ribeiro faz uso dos ensinamentos adquiridos enquanto assistente de Fernando Távora: “É evidente na obra do arquiteto João Mendes Ribeiro premissas provenientes da influência de Fernando Távora. A noção de lugar e a utilização de materiais e técnicas tradicionais”,¹¹⁹ denotam o respeito pela arquitetura vernácula, e mais importante ainda, denotam preocupação na preservação de exemplares deste género de arquitetura.

Só assim se justifica, a opção do arquiteto em empregar as técnicas, os materiais e os sistemas construtivos, presentes na construção original desta obra.

Mas para Mendes Ribeiro, nem toda a pré-existência se manifestou “valiosa” o suficiente para ser reabilitada, e integrada neste projeto.

A prova dessa avaliação realizada pelo arquiteto, foi a demolição de um volume mais baixo, adossado ao rés-do-chão do palheiro, que provavelmente servia como armazém (figura 36).

*“O “vazio” deixado por esta demolição, foi preenchido com uma pele permeável de ripas de madeira a ritmo regular, que deixam passar a luz de fora para dentro durante o dia e de dentro para fora durante a noite.”*¹²⁰

¹¹⁷ VITA, Francesca, 2012 [pág. 60]

¹¹⁸ SANTOS, Isabel, 2014 [Pág.83]

¹¹⁹ SANTOS, Isabel, 2014 [Pág.72]

¹²⁰ VITA, Francesca, 2012 [pág. 61]



Figura 37| Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu

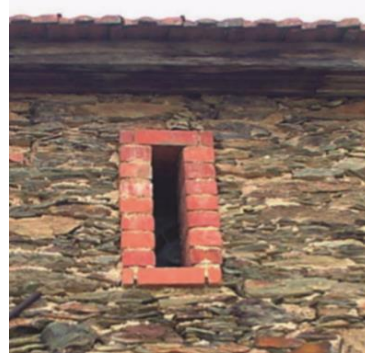


Figura 38| Fotografia de vão da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu



Figura 39| Vista interior do corredor/garrafeira que liga a casa-mãe ao Palheiro na



Figura 40| Vista interior sobre a sala de estar, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu



Figura 41| Vista interior para o primeiro piso, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu



Figura 42| Vista interior da cozinha, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu

Relativamente aos vãos os mesmos foram mantidos, de forma a manter a mesma leitura das fachadas da pré-existência (figura 37 e 38).¹²¹

Outra particularidade do programa para esta obra, era que a cliente pretendia a ligação entre o palheiro reconvertido numa habitação unifamiliar, e a casa-mãe. A ideia que a cliente tinha em mente é que esta ligação se desse através de um corredor onde se proporcionassem diversas salas. Porém, o arquiteto contrapôs a ideia da sua cliente com um corredor cujo conceito implícito seria uma garrafeira, que em tudo se identificaria com a dinâmica desta propriedade atendendo à produção de vinho que ali se regista. A cliente consentiu (figura 39).¹²²

Quanto ao interior da obra em análise, crê-se, que foi nesta matéria que o arquiteto mais dotou a obra de contemporaneidade, tal deveu-se em grande parte aos materiais escolhidos, bem como, às cores e ao mobiliário (figura 40 e 41). Contudo, nunca rompendo com a pré-existência.

*“(...) é um projeto que não vai de alguma maneira, na direção da ruptura com a pré-existência (Mendes Ribeiro, 2008).”*¹²³

*“Nesta obra anulam-se as marcas de tempos distintos, através da homogeneização dos materiais e da linguagem arquitetónica, estabelecendo uma síndissertação possível entre tradição e modernidade.”*¹²⁴

No nível do rés-do-chão Mendes Ribeiro opta por demolir as divisórias, tornando assim o espaço mais amplo. É no rés-do-chão que se encontra a área social, com as funções adstritas à cozinha, quarto de banho de serviço, bem como, a sala de estar e de jantar (figura 42).

Já no piso superior desenvolve-se a área privada, com um quarto, um escritório e um quarto de banho privado (figura 43, 44 e 45). Contudo, a planta deste piso apenas se desenvolve em metade da superfície do nível inferior. O que proporciona um pé direito duplo à sala de estar (figura 40 e 41).

¹²¹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 55]

¹²² VITA, Francesca, 2012 [pág. 87]

¹²³ RIBEIRO, Mendes, 2008 [pág. 87]

¹²⁴ RIBEIRO, Mendes, 2008 [pág. 187]

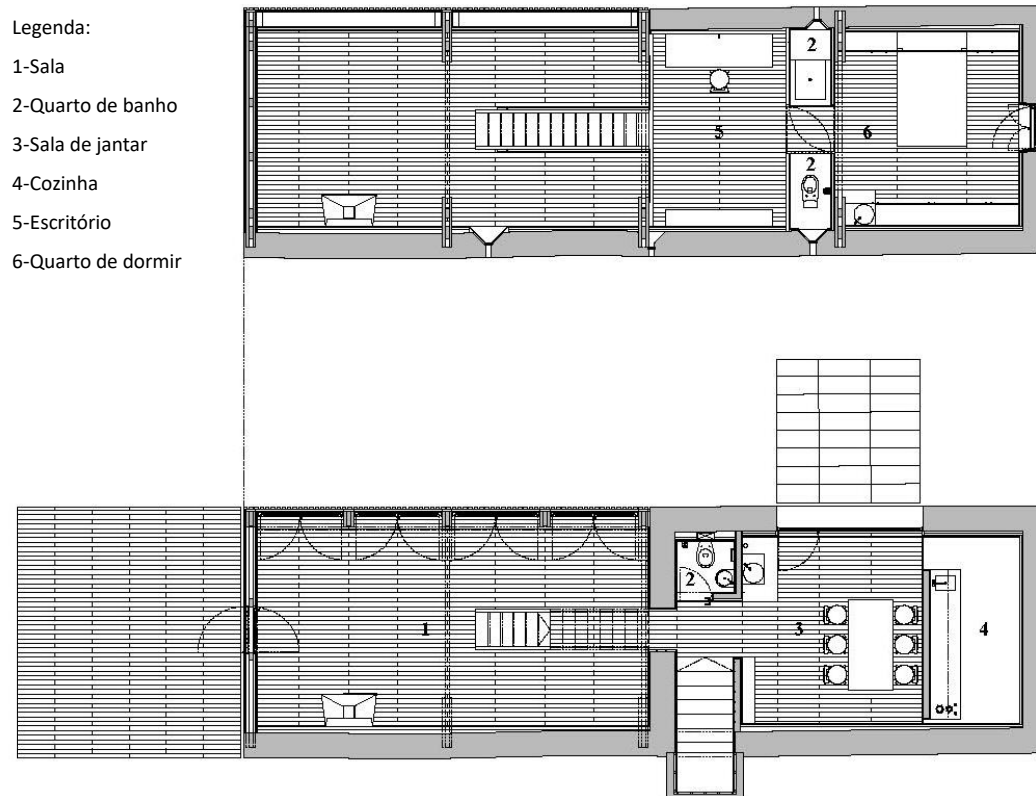


Figura 43| Plantas do primeiro e segundo piso, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu



Figura 44| Vista interior do primeiro piso – quarto de banho, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu

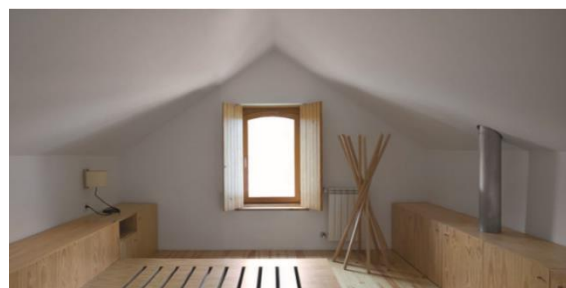


Figura 45| Vista interior do primeiro piso – quarto de dormir, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu

Este palheiro, situado no território cujas características foram já explanadas, é um vestígio, um registo ou chamemos-lhe uma memória, de toda uma cultura e tradição, que caracterizam esta região. A conversão do uso desta construção, poderia ter sido realizada sem terem sido em consideração estes fatores, mas foram. O autor da obra optou por uma intervenção que respeita a pré-existência sob vários pontos de vista, nomeadamente, culturais, construtivos e arquitetónicos.

“Outra curiosidade nesta obra, é que foram recuperados os sistemas construtivos tradicionais e as madeiras. Por exemplo nas zonas de água, como cozinha e quartos de banho, fomos procurando soluções tradicionais que passaram pela aplicação de uma betonilha queimada com óxido de ferro, de forma tradicional. Esta betonilha faz tudo, faz a base do duche, faz os pavimentos, a banca da cozinha, pelo que aqui esta implícita a recuperação de alguns sistemas construtivos tradicionais que entraram em desuso, mas sempre com uma leitura contemporânea. Devo dizer que foi difícil encontrar quem fizesse este trabalho de betonilha. Estalava tudo, tivemos de o fazer duas ou três vezes... até que fomos buscar um senhor muito velhinho, que fez isto toda a vida. Se não fosse ele não tínhamos conseguido.”¹²⁵

¹²⁵ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra

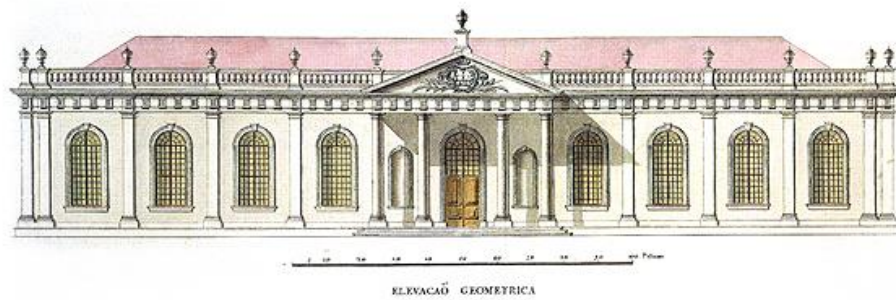


Figura 46 | Alçado do Laboratorio Chimico, de G. Elsdén e R. F. de Almeida (1777), Coimbra

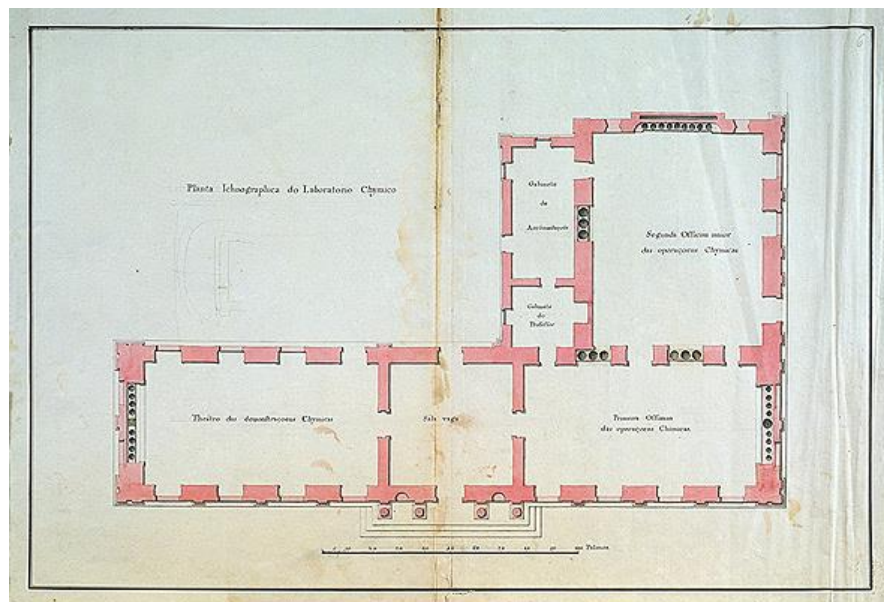


Figura 47 | Planta do Laboratorio Chimico

Este edifício, mandado construir pelo Marquês de Pombal entre 1773 e 1775, surge no contexto de uma “(...) reforma profunda no sistema universitário, nomeadamente pelo desenvolvimento das ciências da natureza e ciências exactas, incluindo o ensino da química, que até então estavam pouco desenvolvidas nesta Universidade. Dentre as medidas de grande alcance desta reforma sobressai a introdução do método experimental no estudo das ciências. Foram, então, criadas duas novas Faculdades, Matemática e Filosofia, funcionando nesta última o curso filosófico que tinha a duração de quatro anos. O último ano era ocupado com o estudo de “Química Teórica e Prática”. Ordenavam os novos Estatutos a construção de um Laboratório destinado à Química, edifício que ficou concluído no início do ano lectivo 1775/76. Existe no Departamento uma planta prévia do edifício rubricada pelo punho do Marquês, o que mostra o empenho deste na reforma universitária que empreendeu. Assim nasceu o “Laboratorio Chymico” que serviu de instalação ao Departamento de Química durante duzentos anos. Embora no decurso do século XIX fossem aparecendo no País algumas Instituições dedicadas ao Ensino e Prática da Química, o Laboratório Chymico foi a única existente a nível universitário até à criação das Universidades de Lisboa e do Porto, em 1911.”¹²⁶

Este edifício de linguagem neoclássica¹²⁷ (figura 46), foi desenhado pela Casa do Risco, e contou com a orientação do engenheiro militar tenente-coronel Guilherme Elsdén, e a orientação científica do italiano Domingos Vandelli.¹²⁸

A planta em forma de “L” (figura 47), evidência a existência de três salas de grandes dimensões: a de demonstrações químicas, e de mais duas oficinas-laboratórios.

Uma das oficinas-laboratório, mais concretamente a que se encontra localizada no braço do mencionado “L”, possui um pé-direito de 12 metros (até ao ponto mais alto), isto devido a questões de segurança, pois no projeto inicial era onde se produziam os produtos químicos.¹²⁹

¹²⁶ Portal da Universidade de Coimbra. Departamento de Química. Apresentação. [Consult. 17 Out.2017] Disponível em: https://www.uc.pt/fctuc/dquimica/Apresentacao/notula_historica

¹²⁷ Neoclassicismo: estilo arquitetónico que tem por base a antiguidade clássica grega e romana

¹²⁸ Domenico Vandelli (1735, Itália – 1816, Portugal): primeiro professor de ciências naturais na Universidade de Coimbra

¹²⁹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 71]



Figura 48| Fotografia durante a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra



Figura 49| Fotografia após a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra



Figura 50| Fotografia após a intervenção, onde se podem ver o púlpito, o forno e a janela preservados da pré-existência, Laboratório Químico, Coimbra



Figura 51| 3D da Janela preservada da pré-existência, Laboratório Químico, Coimbra



Figura 52| Fotografia do auditório antes da intervenção, Laboratório Químico, Coimbra



Figura 53| Fotografia do auditório após a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra

“Este pequeno e modesto edifício em relação aos grandes e imponentes colégios em volta, teve uma importância estratégica e fundamental na história da cidade de Coimbra. No ano 1809, foi aproveitado para a fabricação de desinfetantes de cloro e ácido muriático oxigenado para tentar eliminar a peste e uns anos mais tarde o laboratório foi transformado numa verdadeira fábrica de munições de guerra.”¹³⁰

Aquando da sua intervenção, os arquitetos João Mendes Ribeiro, Carlos Antunes e Désirée Pedro, depararam-se com uma pré-existência em muito bom estado de conservação (figura 48), sob o ponto de vista estrutural. O único elemento estrutural objeto de preocupação foi a cobertura que devido a infiltrações encontrava-se apodrecida, pelo que teve que ser substituída. Contudo, a nova cobertura foi fiel à original (figura 49).

O pavimento original em pedra, foi também substituído por um de madeira.

A intervenção destes arquitetos, foi mais além e contemplou ainda o restauro de elementos ao nível do mobiliário, caixilharias, portadas e azulejos.¹³¹

Devemos frisar ainda, que o restauro passou ainda pela identificação de elementos com valor suficiente à sua preservação, para posteriormente limpar a pré-existência de todas as camadas de materiais que se foram sobrepondo aos originais, tendo em consideração o proposto por Elsden no século XVIII. Os únicos elementos resgatados foram um púlpito, um forno e uma janela, pertencentes a um antigo refeitório jesuíta do século XVII encontrado durante umas escavações arqueológicas, numa área que agora pertence ao Laboratório Químico (figura 50 e 51).¹³²

Com o aumento significativo de alunos, e consequentemente de professores, ocorrido em meados do século XIX, tornou-se necessária a remodelação do edifício.

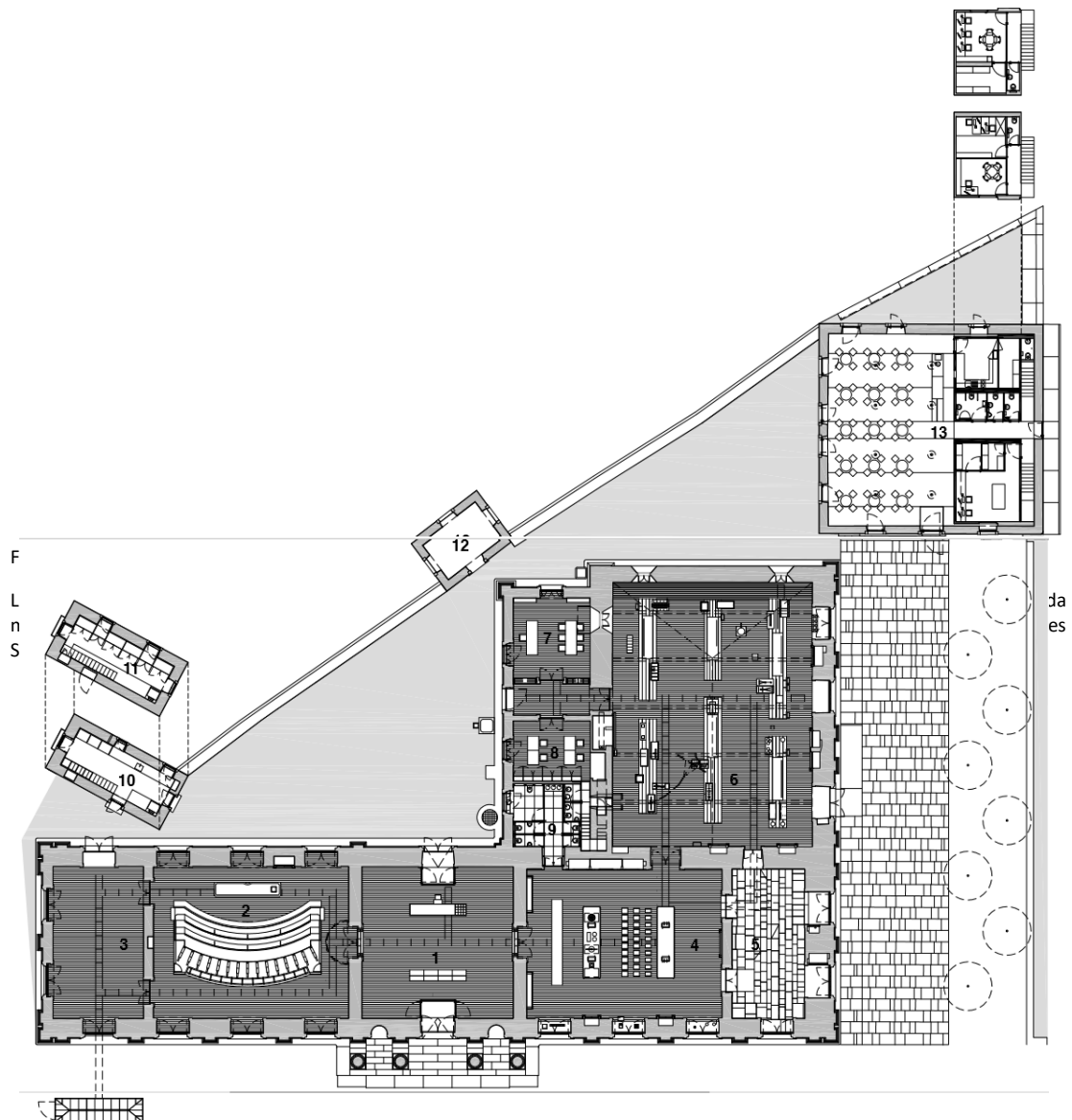
O laboratório de metalurgia (ala norte), foi substituído por um anfiteatro com capacidade para 90 pessoas (figura 52 e 53). Outra das alterações significativas a este edifício foi a transformação das oficinas em gabinetes, laboratórios, espaços de arrumação e uma escada que permitia o acesso ao segundo piso sotão.¹³³

¹³⁰ VITA, Francesca, 2012 [pág. 70]

¹³¹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 72]

¹³² VITA, Francesca, 2012 [pág. 19, 70, 72 e 73]

¹³³ VITA, Francesca, 2012 [pág. 71]



Sob o ponto de vista da análise da planta, esta intervenção visou igualmente manter o proposto por Elsdén, sendo que apenas se procedeu à reabilitação dos espaços iniciais.

Este edifício que agora alberga as funções do Museu das Ciências de Coimbra, organiza num só piso o átrio, salas destinadas a exposições permanentes e temporárias, um auditório, compartimentos destinados a serviços como a sala de direção e de secretariado.

Através da planta podemos ainda verificar ao nível do exterior, a existência de uma sala de conservação e restauros, um belvedere e uma cafetaria, que passou pela reabilitação de dois volumes da pré-existência (figura 54).

“Supostamente este edifício pombalino teria sido construído de raiz, mas afinal estava montado sobre um edifício do século XVI, e toda a matriz do edifício tem a ver com a implantação do edifício pré-existente, mesmo que depois com o tempo tenha ficado invisível, oculto. Ao serem descobertas algumas estruturas, como janelas ou o púlpito no antigo refeitório, foi possível perceber que se tratava exatamente da mesma implantação. Portanto mesmo quando se pensa que se arrasa, e que vai construir de novo, às vezes o que determina a nova implantação do edifício, é algo que vem da pré-existência. Pelo que, eu acho que esta leitura histórica do edifício clarifica sempre também o uso contemporâneo, porque nós tínhamos algumas indecisões relativamente a este espaço, e depois desta descoberta clarificamos também de forma muito mais evidente o uso contemporâneo.”¹³⁴

¹³⁴ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra



Figura 55| Arco D. Jacinta, na Rua do Loureiro, Coimbra



Figura 56| Vista exterior da Rua do Loureiro sobre a Casa da Escrita, Coimbra

O terreno onde se encontra implantada, aquela que foi outrora denominada por Casa do Arco, é caracterizado pela malha urbana densa em que se encontra inserido – entre a Rua Dr. João Jacinto e a Rua do Loureiro, sendo que esta última rasga o rés-do-chão do edifício.

Este edifício, ladeado por outros edifícios essencialmente destinados ao uso habitacional, resulta da união de dois volumes construídos com referências no século XVI, união essa que se verifica precisamente por cima da Rua do Loureiro, em que um arco protagoniza o elemento de ligação (figura 55).

Estamos perante um edifício, que alberga uma função intrinsecamente relacionada com a história do seu proprietário – João José de Melo Cochofel Ayres de Campos, poeta e letrado.

Os seus proprietários iniciais – os Viscondes de Espinho, ao que parece terão vendido esta casa ao Doutor João Jacinto da Silva Correia, tendo a mesma se mantido na família até ao seu bisneto, o já referido poeta. Foi durante a presença de João Cochofel nesta casa, que a mesma se transformou num centro de criação literária.

Foi nesta casa, que o poeta proporcionou diversas tertúlias, na presença dos principais letrados da época do neorrealismo,¹³⁵ e onde se viu nascer um projeto coletivo que tinha por base a compilação de poemas de caráter social e de oposição, ao regime Salazarista - Novo Cancioneiro.¹³⁶

Esta casa que se tornou um marco, de uma época da história portuguesa, viu o seu valor reconhecido ao ser adquirida em 2003 pela Câmara Municipal de Coimbra, para ser reabilitada, designando-se atualmente por Casa da Escrita (figura 56).

"Foi nos meus 19, 20 anos que conheci esta casa. E foi pela mão de Carlos de Oliveira que entrei em contacto com este grupo do Novo Cancioneiro. Esta casa foi o castelo de sonhos de toda uma geração que não aceitava a realidade só por ser realidade e que pensava que o mundo precisava de ser alterado, modificado, desconstruído", afirmou Eduardo Lourenço¹³⁷, lembrando escritores como Fernando Namora, Joaquim Namorado, Carlos de Oliveira, Rui Feijó e Afonso Duarte".¹³⁸

¹³⁵ Neorrealismo: movimento artístico definido por ideologias de esquerda, que influenciou as várias formas de arte desde a literatura, à pintura e até à música

¹³⁶ VITA, Francesca, 2012 [pág. 93, 94]

¹³⁷ Eduardo Lourenço (1923, Almeida): professor e filósofo português

¹³⁸ JEGUNDO, André, Público. Casa da Escrita em Coimbra. Público. 2010. [Consult. 05 de Set. 2017] Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/11/29/jornal/casa-da-escrita-abriu-portas-em-coimbra-20718372>



Figura 57| Vista interior da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra



Figura 58| Vista interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra

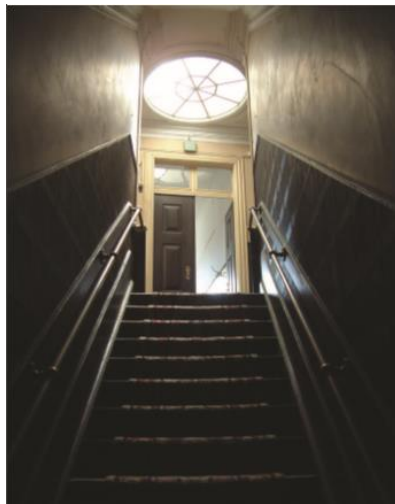


Figura 59| Escada de acesso ao segundo piso, aquando da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra



Figura 60| Escada de acesso ao segundo piso, após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra



Figura 61| Cobertura aquando da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra



Figura 62| Cobertura durante a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra

A casa é agora composta por um arquivo, uma oficina de escrita e uma residência temporária, destinada a albergar escritores que apoiem atividades e interações entre a escrita literárias e a mais diversas criações artísticas.¹³⁹

Aquando da avaliação da pré-existência, Mendes Ribeiro deparou-se com um edifício em razoável estado de conservação (figura 57, 58, 59 60), tendo-se registado apenas algumas infiltrações.

A intervenção sob o ponto de vista do exterior, visou a eliminação de problemas que estavam na origem das mencionadas infiltrações, condensações e a consequente aparição de salitre, que como não poderia deixar de ser deixaram mazelas no reboco existente.

Ao nível dos elementos que compõem a fachada, foi contemplada a restauração dos pétreos estruturais, cornijas, gárgulas, frontão, frisos, lambris e guarnições.

Devido à ação do tempo, impôs-se ainda o restauro de todas as cantarias, através de um tratamento hidrófugo. Ainda no exterior, os trabalhos passaram também pela substituição da cobertura (figura 61 e 62).¹⁴⁰

A reabilitação ao nível dos exteriores foi muito mais além da reabilitação do edifício.

Esta intervenção contemplou a remodelação do jardim envolvente (figura 63 e 64), de um espaço que antigamente albergava as funções de criação de animais (figura 65 e 66), uma casa que se destinava à habitação de um caseiro (figura 67 e 68), e à reabilitação de um reservatório de água. Destes, o arquiteto fez pela mesma ordem, uma estufa (com área para leitura e apoio à manutenção do jardim), uma oficina de encadernação e uma “casa de fresco”.¹⁴¹

¹³⁹ Archdaily – Casa da Escrita/ João Mendes Ribeiro. 2011. [Consult. 22 Set. 2017] Disponível em: <https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://www.archdaily.com/150913/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro&prev=search>

¹⁴⁰ VITA, Francesca, 2012 [pág. 94, 95]

¹⁴¹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 97]



Figura 63 | Vista do antigo espaço para a criação dos animais, Casa da Escrita, Coimbra



Figura 64 | Passeio após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra



Figura 65 | Antiga casa do caseiro (pré-existência), Casa da Escrita, Coimbra



Figura 66 | Antiga casa do caseiro atual oficina de encadernação, Casa da Escrita, Coimbra



Figura 67 | Vista do espaço de apoio ao jardim, Casa da Escrita, Coimbra



Figura 68 | Anterior espaço de criação de animais, Casa da Escrita, Coimbra

No interior, Mendes Ribeiro procedeu ao levantamento dos pavimentos de forma a aplicar uma tela por baixo dos mesmos, isolando-os, e reforçando-os através de elementos em riga e perfis metálicos.¹⁴²

Os pavimentos são maioritariamente em madeira maciça de tabuado à “inglesa”, que passa por uma tábua de dimensões mais estreitas, à exceção das zonas alcatifadas, do átrio, parte das instalações sanitárias, da cozinha e da copa.¹⁴³

Os tetos ricos em ornamentação trabalhada em estuque, foram libertados de todas as patologias que neles se manifestaram para serem então finalmente restaurados, e totalmente pintados de branco (figura 69 e 70). O mesmo não aconteceu com os tetos que não possuíam interesse de preservação, tendo os mesmos sido apenas substituídos por gesso cartonado.¹⁴⁴

As caixilharias, as portas, bem como, as respetivas ferragens depois de restauradas foram pintadas de branco.¹⁴⁵

“No fundo aquela casa é feita da soma de tantos tempos, e de tantas intervenções, e tinha espaços completamente distintos que eventualmente ganharam sentido de unidade a partir da cor. Trata-se de uma casa excessivamente recortada, com muito detalhe, espaços completamente diferenciados e de alguma forma tentou-se encontrar uma síntese a partir da cor, esse é um tema. O outro, e vou dizê-lo porque o acho muito importante, é talvez das coisas que eu não consegui resolver na Casa da Escrita. A casa era muitíssimo caracterizada por papéis de parede, e nós fizemos uma investigação e conseguimos descobrir que eles vieram de Inglaterra, porque no verso tinham datas dos anos quarenta, ou seja, foram introduzidos nos anos quarenta. De facto estes papéis de parede, deixavam uma marca muito forte. Nós tentamos duas hipóteses, uma era verificar se aqueles papéis existiam, e fizemos contatos para Londres para ver se era possível recuperar aquele papel, e ser exatamente o mesmo e não inventar. Contudo, verificamos que isso não era possível, existia ainda a marca curiosamente, mas aqueles padrões tinham desaparecido.(...)”¹⁴⁶

¹⁴² VITA, Francesca, 2012 [pág. 95]

¹⁴³ VITA, Francesca, 2012 [pág. 95]

¹⁴⁴ VITA, Francesca, 2012 [pág. 95]

¹⁴⁵ VITA, Francesca, 2012 [pág. 95]

¹⁴⁶ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)



Figura 69| Interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra



Figura 70| Interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra



Figura 71| Escada principal aquando da pré-existência, Casa da Escrita, Coimbra



Figura 72| Escada após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra



Figura 73| Escada secundária após intervenção na Casa da Escrita, Coimbra

Uma das alterações mais significativas desta intervenção, passou pela demolição da escada principal, que relacionava a entrada com a restante casa. A mencionada escada foi substituída por uma escada de linguagem contemporânea, cujo material escolhido pelo arquiteto foi a madeira - riga para os degraus e contraplacado de bétula para as forras (figura 71 e 72).

Mas os acessos verticais, não se ficam pela presença de uma única escada. Existem mais dois acessos verticais: um elevador e uma escada na ala sul do rés-do-chão, composta por degraus de madeira e estrutura metálica (figura 73), não deixando margem para dúvidas quanto à sua contemporaneidade.¹⁴⁷

Onde antes se localizava a cozinha, foi onde o arquiteto previu a atual copa, sendo que esta se relaciona, através de um monta-pratos, com a nova cozinha projetada num compartimento no rés-do-chão.¹⁴⁸ Desta forma, toda a dinâmica envolvida em torno de uma cozinha, é facilitada devido à sua relação com o exterior.

¹⁴⁷ VITA, Francesca, 2012 [pág. 95 e 96]

¹⁴⁸ VITA, Francesca, 2012 [pág. 96]

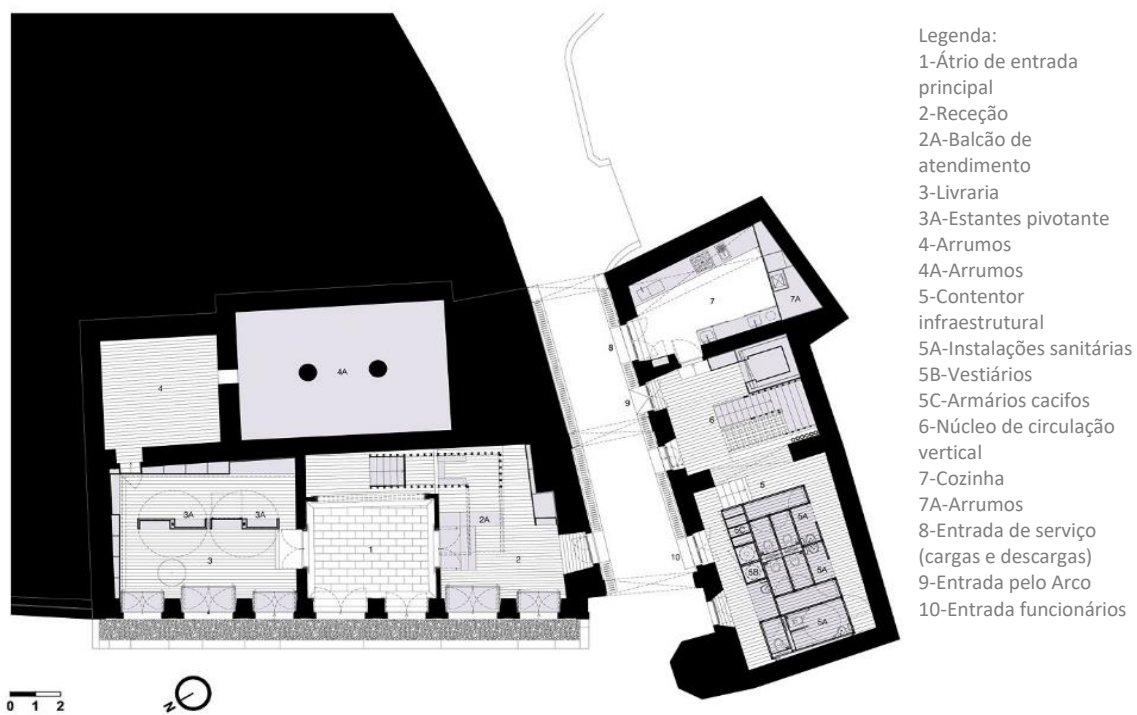


Figura 74 | Planta do ré-do-chão da Casa da Escrita, Coimbra

A instalação de todas as infraestruturas necessárias, nomeadamente toda a rede de água, esgotos, eletricidade, comunicações, gás, e aquecimento, foi assegurada tirando partido dos novos tetos e pavimentos e de condutas verticais.¹⁴⁹

Esta obra não passou apenas pelo restauro do edifício em si, mas também pelo restauro de elementos do seu recheio que organizavam as compartimentações do mesmo, no sentido de darem resposta a cada uma das funções dessas mesmas compartimentações.

Tal facto é constatado pelo facto, do mobiliário que outrora servia as funções da cozinha e agora depois de restaurado encontrar-se a dar apoio à copa, e à sala que devido à sua versatilidade pode ser utilizada para servir refeições.

Este restauro chegou mesmo até às peças sanitárias, da *“residência do escritor convidado”*.¹⁵⁰

Estes factos denotam uma cuidada avaliação e preocupação por parte do arquiteto, em preservar tudo o que da pré-existência possa ser mantido, dotando a obra de todo e qualquer elemento, que possa evocar a memória e identidade do passado deste espaço.

O conceito da reabilitação desta obra assenta na temática- percursos.

A planta desta casa, por si só já proporcionava um emaranhado de percursos possíveis, por entre todas as compartimentações existentes. João Mendes Ribeiro, não foi insensível a esta característica e intensificou-a introduzindo novos percursos e concebendo a sobreposição das áreas públicas com as privadas.¹⁵¹

Pode afirmar-se, que esta foi uma das mais-valias, ainda que imaterial, da pré-existência a que o arquiteto reconheceu valor suficiente à sua preservação.

Esta constante comunicação dos espaços, aliada à abertura de novos vãos e lanternins, essencialmente ao nível da cobertura e do primeiro piso, acabou também por ser fundamental para que o arquiteto fosse bem conseguido, no que respeita à abundância e difusão de luz natural, mesmo em espaços como corredores, que tanto marcam esta obra.¹⁵²

¹⁴⁹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 96 e 97]

¹⁵⁰ VITA, Francesca, 2012 [pág. 96]

¹⁵¹ VITA, Francesca, 2012 [pág. 92]

¹⁵² VITA, Francesca, 2012 [pág. 85 e 92]

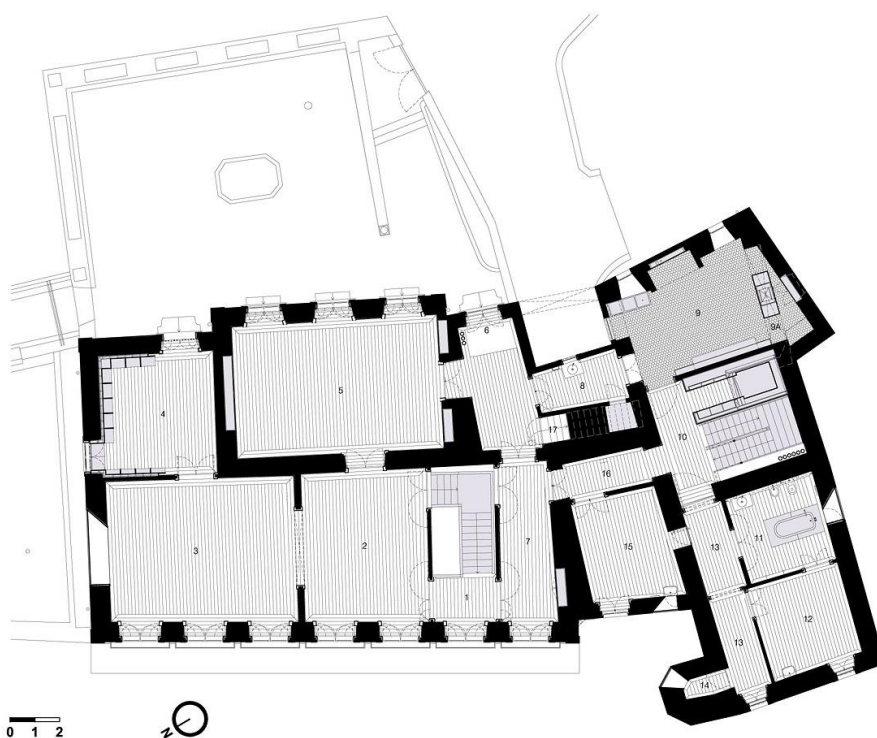


Figura 75 | Planta do primeiro piso da Casa da Escrita, Coimbra

Legenda: 1-Escadas de acesso principal, 2-Sala de leitura (a)/ espaço para a realização de eventos, 3- Sala de leitura (b)/ espaço para a realização de eventos, 4-Biblioteca, 5-Sala polivalente/ antiga sala de refeições, 6-Entrada de serviço/ jardim, 7-Espaço mediador (a), 8-Espaço mediador (b), 9-Cozinha, 9A-Monta-pratos, 10-Núcleo de circulação vertical, 11-Residência do escritor/ quarto de banho, 12-Residência do escritor/ quarto (a) antigo Colégio das Artes, 13-Residência do escritor/ corredor, 14-Residência do escritor/ torreão, 15-Residência do escritor/ quarto (b), 16-Espaço mediador (c), 17-Escadas de acesso ao piso 2

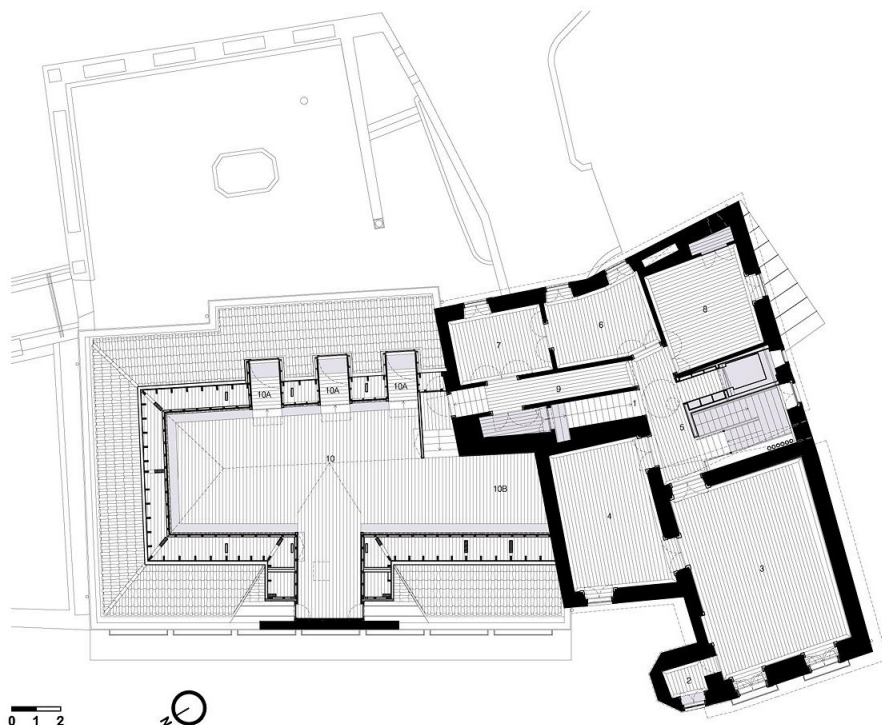


Figura 76 | Planta do segundo piso da Casa da Escrita, Coimbra

Legenda: 1-Escadas de acesso ao piso 2, 2-Cédula de leitura torreão, 3-Sala de leitura ©/ espaço para realização de eventos, 4-Quarto de pesquisa literária, 5-Núcleo de circulação vertical, 6-Sala de administração (a), 7 - Sala de administração (b), 8-Sala de reuniões, 9-Espaço mediador (d), 10-Arquivo ativo, 10A-Células de leitura, 10B-Receção

A questão luminosidade, é ainda mais acentuada devido ao facto de toda a pré-existência preservada, desde os tetos em estuque, lambris, portas ou até mesmo os rodapés, terem sido pintados de branco, enfatizando assim os espaços.

Da análise das plantas verificamos que os dois volumes que constituem a Casa da Escrita, estão ligados por um arco – Arco D. Jacinta. No edifício sul, ao nível do rés-do-chão é onde se encontram os serviços como as instalações sanitárias, os arrumos e a cozinha, enquanto o volume norte é onde se encontra o átrio, e os compartimentos com destino a atividades coletivas de escrita e convívio entre os participantes (figura 74).

O primeiro piso, onde estes volumes se transformam verdadeiramente em um só, é onde podemos encontrar o apartamento dos artistas, uma biblioteca e duas salas mais versáteis ao nível das funções, pois podem servir como espaço de leitura, ou de organização de eventos (figura 75).

Na ala norte do último piso (sótão), é onde se localiza o arquivo ativo, que constituía as exigências do programa, enquanto a sul, para além de duas salas de leitura e pesquisa literária, é onde se encontram os compartimentos respeitantes à função da administração da Casa da Escrita (figura 76).

CAPÍTULO IV – UM ARQUITETO... VÁRIAS INTERVENÇÕES

João Mendes Ribeiro, Um arquiteto...

João Mendes Ribeiro, várias intervenções

Casa de Chá, 1997, Montemor-O-Velho, Coimbra

Palheiro na Cortegaça, 2000-2005, Mortágua, Viseu

Laboratório Químico, 2001-2003, Coimbra

Casa da Escrita, 2008-2010, Coimbra

Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, 2016, Coimbra

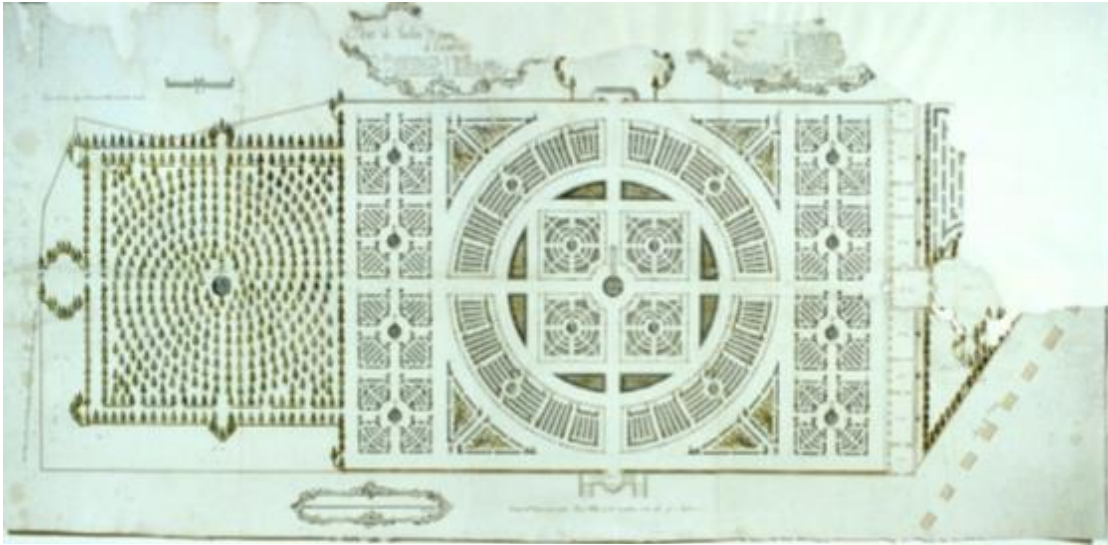


Figura 77 | Planta do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, 1773

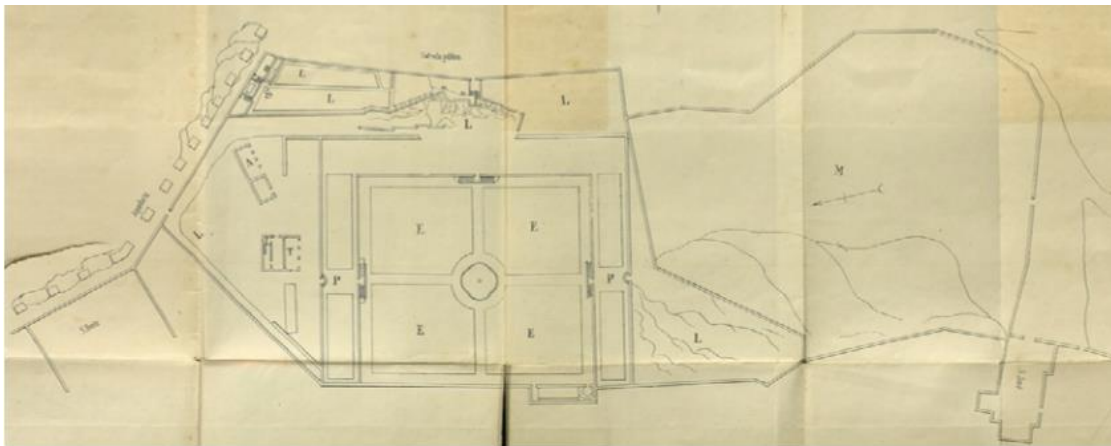


Figura 78 | Planta do Jardim Botânico, meados de 1800



Figura 79 | Desenho para o portão principal do Jardim Botânico, 1818

No ano de 1772, é expressada pelo Marquês do Pombal a necessidade de dotar a Universidade de Coimbra com um Jardim Botânico, que incumbe o reitor da Universidade à data – D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, de encontrar o local adequado para o propósito.

O terreno escolhido era próximo da Universidade e do Aqueduto da cidade, e era da propriedade do Colégio de São Bento, sendo que o seu Abade Beneditino, receando que lhe fosse retirado mais terreno, acabou por o oferecer.¹⁵³

O desenho do Jardim Botânico, foi então concebido por Vandelli, Dalla Bella e pelo jardineiro conhecido pelo nome Júlio Mattiazzi (figura 77).

Nunca ficou clara a participação de Guilherme Elsdén, até então responsável pela execução dos desenhos inerentes a edifícios universitários, nesta obra. Apesar da sua participação ser mencionada, o estado de conservação dos documentos que constituíam este plano não permite aferir a veracidade desta informação.¹⁵⁴

Porém, o plano apresentado não foi do agrado do Marquês de Pombal, devido ao custo implícito à execução do mesmo, pelo que o Jardim Botânico, foi redesenhado tendo por base um traço mais “humilde”.¹⁵⁵

Em 1807, foi adquirida a Cerca do Colégio de S. José dos Marianos, o que permitiu duplicar a área respeitante a este jardim, proporcionando-lhe uma configuração mais regular (figura 78).¹⁵⁶

Durante as invasões francesas as obras neste Jardim Botânico ficaram suspensas, tendo sido retomadas entre 1814. Foi entre o ano de 1814 e 1821, que se realizaram algumas obras no Jardim, das quais se dá especial destaque ao muro (de pedra, com guarda de ferro e bronze), e ao portão principal (figura 79).¹⁵⁷

¹⁵³ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 119]

¹⁵⁴ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 119]

¹⁵⁵ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 120]

¹⁵⁶ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 120, 121]

¹⁵⁷ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 121]



Figura 80 | Gravura da Estufa do Jardim Botânico de Joaquim Mariz, 1867



Figura 81 | Restauro da Estufa do Jardim Botânico, 1934



Figura 82 | Estufas Kew, Inglaterra

A construção da Estufa propriamente dita, da autoria de Pedro José Pezerat,¹⁵⁸ só viria a iniciar-se em 1854.

Em 1857, a produção de ferro na cidade de Coimbra manifestou-se insuficiente, pelo que em Julho do mesmo ano, foi celebrado com o Instituto Industrial de Lisboa um contrato que visava a conclusão da Estufa.

Contudo, devido a complicações financeiras a última parte da Estufa, só viria a ser encomendada em 1862, desta vez à Fundição de Massarelos no Porto.

Assim, em 1865 encontrava-se completamente concluída esta Estufa, constituída por três salas, todas elas com diferentes temperaturas (figura 80).

Mas obras neste ano não se ficaram por aqui, foram ainda construídas mais duas estufas de pequenas dimensões, com vista a culturas especiais e uns anos mais tarde foi construída uma outra apenas exclusivamente para fetos.¹⁵⁹

Em 1934, estas Estufas sofreram uma grande intervenção com o objetivo de as dotar de um melhor aquecimento, o que permitiu a introdução de uma espécie denominada por *Victoria Amazónica*, que é nada mais, nada menos, do que o maior nenúfar do mundo.

Este nenúfar, existente em poucos locais da Europa, passou a ser semeado anualmente neste Jardim, que era o único jardim do País, onde se poderia contemplar esta espécie (figura 81).¹⁶⁰

Estas Estufas Tropicais, típicas da arquitetura do ferro em Portugal, que indiciam influências das Estufas Kew de Inglaterra (figura 82),¹⁶¹ foram alvo de uma intervenção que consistiu no “(...) *restauro e recuperação das estruturas existentes e a implementação de soluções técnicas adequadas ao desenvolvimento das plantas* (...)”¹⁶²

Para além do objetivo, em melhorar as qualidades técnicas das Estufas, o programa desta reabilitação visava ainda, a adequação do espaço a visitantes.

¹⁵⁸ Pedro José Pezerat (1801, França – 1872, Portugal): arquiteto e engenheiro francês

¹⁵⁹ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 123]

¹⁶⁰ PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana, BANDEIRA, Miguel, Jardins-Jardineiros-Jardinagem, 2014, Universidade do Minho [pág. 130]

¹⁶¹ RIBEIRO, Mendes: monografia 2003-2016, [pág. 213]

¹⁶² RIBEIRO, Ribeiro: monografia 2003-2016, [pág. 213]



Figura 83| Vista exterior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra



Figura 84| Vista interior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra



Figura 85| Vista interior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra

Mendes Ribeiro, explorou novas soluções sob o ponto de vista de sombreamento e ventilação, sem nunca porém esquecer a importância de manter os níveis higrométricos, que passam pelo “estudo e medida da humidade atmosférica”.¹⁶³

Ao nível da relação interior/ exterior, a mesma foi resgatada ao passado pelo arquiteto.

A anulação da caiação dos vidros, proporcionou novamente a conceção visual entre o interior desta Estufa, e o Jardim que a envolve. Contudo, o controlo da luminosidade não foi descartado das preocupações de Mendes Ribeiro, a aplicação de telas de sombreamento interiores, concedem um maior controle sobre o fator luz (figura 83).

*“Ainda no que respeita ao controlo de luminosidade, colocamos estores pelo interior, por fora teria sido muito melhor, mas o impacto visual causado seria muito, pelo que resolvemos fazer pelo interior. Mais uma vez, a pesquisa que fizemos foi determinante pois descobrimos através de fotografias antigas, que os vidros não eram caiados e que a estufa tinha estores por dentro. O problema aqui, é que antes tudo era feito de forma manual, por exemplo o abrir as janelas de cima podia tornar-se muito complicado. O que nós fizemos então, foi estudar um mecanismo centralizado para abrir e fechar os estores e as janelas de forma eficaz e automática, sempre de acordo com os níveis de luminosidade, temperatura, ventilação e humidade pretendidos. Por exemplo se o programa deteta que existe excesso de sol, automaticamente fecha os estores. (...)”*¹⁶⁴

A ala central, dotada de uma enorme imponência devido ao seu elevado pé direito, viu-lhe concedida às mãos de Mendes Ribeiro, uma extrema elegância através do desenho de uma galeria e escada de estrutura metálica, que em tudo se identifica com a arquitetura deste edifício (figura 84). Tal só foi possível, porque a intervenção do arquiteto não atribuiu qualquer valor à anterior galeria, cuja laje, pilares e escadas de acesso, eram constituídas por um material que em nada se integrava com a restante pré-existência – betão.¹⁶⁵

¹⁶³ Higrometria: in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-18 19:16:10]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/higrometria>

¹⁶⁴ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

¹⁶⁵ Portal da vida imobiliária - Estufas Tropicais do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. [Consult. 25 Set. 2017] Disponível em: <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidatura/estufas-tropicais-do-jardim-bot%C3%A2nico-da-universidade-de-coimbra>

Ainda da análise da ala central, é de frisar outra das decisões tomadas pelo arquiteto, nomeadamente, a retirada dos anteriores canteiros que foram substituídos por um lago onde a espécie protagonista deste Jardim assume novamente o papel principal - *Victoria Amazónica*.

É o revestimento deste lago, em chapa de aço (pintada a preto), que acaba por introduzir o elemento surpresa para quem o visita, os reflexos da estrutura no lago, criam um ambiente de íntima relação entre o visitante e o edifício (figura 85).

“Ao nível da estufa principal, foram demolidos os canteiros que existiam ao centro da mesma, para dar lugar ao novo lago com cinquenta centímetros de profundidade, e foi demolida também uma galeria que existia em torno da estufa, muito feia, construída em betão nos anos cinquenta. Ou seja, não introduzimos nada de novo ao projeto, o que fizemos foi manter esta galeria, o que me pareceu interessante sob o ponto de vista cénico, mas de forma ligeira e colocar duas escadas em caracol, em cada uma das extremidades do lago, que mergulham na água. Manter esta galeria, deveu-se também ao propósito de manter uma leitura vertical deste espaço, a galeria tinha era de ser feita com outra delicadeza.

A leitura vertical do espaço, foi também enfatizada através do lago em chapa de aço pintada a preto, cujo reflexo dota o espaço de uma forte carga cénica.”¹⁶⁶

Esta intervenção visou ainda a construção de um novo volume junto à Estufa, de seu nome – Ciências *in Situ*, destinasse a albergar espaços de infraestruturas. A sua linguagem foi inspirada nas *“(...) tradicionais casas de fresco, é um edifício de cobertura ajardinada com estrutura de madeira e pedra e portadas em ripado de madeira.”¹⁶⁷*

¹⁶⁶ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

¹⁶⁷ RIBEIRO, Ribeiro: monografia 2003-2016, [pág. 213]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto, já explanado, em que surgiu o interesse em aprofundar o tema inerente ao valor da ruína enquanto pré-existência, levou à leitura das diversas opiniões de personalidades que há muito se debruçam sobre esta problemática.

Le Corbusier, Françoise Choay, Norberg-Schulz, são apenas alguns dos que já se pronunciaram sobre o tema, bem como, sobre os fatores que esta temática envolve, fatores como memória, identidade e “lugar”.

O que se pretende transmitir é que a avaliação de uma pré-existência, ainda que em estado de ruína, deve ter em consideração diversos fatores.

Primeiramente, quando um arquiteto se depara com uma pré-existência, deve ao recolher informação sobre a mesma, assim como sobre a sua envolvente, perceber se existe algum valor histórico que lhe tenha sido reconhecido.

Sob o ponto de vista arquitetónico, deve ser aferida a existência, ou não, de elementos que definam uma época ou género de arquitetura, pois em caso positivo, esses elementos são registos do passado.

Ainda sob o ponto de vista arquitetónico, devem ser tidos em consideração outros elementos igualmente preponderantes para determinar qual o valor de uma ruína, tais como eventuais materiais ou sistemas construtivos que a mesma ainda “carregue em si”, que com o passar dos tempos tenham caído em desuso. Estamos a falar de exemplos como construções em tabique, em que os materiais envolvidos e a forma de fazer, são representantes de uma construção vernácula. A importância de preservar sistemas construtivos como o exemplificado, para que os mesmos possam ser observados e estudados, traduz-se na necessidade de transmitir às gerações futuras, exemplos que atestam a veracidade da informação documental existente.

Mas nem só do ponto de vista material, pode ser analisado o potencial valor arquitetónico de uma ruína. Aquando de uma intervenção, sempre que o arquiteto decide o que tem ou não valor suficiente à sua preservação, em muitos dos casos essa mesma análise dá-se apenas ao nível do exterior, ou seja, em caso de preservação a mesma só se verifica no que respeita à fachada, negligenciando totalmente o interior.

Atendendo a que a ruína que despoletou este trabalho de investigação, encontra-se localizada na cidade do Porto, seria praticamente impossível não mencionar as tipologias portuenses. É importante compreender, que existem tipologias típicas que caracterizam uma cidade, pela forma como nela se construía em determinada época, ou perante determinadas contrariedades e características, como por exemplo a topografia. Quando estas tipologias são destruídas, acabam por destruir igualmente a identidade de uma cidade.

Continuando a linha de pensamento sobre potenciais valores imateriais que a ruína detenha, é necessário referir que mesmo em casos como o do exercício académico desenvolvido, em que a decisão tomada passou pela demolição da pré-existência, poderão existir heranças da mesma, cuja preservação poderá fazer sentido. Estamos a falar de alinhamentos ou cérceas, que ao serem conservados possam ser uma mais-valia para o edifício e para o “lugar”, atendendo à relação com o edificado envolvente, como aconteceu no projeto para o Lar Residencial no Largo do Actor Dias no Porto.

É certo que o desenvolvimento natural do presente trabalho passou por diversas etapas, como apreender quais as definições do termo ruína, seguindo para a análise histórica de quando e porquê, surgem no tempo os primeiros sinais de que o Homem manifesta preocupação com a preservação e proteção dos vestígios do passado.

Foram ainda estudadas as “ferramentas”, e a cronologia a elas associada, para que essa preservação e proteção fosse cumprida e uniformizada, como disso é exemplo a Carta de Atenas, a Carta de Veneza, a Carta de Cracóvia, bem como, convenções, recomendações e regulamentação que foram ganhando expressão à luz das intervenções que iam sendo levadas a cabo.

Foi ainda realizado um levantamento das entidades que foram criadas, com vista a assegurar que os pressupostos explanados nas mencionadas cartas, convenções, recomendações e regulamentação, fossem efetivamente cumpridas.

Contudo, para além de todos estes fatores, existia um, que ainda que se trate de algo sensorial, é inúmeras vezes mencionado no discurso de arquitetos quando estes explicam as suas intervenções – Genius-Loci, traduzindo para português, o “espírito do lugar”.

A leitura e reflexão de bibliografia de personalidades como Norberg-Schulz e Marc Augé, ajudou particularmente a compreender os conceitos de “lugar” e “não-lugar”.

Siza Vieira, que tantas vezes menciona a importância do “lugar” nas suas intervenções, é um dos arquitetos mencionados neste trabalho.

Com a investigação do presente tema, percebeu-se que é fundamental aquando de uma intervenção que contempla uma pré-existência, a compreensão do “lugar”, e da sua identidade. Acima de tudo, é preciso compreender quais as características, que tornam o “lugar” peculiar.

Porém, entendeu-se que o percurso desta investigação teria de ir mais além, pelo que foi escolhido um arquiteto contemporâneo, com quem o autor se identifica – João Mendes Ribeiro, cuja obra é amplamente reconhecida no que diz respeito a intervenções em pré-existências, para que através da análise de algumas das suas obras, pudéssemos compreender a sua perspetiva e postura face à pré-existência.

Através das obras escolhidas, e das entrevistas facultadas pelo arquiteto, é possível compreender que o mesmo não encara a pré-existência como algo intocável, o que de alguma forma, apoia decisões como a demolição da ruína no projeto do Lar Residencial. Ou seja, é possível que existam pré-existências que realmente não detenham qualquer valor.

Contudo, na continuidade da análise das obras escolhidas, é possível perceber a extrema sensibilidade com que o arquiteto trata a pré-existência, sob o ponto de vista da preservação dos elementos que caracterizam o edifício, ou o “lugar” em que este se encontra inserido.

Estamos perante uma temática muito subjetiva. O próprio arquiteto João Mendes Ribeiro, referindo-se a uma obra sua em específico – Laboratório Químico, que visou a destruição de uma sala do século XIX, admite que *“de mil arquitetos, tens mil respostas diferentes”*.

No entanto a maior reflexão que tiramos do estudo realizado, é que a intervenção numa pré – existência, ainda que em estado de ruína, passa pela avaliação do “lugar” e da pré-existência, quer sobre o ponto de vista histórico quer arquitetónico, quer sob o ponto de vista da memória que aqueles vestígios representam, e essencialmente pelo bom senso na conjugação de todos os estes fatores.

O Homem apurou durante o Renascimento, a necessidade de registar o passado, através da preservação das obras e dos monumentos que chegaram até si, e esforçou-se para manter este registo, e transmiti-lo às gerações futuras. Prova disso, para além de todas as “ferramentas” já

mencionadas, são os arquivos e os museus, criados e sustentados, com o único intuito de transmitir o conhecimento adquirido sobre o passado.

A ruína que chega até “nós”, é um testemunho desse passado. É através destes vestígios que percebemos a evolução do Homem, da sua cultura, das suas crenças, dos seus hábitos e as suas perspetivas, ao longo dos tempos.

Assim, entende-se que apesar de não intocável, a ruína poderá funcionar como um arquivo ou museu “vivo” do passado, pelo que a análise do seu potencial valor, deve ser realizada de forma prudente. Contudo, e como refere João Mendes Ribeiro,¹⁶⁸ nem tudo pode ser museu, é preciso que os edifícios detenham em si, valor suficiente para tal.

¹⁶⁸ RIBEIRO, João Mendes - entrevista realizada em 27 de Outubro de 2017, por Patrícia Brito (anexo 4)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

ÁBALOS, Iñaki. A Boa Vida. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

Álvaro Siza, obras e proxectos. Xunta de Galicia : Sociedad Editorial Electa, 1995.

AUGÉ, Marc. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Venda Nova: Bertrand Editora, 1994.

BABELON, Jean-Pierre, e André CHASTEL. La notion de patrimoine. Liana levi, 2008.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, 2008.

DOMÍNGUEZ, Javier. Recuperar la memoria: arquitectura y legado histórico, 1980-2005. Valencia: Ediciones Generales de la Construcción, 2007.

FRAMPTON, Kenneth. Álvaro Siza, obra completa. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

SIZA, Álvaro. profissão poética. Barcelona: Gustavo Gili, 1988.

SIZA, Álvaro, História Crítica da Arquitectura Moderna. 8ª. Barcelona: Gustavo Gili, 1996.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura. 3ª. Milão: Editora Electa, 1996.

PIRES, Helena, Teresa MORA, Ana AZEVEDO, e Miguel BANDEIRA. Jardins-Jardineiros-Jardinagem. Universidade do Minho, 2014.

RIBEIRO, João Mendes. João Mendes Ribeiro 2003-2016. Uzina Books, 2017.

RIEGL, Alois. Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse. Paris: Seuil, 1984.

RODRIGUES, Maria João Madeira. Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura. Coimbra: Quimera, 2002.

TÁVORA, Fernando. Da Organização do Espaço. FAUP. Porto, 1999.

CORBUSIER, Le. A Carta de Atenas, Le Corbusier. Brasil: Edusp, 1993.

Dissertações:

ALVES, Alice. «Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX». Universidade de Lisboa Faculdade de Letras - Departamento de História Instituto de História da Arte, 2009.

CABANAS, Andreia. «Memória e Imanência na reabilitação do Convento/Hospital de Santa Marta Adaptação a uma Escola de Gastronomia». Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2014.

COUTINHO, Carlos. «Marialva da Ruína à Aldeia Histórica». Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra - Departamento de Arquitetura, 2013.

VITA, Francesca. «João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a condição hodierna da prática da arquitetura e do design de interiores». ESAD, 2012.

FREITAS, Ricardo. «Identidade, Tempo e Memória». FAUP, 2011.

GOMES, João Carlos. «As Cidades e as Políticas da Memória». Técnico Lisboa, 2013.

LEITÃO, Daniela. «construir no construído a ruína como instrumento de projecto: proposta de intervenção e reconversão em Lamaçais». FAUP, 2015.

MARCHÃ, Manuel. «A resiliência arquitetónica na reinterpretação e valorização do lugar : o Museu Nacional Machado de Castro». Universidade Lusíada, 2016.

MARTINS, Raquel. «A “ideia de lugar” Um olhar atento às obras de Siza». Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Arquitetura, 2009.

MENDES, Ribeiro. «Arquitetura e espaço cénico. Um percurso biográfico». Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra-Departamento de Arquitetura da, 2008.

MIRANDA, Joaquim. «ARQUITETURA, PATRIMÓNIO E AUTENTICIDADE Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico». FAUL, 2015.

OLIVEIRA, Rui. «Análise de Práticas de Conservação e Reabilitação de Edifícios com Valor Patrimonial». FEUP, 2003.

RODRIGUES, Sara. «Intervenção em Ruínas: Caso de Estudo: Aldeia de Banrezes, Macedo de Cavaleiros». U. Beira Interior, 2012.

SANTIAGO, Nuno. «A ruína da contemporaneidade: valorização, preservação e projeto Uma estratégia de intervenção na Central Termoelétrica do Freixo». FAUP, 2015.

SANTOS, Isabel. «Reconversão de estruturas de produção em habitação unifamiliar : “O Palheiro”, “Casas na Areia” e a “Fábrica da Manteiga”». Universidade Lusíada, 2014.

TEIXEIRA, Luís. «Banreses uma ruralidade abandonada». FAUP, 2013.

TORRES, Maria Inês. «Um certo modo de viver a memória que somos nós Proposta de intervenção a partir do legado de Raffaele Stern». FAUP, 2015.

TRIGOSO, Ana. «Arquitetura: A Arte de [Não] Saber Cair». Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Arquitetura, 2013.

URMAL, David. «A nova ruína : os edifícios devolutos e a cidade». Universidade Lusíada, 2016.

Documentos:

DGEMN, Lisboa. «“Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”», sem data.

O Periódico dos Pobres no Porto, de 30 de Julho de 1846

PORTUGAL. «Leis, Decretos, etc», sem data.

Plano Diretor Municipal da Cidade do Porto – em vigor à data da realização do presente trabalho de investigação.

TÁVORA, Fernando. «O problema da casa portuguesa», 1947.

Revistas:

IPPAR, Lisboa. «“Informar para Proteger - Cartas e Recomendações Internacionais”», 1996.

IPPAR, Lisboa. «“Informar para Proteger - Critérios para a Classificação de Imóveis”», 1995.

IPPAR, Lisboa. «Património, Balanço e Perspectivas», 2000.

IPPAR Lisboa, Património. «Informar para Proteger». IPPAR, Lisboa, 1994.

SÁ, Teresa. «Revista ARTiTextos, Lugares e Não-Lugares em Marc Augé». Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2006.

Referências Eletrónicas:

Ruína: in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:15:39]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ruina>

François-René Chateaubriand: escritor francês, nasceu a 4 de setembro de 1768, em Saint-Malo, na costa setentrional do país. Oriundo de uma família aristocrática, passou a sua infância no castelo ancestral de Combourg. Sentia desde muito cedo a vocação eclesiástica mas, apesar disso, decidiu tentar a sua sorte fazendo carreira na Marinha, seguindo o exemplo de alguns dos seus antepassados. Chateaubriand in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 22:52:35] Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$chateaubriand](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$chateaubriand)

Renascimento: Movimento cultural que se desenvolveu em países da Europa Central e Ocidental como a Itália (passando sucessivamente de Florença a Siena e depois a Roma, e alastrando posteriormente a toda a Península Italiana) nos séculos XIV a XVI e que veio a irradiar e a ter fundas repercussões na cultura de praticamente todos os países do continente europeu. Renascimento in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:34:23]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$renascimento](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$renascimento)

Antiguidade clássica: Também designada muitas vezes por Idade Antiga ou Mundo Antigo, constitui uma das divisões cronológicas tradicionais da historiografia. O seu início mantém-se indefinido, estando o seu fim relacionado com a queda do Império Romano do Ocidente e a fundação dos reinos germânicos no seu território a partir de 476. Designa também, muitas vezes, o mundo greco-romano, designado de Antiguidade Clássica. Antiguidade in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-07 12:43:40]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$antiguidade](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$antiguidade)

Portal da Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Temas, Proteger o nosso património [Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

Direção Geral do Património Cultural. Missão.[Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/>

Portal da Habitação, IHRU. Quem Somos. [Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/Resumo_historico.html

Direção Geral do Património Cultural. Missão.[Consult. 10 Set. 2017] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestao/cartademissaoadadgpc.pdf>
SERPA, Ana – Álvaro Siza Vieira – Entre as pessoas e o lugar. UP Magazine, 2016. Disponível em: http://upmagazine-tap.com/pt_artigos/alvaro-siza-vieira-entre-as-pessoas-e-o-lugar/

NUNES, Marta, - Boa Nova, Casa de Chá. 2007. Disponível em: <https://martanunesarq.wordpress.com/page/34/>

RAMALHETE, Filipa Ramalhete - Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade de Marc Augé. Revista Estudo Prévio. Disponível em: em <http://www.estudoprevio.net/livros/1/filipa-ramalhete.-nao-lugares-de-marc-auge>

TOSTÕES, Ana, (1959, Lisboa): arquiteta e professora. “João Mendes Ribeiro 2003/2016”: monografia apresentada em Coimbra disponível. Diário as Beiras.2017. Disponível em: <http://www.asbeiras.pt/2017/05/joao-mendes-ribeiro-20032016-monografia-apresentada-em-coimbra/>

TOSTÕES, Ana – Casa de chá. Público. 2001, Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/01/27/jornal/casa-de-cha-154123>

Choupana: 1. Casa de uma só porta, coberta de ramos ou colmo; 2. Cabana, choça, casebre . choupana in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-11 17:39:28]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/choupana>

Portal da Universidade de Coimbra. Departamento de Química. Apresentação. [Consult. 17 Out.2017] Disponível em: https://www.uc.pt/fctuc/dquimica/Apresentacao/notula_historica

JEGUNDO, **ANDRÉ**, Público. Casa da Escrita em Coimbra. Público. 2010. [Consult. 05 de Set. 2017] Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/11/29/jornal/casa-da-escrita-abriu-portas-em-coimbra-20718372>

Archidaily – Casa da Escrita/ João Mendes Ribeiro. 2011. [Consult. 22 Set. 2017] Disponível em: <https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://www.archdaily.com/150913/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro&prev=search>

Higrometria: in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-18 19:16:10]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/higrometria>

Portal da vida imobiliária - Estufas Tropicais do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. [Consult. 25 Set. 2017] Disponível em: <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidatura/estufas-tropicais-do-jardim-bot%C3%A2nico-da-universidade-de-coimbra>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Fotografia aérea do local de intervenção Fonte: extraída do programa da cadeira de projeto (5.1) do Mestrado Integrado em Arquitetura.....	22
Figura 2 Fotografia panorâmica da pré-existência e sua envolvente Fonte: Patrícia Brito.....	22
Figura 3 Fotografia da área envolvente ao local de intervenção Fonte: Patrícia Brito.....	86
Figura 4 Fotografia do percurso para as escadas dos Guindais Fonte: Patrícia Brito.....	86
Figura 5 Fotografia do Largo do Actor Dias, Porto Fonte: Patrícia Brito.....	86
Figura 6 Fotografia do terminal de transportes públicos na Rua Augusto Rosa (quarteirão das camélias) Fonte: Patrícia Brito.....	88
Figura 7 Fotografia do muro que impede a ligação da Alameda das Fontainhas com o Largo do Actor Dias Fonte: Patrícia Brito.....	88
Figura 8 Fotografia do parque de estacionamento localizado por baixo do viaduto da Rua do General Sousa Dias Fonte: Patrícia Brito.....	90
Figura 9 Fotografia do ponto de interrupção da Alameda das Fontainhas Fonte: Patrícia Brito.....	90
Figura 10 Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína Fonte: Patrícia Brito.....	94
Figura 11 Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína Fonte: Patrícia Brito.....	94
Figura 12 Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína Fonte: Patrícia Brito.....	94
Figura 13 Fotografia do interior da pré-existência em estado de ruína Fonte: Patrícia Brito.....	94
Figura 14 Fotografia do alçado norte da pré-existência em estado de ruína Fonte: Patrícia Brito.....	96
Figura 15 Fotografia de uma parede da ruína Fonte: Patrícia Brito.....	96
Figura 16 Fotografia de uma parede da ruína Fonte: Patrícia Brito.....	96
Figura 17 Cartografia do quarteirão onde se encontra inserido o terreno de intervenção (vermelho) Fonte: Patrícia Brito.....	96
Figura 18 Fotografia do alçado tardoz do edificado vizinho Fonte: Patrícia Brito.....	96
Figura 19 Planta do rés-do-chão respeitante à proposta final do projeto – Lar Residencial Fonte: Patrícia Brito.....	98
Figura 20 Corte respeitante à proposta final do projeto – Lar Residencial Fonte: Patrícia Brito.....	98
Figura 21 Alçado Norte testado no decorrer do processo do projeto – Lar Residencial Fonte: Patrícia Brito.....	100
Figura 22 Alçado Sul testado no decorrer do processo do projeto – Lar Residencial Fonte: Patrícia Brito.....	100

Figura 23 Arquiteto João Mendes Ribeiro Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://weblog.aescoladanoite.pt/?page_id=11635	104
Figura 24 Fotografia do Castelo de Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.anteprojectos.com.pt/2012/01/19/requalificacao-da-envolvente-sul-do-castelo-de-montemor-o-velho/	112
Figura 25 Intervenção de João Mendes Ribeiro (Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra) Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	112
Figura 26 Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	114
Figura 27 Casa Farnsworth de Mies van der Rohe, Illinois, Estados Unidos Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://walterrupp.blogspot.pt/2012/11/ludwig-mies-van-der-rohe-i.html	114
Figura 28 Planta da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	114
Figura 29 Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	114
Figura 30 Vista interior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	114
Figura 31 Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	114
Figura 32 Vista exterior da Casa de Chá, Montemor-O-Velho, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle	116
Figura 33 Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.61.....	124
Figura 34 Fotografia Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu, após intervenção Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49441	124
Figura 35 Vista exterior Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu, após intervenção Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49451	124
Figura 36 Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> .	

Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.60.....	124
Figura 37 Fotografia da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.60.....	126
Figura 38 Fotografia de vão da pré-existência, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.60.....	126
Figura 39 Vista interior do corredor/ garrafeira que liga a casa-mãe ao Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49450	126
Figura 40 Vista interior sobre a sala de estar, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49453	126
Figura 41 Vista interior para o primeiro piso, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49452	126
Figura 42 Vista interior da cozinha, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49457	126
Figura 43 Plantas do primeiro e segundo piso, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49475	128
Figura 44 Vista interior do primeiro piso – quarto de banho, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49444	128
Figura 45 Vista interior do primeiro piso – quarto de dormir, Palheiro na Cortegaça, Mortágua, Viseu Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/49428_49455	128
Figura 46 Alçado do Laboratorio Chimico, de G. Elsdon e R. F. de Almeida (1777), Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=project&mid=5&id=11	132
Figura 47 Planta do Laboratorio Chimico Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=museum&action=project&mid=5&id=13	132
Figura 48 Fotografia durante a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.72.....	134

- Figura 49| Fotografia após a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.google.pt/search?q=interven%C3%A7%C3%A3o+laboratorio+quimico+jo%C3%A3o+mendes+ribeiro&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjA7Nbtz4PXAhVEuRQKHdcLctEQ_AUICigB&biw=1366&bih=618#imgdii=q6agNBmuevppxM:&imgsrc=gLPUPXn7pNHbM:.....134
- Figura 50| Fotografia após a intervenção, onde se podem ver o púlpito, o forno e a janela preservados da pré-existência, Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.google.pt/search?q=interven%C3%A7%C3%A3o+laboratorio+quimico+jo%C3%A3o+mendes+ribeiro&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjA7Nbtz4PXAhVEuRQKHdcLctEQ_AUICigB&biw=1366&bih=618#imgdii=hVlo003z2DJ5SM:&imgsrc=gLPUPXn7pNHbM:.....134
- Figura 51| 3D da Janela preservada da pré-existência, Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cfd8e58ece858d000083-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-photo.....>134
- Figura 52| Fotografia do auditório antes da intervenção, Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.70.....134
- Figura 53| Fotografia do auditório após a intervenção, Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.google.pt/search?q=interven%C3%A7%C3%A3o+laboratorio+quimico+jo%C3%A3o+mendes+ribeiro&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjA7Nbtz4PXAhVEuRQKHdcLctEQ_AUICigB&biw=1366&bih=618#imgdii=3lHz54EE_YXtM:&imgsrc=GLZQrejkcWOonM:.....134
- Figura 54| Planta do Laboratório Químico, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.68.....134
- Figura 55| Arco D. Jacinta, na Rua do Loureiro, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.94.....138
- Figura 56| Vista exterior da Rua do Loureiro sobre a Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.85.....138
- Figura 57| Vista interior da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.92.....140
- Figura 58| Vista interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de outubro de 2017, <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cf0de58ece858d00007d-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-photo.....>140
- Figura 59| Escada de acesso ao segundo piso, aquando da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design*

de interiores. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.92.....140

Figura 60| Escada de acesso ao segundo piso, após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de outubro de 2017, <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cdbee58ece858d000076-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-photo>.....140

Figura 61| Cobertura aquando da pré-existência da Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.95.....140

Figura 62| Cobertura durante a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.95.....140

Figura 63| Vista do antigo espaço para a criação dos animais, Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.89.....142

Figura 64| Passeio após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.89.....142

Figura 65| Antiga casa do caseiro (pré-existência), Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.89.....142

Figura 66| Antiga casa do caseiro atual oficina de encadernação, Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.89.....142

Figura 67| Vista do espaço de apoio ao jardim, Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.96.....142

Figura 68| Anterior espaço de criação de animais, Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.96.....142

Figura 69| Interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cec1e58ece858d00007b-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-photo>.....144

Figura 70| Interior após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra|Fonte: VITA, Francesca, 2012, *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores*. Dissertação

de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.88.....	144
Figura 71 Escada principal aquando da pré-existência, Casa da Escrita, Coimbra Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.92.....	144
Figura 72 Escada após a intervenção na Casa da Escrita, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cdb5e58e858d000076-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-photo	144
Figura 73 Escada secundária após intervenção na Casa da Escrita, Coimbra Fonte: VITA, Francesca, 2012, <i>João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a hodierna da prática e do design de interiores</i> . Dissertação de Mestrado em Design de interiores, ESAD, p.86.....	144
Figura 74 Planta do ré-do-chão da Casa da Escrita, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703cfe2e58e858d0000fc-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-plan	144
Figura 75 Planta do primeiro piso da Casa da Escrita, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703ce8ae58e858d0000eb-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-plan	146
Figura 76 Planta do segundo piso da Casa da Escrita, Coimbra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786394/casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-plus-cristina-guedes/5703ce7ee58e858d000079-casa-da-escrita-joao-mendes-ribeiro-e-cristina-guedes-plan	146
Figura 77 Planta do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, 1773 Fonte: PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana; BANDEIRA, Miguel; 2014, <i>Jardins-Jardineiros-Jardinagem</i> . Publicação: Universidade do Minho, p. 119.....	150
Figura 78 Planta do Jardim Botânico, meados de 1800 Fonte: PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana; BANDEIRA, Miguel; 2014, <i>Jardins-Jardineiros-Jardinagem</i> . Publicação: Universidade do Minho, p. 121.....	150
Figura 79 Desenho para o portão principal do Jardim Botânico, 1818 Fonte: PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana; BANDEIRA, Miguel; 2014, <i>Jardins-Jardineiros-Jardinagem</i> . Publicação: Universidade do Minho, p. 122.....	150
Figura 80 Gravura da Estufa do Jardim Botânico de Joaquim Mariz, 1867 Fonte: PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana; BANDEIRA, Miguel; 2014, <i>Jardins-Jardineiros-Jardinagem</i> . Publicação: Universidade do Minho, p. 124.....	152
Figura 81 Restauro da Estufa do Jardim Botânico, 1934 Fonte: PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana; BANDEIRA, Miguel; 2014, <i>Jardins-Jardineiros-Jardinagem</i> . Publicação: Universidade do Minho, p. 130.....	152
Figura 82 Estufas Kew, Inglaterra Fonte: acedida em 10 de Outubro de 2017, https://www.google.pt/search?q=jardins+kew+inglaterra&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewiS4	

_zrpoPXAhXH1xoKHY65CmoQ_AUICigB&biw=1366&bih=618#imgrc=hptnj2b9JWWjjM:.....
.....152

Figura 83| Vista exterior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra | Fonte: acedida em 10 de
Outubro de 2017,
https://www.google.pt/search?q=estufas+tropicais+coimbra&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjvq9GiivvWAhVD1xQKHem9AagQ_AUICigB&biw=1093&bih=458#imgrc=ho1M4VdcSQrVOM:.....
.....154

Figura 84| Vista interior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra | Fonte: acedida em 10 de
Outubro de 2017,
https://www.google.pt/search?q=estufas+tropicais+coimbra&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjvq9GiivvWAhVD1xQKHem9AagQ_AUICigB&biw=1093&bih=458#imgdii=km-SYJBGjrcf_M:&imgrc=ho1M4VdcSQrVOM:.....
.....154

Figura 85| Vista interior após a intervenção na Estufa do Jardim Botânico, Coimbra | Fonte: acedida em 10 de
Outubro de 2017,
https://www.google.pt/search?q=estufas+tropicais+coimbra&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjvq9GiivvWAhVD1xQKHem9AagQ_AUICigB&biw=1093&bih=458#imgdii=dIS9ptwlg7eVTM:&imgrc=ho1M4VdcSQrVOM:.....
.....154

LISTA DE ANEXOS

- 1 – Extrato do PDM – Plano Diretor Municipal, relativamente à Área Histórica (4 folhas);
- 2 – Extrato da Carta de Qualificação de Solo inerente ao local de intervenção (1 folha);
- 3 – Programa do exercício académico – Lar Residencial, inerente à cadeira e Projeto (5.1), do 5º ano de Mestrado Integrado em Arquitetura (12 folhas);
- 4 – Entrevista ao arquiteto João Mendes Ribeiro, realizada em Coimbra, no dia 27 de Outubro de 2017 (13 folhas).

ANEXOS

Extrato do PDM – Plano Diretor Municipal, relativamente à Área Histórica

Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto, 1ª Alteração

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito e objetivos

1 — O Plano Diretor Municipal do Porto, adiante designado por PDMP, elaborado ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) em vigor, estabelece as regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo para o território do concelho do Porto.

2 — O PDMP visa os seguintes objetivos:

- a) Valorização da identidade urbana do Porto através da conservação dinâmica dos tecidos existentes e do desenho de novos tecidos coerentes e qualificados, do controlo das densidades e volumetrias urbanas e ainda da salvaguarda e promoção do património edificado e da imagem da cidade;
- b) Requalificação do espaço público e valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas através da sua reorganização sistémica e da minimização dos principais impactes ambientais;
- c) Racionalização do sistema de transportes, tendo em vista melhorar a mobilidade intraurbana, dando prioridade aos transportes coletivos em sítio próprio e aos novos modos de transportes públicos e individuais não poluentes, com especial reforço da circulação pedonal e ciclável e das funções de interface;
- d) Redução das assimetrias urbanas existentes, fomentando a equidade da localização dos investimentos públicos e reforçando a coesão social e territorial, com especial incidência nos bairros sociais de intervenção prioritária;
- e) Afirmação do centro histórico e da área central como referências insubstituíveis do desenvolvimento urbano de toda a área metropolitana do Porto, potenciando e reforçando a sua revitalização e animação.

Artigo 2.º

Composição

1 — O PDMP é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de ordenamento, constituída pelas seguintes cartas:
 - b1) Qualificação do solo;
 - b2) Património;
 - b3) Hierarquia da rede rodoviária;
- c) Planta de condicionantes.

2 — Acompanham o PDMP os seguintes elementos:

- a) Relatório com programa de execução e financiamento;
- b) Planta de enquadramento;
- c) Planta de sistemas de espaços coletivos;
- d) Planta de estrutura ecológica municipal;
- e) Planta de transportes públicos e intermodalidade — interfaces;
- f) Planta de zonamento acústico preliminar;
- g) Planta de ações urbanísticas;
- h) Planta geotécnica, constituída pelas seguintes cartas:
 - h1) Geomorfológica;
 - h2) Zonamento geotécnico;
 - h3) Condicionantes geológico-geotécnicos;
- i) Planta da situação atual.

Artigo 3.º

Atos válidos

1 — O presente PDMP não derroga os direitos conferidos por informações prévias favoráveis, autorizações e licenças, aprovações ou alterações válidas, incluindo projetos de arquitetura e hastas públicas alienadas, mesmo que ainda não tituladas por alvará, concedidas pelas entidades administrativas competentes antes da entrada em vigor do PDMP.

2 — O disposto no número anterior não prejudica o regime legal de extinção de direitos, designadamente por caducidade, nem a possibilidade de alteração, por iniciativa municipal, das condições de licença ou autorização de operação de loteamento necessária à execução do PDMP, decorrentes da legislação em vigor.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por:

- 1) «Alinhamento de frente urbana» linha que em planta separa uma via pública dos edifícios existentes ou previstos ou dos terrenos contíguos, e que é definida pela intersecção dos planos verticais das fachadas, muros ou vedações, com o plano horizontal dos arruamentos adjacentes;
- 2) «Alinhamento dominante» o alinhamento dos edifícios ou vedações com maior dimensão numa dada frente urbana;
- 3) «Andar recuado» o volume habitável do edifício em que pelo menos uma das fachadas é recuada em relação à fachada dos pisos inferiores;
- 4) «Anexo» a dependência coberta de um só piso adossada ou não ao edifício principal e entendida como complemento funcional deste;
- 5) «Área bruta de construção (Abc)» o somatório da área bruta de cada um dos pisos, expresso em metros quadrados (m²), de todos os edifícios que existem ou podem ser realizados no(s) prédio(s), com exclusão de:
 - a) Terraços descobertos, varandas, desde que não envidraçadas, e balcões abertos para o exterior;

- b) Espaços livres de uso público cobertos pelas edificações;
 - c) Sótão sem pé-direito regulamentar para fins habitacionais;
 - d) Arrecadações em cave afetas às diversas unidades de utilização do edifício;
 - e) Estacionamento instalado nas caves dos edifícios;
 - f) Áreas técnicas acima ou abaixo do solo (posto de transformação, central térmica, compartimentos de recolha de lixo, casa das máquinas dos elevadores, depósitos de água e central de bombagem, entre outras);
- 6) «Área de impermeabilização (Ai)» o valor numérico, expresso em metros quadrados, resultante do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e áreas de solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente em arruamentos, estacionamento, equipamentos desportivos e logradouros;
 - 7) «Área de implantação (Ao)» o valor, expresso em metros quadrados, do somatório das áreas resultantes da projeção ortogonal no plano horizontal de todos os edifícios acima da cota do terreno, incluindo anexos mas excluindo varandas e platibandas;
 - 8) «Balanço» a medida do avanço de qualquer saliência tomada para além dos planos da fachada dados pelos alinhamentos propostos para o local;
 - 9) «Capacidade edificatória de um prédio» a correspondente ao somatório das capacidades construtivas inerentes a cada uma das categorias de espaço que o afetam;
 - 10) «Cave» piso(s) de um edifício situado(s) abaixo do rés-do-chão. Quando para utilização exclusiva de estacionamento automóvel e infraestruturas, consideram-se cave os pisos abaixo da cota natural do terreno confinante com a via pública;
 - 11) «Cedência média» o quociente entre a área a ceder ao município integrando as parcelas propostas no Plano e destinadas a zonas verdes públicas, equipamentos e eixos estruturantes e a área bruta de construção admitida, excluindo a correspondente a equipamentos públicos;
 - 12) «Cércea (acima do solo)» a dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados mas excluindo acessórios: chaminés, casa de máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.;
 - 12.A) «Ciclovía» pista destinada à circulação de velocípedes, exceto daqueles que tiverem mais de duas rodas não dispostas em linha ou que atrelarem reboque. É permitida ainda a circulação de pessoas que transitam usando patins, trotinetas ou outros meios de circulação análogos;
 - 13) «Colmatação» o preenchimento com edificação de um prédio situado em «espaço de colmatação», quer se trate da construção quer da substituição por novas edificações;
 - 14) «Condições mínimas de habitabilidade» as inerentes ao cumprimento do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), ou a outros regulamentos especiais em vigor respeitantes à matéria;
 - 15) «Corpo balanceado» o elemento saliente e em balanço relativamente às fachadas de um edifício;
 - 16) «Cota de soleira» a demarcação altimétrica do nível do pavimento da entrada principal do edifício;
 - 17) «Edificabilidade (do prédio)» a área bruta de construção expressa em metros quadrados, que o Plano admite para um dado prédio;
 - 18) «Edifício» a construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias, que vão das fundações à cobertura, destinadas a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins;
 - 19) «Equipamento urbano» as edificações ou instalações destinadas à prestação de serviços à comunidade, entre outros, nos domínios assistencial e sanitário, educativo, cultural e desportivo, religioso, administrativo e defesa e segurança, à gestão e exploração dos transportes coletivos e das infraestruturas urbanas e, ainda, os postos de combustível, mercados públicos e cemitérios;
 - 20) «Espaço de colmatação» o prédio, ou conjunto de prédios contíguos, confinante com uma frente urbana consolidada, situado entre dois edifícios existentes (edifícios de referência) cuja distância entre si, medida ao longo do alinhamento de fachadas estabelecido para o local, não é superior a:
 - a) 24 m quando a altura dos edifícios de referência for igual ou inferior a 16 m;
 - b) 1,5 vezes a maior das alturas dos edifícios de referência quando esta for superior a 16 m, numa extensão máxima de 30 m;
 - 21) «Espaço e via equiparados a via pública» as áreas do domínio privado abertas à presença e circulação pública de pessoas e veículos;
 - 22) «Espaço e via públicos» a área de solo do domínio público destinada à presença e circulação de pessoas e veículos, bem como à qualificação e organização da cidade;
 - 23) «Faixa de rodagem» a parte da via pública especialmente destinada à circulação, paragem ou estacionamento de veículos, constituída por uma ou mais vias de circulação e por zonas especialmente vocacionadas ao estacionamento;
 - 24) «Frente do prédio» a dimensão do prédio confinante com a via pública;
 - 25) «Frente urbana» plano definido pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendido entre duas vias públicas sucessivas que o intersetem;
 - 26) «Frente urbana consolidada» a frente urbana em que o alinhamento e a moda da cércea existente são a manter;
 - 27) «Índice de construção (Ic)» a razão entre a área bruta de construção, excluída dos equipamentos de utilização coletiva a ceder ao domínio municipal, e a área do(s) prédio(s) ou a área do Plano (categoria de espaço, unidade operativa de planeamento e gestão, plano de urbanização, plano de pormenor ou unidade de execução) a que se reporta;
 - 28) «Índice de impermeabilização (Ii)» a razão entre a área de impermeabilização e a área do(s) prédio(s);
 - 29) «Infraestruturas locais» as que se inserem dentro da área objeto da operação urbanística e decorrem diretamente desta e, ainda, as de ligação às infraestruturas gerais, da responsabilidade, parcial ou total, do ou dos promotores da operação urbanística;
 - 30) «Infraestruturas gerais» as que tenham um carácter estruturante ou estejam previstas em plano municipal de ordenamento do território (PMOT);
 - 31) «Logradouro» a área do prédio correspondente à diferença entre a sua área total e a área de implantação da construção principal;
 - 32) «Lote» a área de terreno resultante de uma operação de loteamento licenciada ou autorizada nos termos da legislação em vigor;
 - 33) «Lugar de estacionamento» a área do domínio público ou privado destinada exclusivamente ao estacionamento de um veículo;
 - 34) «Moda da cércea» a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana edificada;
 - 35) «Parcela» a área de território física ou juridicamente autorizada não resultante de uma operação de loteamento;
 - 36) «Parque de utilização pública para estacionamento de veículos»:
 - a) «Parque de moradores (PM)» — vocacionado para o estacionamento de veículos de residentes;
 - b) «Parque de atividades (PA)» — vocacionado para proprietários e empregados de atividades económicas cuja fixação numa determinada zona seja considerada vantajosa para o equilíbrio funcional da cidade;
 - c) «Parque central (PC)» — cuja função principal é o apoio à procura de estacionamento dirigida para zonas de centralidade;
 - d) «Parque de franja (PF)» — cuja função principal consiste na promoção de articulação entre o estacionamento do carro próprio e a utilização de transportes públicos de alta e média capacidade — estacionamento dissuasor;
 - e) «Parques de especialidade (PE)» — cuja função principal é o apoio à procura de estacionamento associado à utilização específica de um determinado equipamento, serviço ou uso público;
 - f) «Park-and-ride (P+R)» — vocacionado para o rebatimento com o metro — estacionamento dissuasor;
 - 37) «Polígono base de implantação» o perímetro que demarca a área na qual pode(m) ser implantado(s) o(s) edifício(s) num dado prédio, incluindo os pisos em cave;

- 38) «Prédio» a unidade de propriedade fundiária na titularidade de uma pessoa singular ou coletiva ou em regime de compropriedade;
- 39) «Rês-do-chão» o pavimento de um edifício que apresenta em relação à via pública, ou à cota natural do terreno confinante com a via pública, uma diferença altimétrica até 1,20 m, medida no ponto médio da frente principal do edifício;
- 40) «Via de trânsito» zona longitudinal da faixa de rodagem destinada à circulação de uma única fila de veículos.

TÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 5.º

Identificação

1 — No território abrangido pelo PDMP são observadas as disposições referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em seguida identificadas, constantes da legislação em vigor:

- a) Imóveis classificados ou em vias de classificação;
- b) Edifícios públicos;
- c) Rodovias;
- d) Ferrovias;
- e) Domínio hídrico;
- f) Infraestruturas de distribuição;
- g) Aproximação ao Aeroporto Sá Carneiro;
- h) Sinalização marítima;
- i) Equipamentos;
- j) Defesa nacional;
- k) Vértices geodésicos;
- l) Zonas acústicas mistas e sensíveis;
- m) Espécies arbóreas classificadas ou protegidas;
- n) Área crítica de recuperação e reconversão urbanística;
- o) Zonas ameaçadas pelas cheias / Proteção de zonas inundáveis.

2 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no número anterior estão assinaladas, quando a escala o permite, na planta de condicionantes.

3 — Os imóveis classificados ou em vias de classificação constam, conjuntamente com o restante património inventariado pelo Plano, da listagem do anexo I do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Regime

Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo é regulada pelas disposições expressas para a categoria de espaço sobre que recaem, em acordo com o presente Regulamento e com a planta de ordenamento do PDMP, sem prejuízo das disposições vinculativas das servidões ou restrições de utilidade pública.

TÍTULO III

Do uso do solo

CAPÍTULO I

Da classificação do solo

Artigo 7.º

Âmbito

O perímetro urbano da cidade do Porto corresponde à totalidade do território municipal e, como tal, à área abrangida pelo PDMP, classificando-se como solo urbano, em acordo com o RJIGT, e compreendendo as categorias de espaço estabelecidas no capítulo II o presente título.

CAPÍTULO II

Da qualificação do solo

Artigo 8.º

Categorias de espaço

Na área abrangida pelo PDMP, consideram-se as seguintes categorias e subcategorias de espaço:

1 — Solo urbanizado:

- a) Áreas históricas;
- b) Área de frente urbana contínua consolidada;
- c) Área de frente urbana contínua em consolidação;
- d) Área de habitação de tipo unifamiliar;
- e) Área de edificação isolada com prevalência de habitação coletiva;
- f) Área de urbanização especial;
- g) Área empresarial do Porto;
- h) Área de equipamento:
 - h1) Existente;

- h2) Proposto;
 - i) Sistemas de circulação e mobilidade;
- 2 — Solo afeto à estrutura ecológica:
- a) Área de equipamento integrado em estrutura ecológica:
 - a1) Existente;
 - a2) Proposto;
 - b) Área verde de utilização pública;
 - c) Áreas verdes mistas;
 - d) Área verde privada a salvaguardar;
 - e) Área verde de enquadramento de espaço-canal.

SECÇÃO I

Áreas históricas

Artigo 9.º

Âmbito e objetivos

1 — As áreas históricas correspondem aos tecidos consolidados mais antigos da cidade e às reminiscências dos núcleos rurais primitivos que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística e arquitetónica, que interessa preservar e requalificar, e compreendem:

- a) Centro histórico do Porto;
- b) Foz velha;
- c) Núcleos históricos, designadamente os seguintes, identificados na planta de ordenamento — Carta de Património: A — Nevogilde; B — Passos; C — Aldoar; D — Vila Nova; E — Ouro; F — Regado; G — Campo Lindo; H — Paranhos; I — Lamas; J — Vila Cova; K — Pêgo Negro; L — Parque Oriental.

2 — Sem prejuízo de outras normas legais e regulamentares sobre a matéria, nas Áreas Históricas observar-se-á o disposto nos artigos subsequentes.

Artigo 10.º

Usos

As áreas históricas são zonas mistas com predominância da função habitacional, sendo permitidas atividades complementares e outros usos desde que compatíveis com a função dominante e não provoquem uma intensidade de tráfego, ruído ou outro tipo de poluição ambiental incompatíveis com o seu desempenho funcional.

Artigo 11.º

Edificabilidade

1 — Nos edifícios existentes, as intervenções a levar a efeito devem ter como regra a conservação dos mesmos, admitindo-se obras de reconstrução sempre que justificadas pela degradação construtiva.

2 — Só são permitidas novas construções quando se destinem a substituir os edifícios a que se refere a alínea b) do artigo 12.º ou visem a ocupação de prédios urbanos não edificados ou ainda as obras de ampliação de edifícios existentes e desde que estabeleçam uma correta relação com os edifícios vizinhos, nomeadamente no respeito pela cêrcea dos edifícios da frente urbana respetiva e no estabelecimento de alinhamentos que contribuam para a valorização do espaço público e na conservação dos elementos arquitetónicos e construtivos que contribuam para a caracterização patrimonial da imagem urbana da zona onde se integram.

Artigo 12.º

Demolições

Só se admitem demolições, totais ou parciais, de edifícios existentes quando a recuperação dos mesmos é inviável e nos casos seguintes:

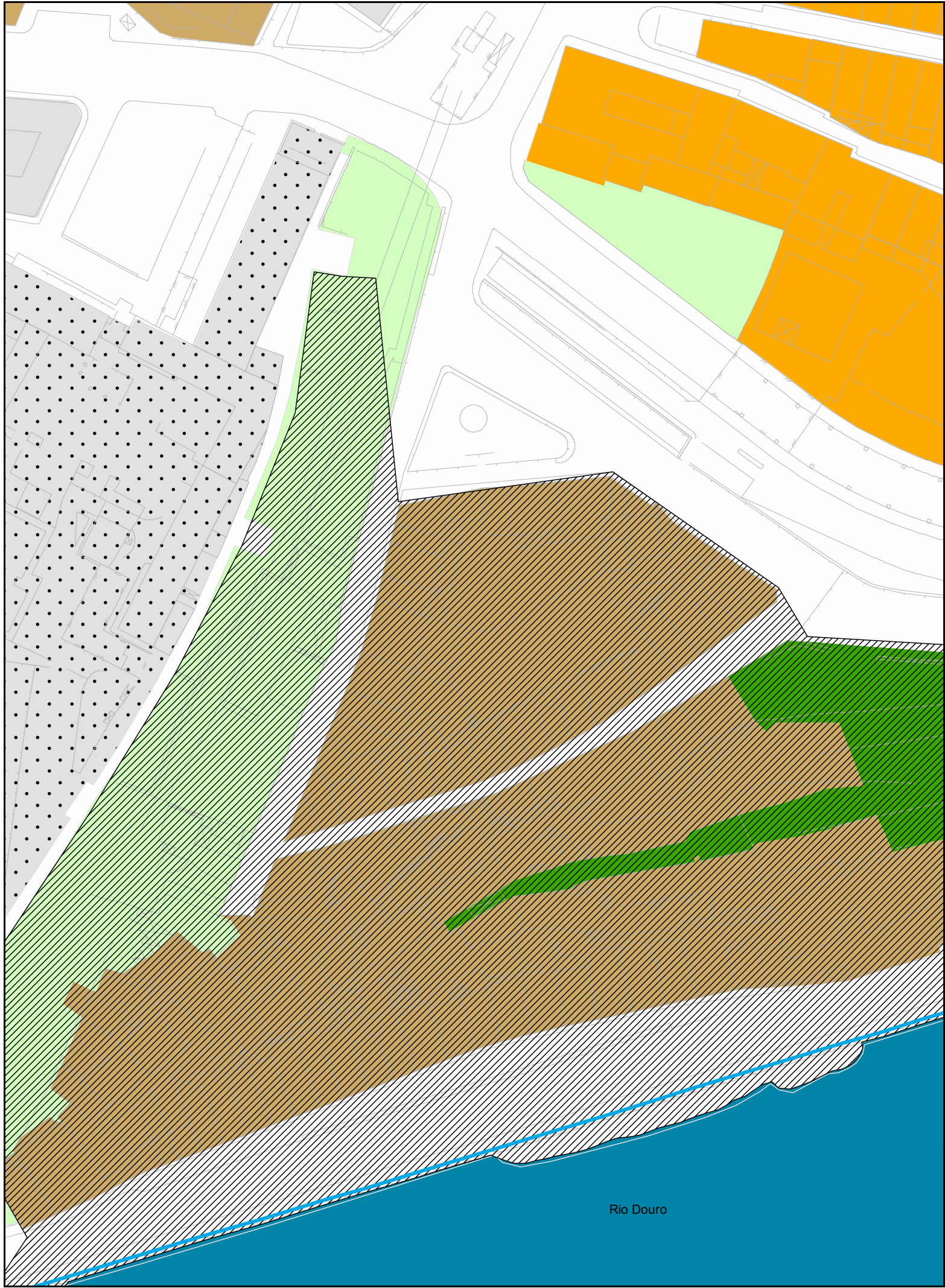
- a) Por razões que ponham em causa a segurança de pessoas e bens;
- b) Quando o edifício existente constitua uma intrusão arquitetónica ou urbanística de má qualidade e que seja desqualificadora da imagem do conjunto urbano onde se insere.

Artigo 13.º

Logradouros e interior dos quarteirões

Atendendo à especificidade das áreas históricas, a edificação nos logradouros e interior dos quarteirões pode ser admitida desde que sejam levados em consideração os valores arquitetónicos, patrimoniais e ambientais existentes e a sua correta relação com a envolvente, nomeadamente em termos de volumetria e de enquadramento paisagístico, e ainda se houver redução da área impermeável legalmente constituída anterior à operação.

Extrato da Carta de Qualificação de Solo inerente ao local de intervenção



SOLOS URBANIZADOS

- Área Histórica
- Área de Frente Urbana Contínua Consolidada
- Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação
- Área de Habitação do Tipo Unifamiliar
- Área de Edificação Isolada com Prevalência de Habitação Colectiva
- Área de Urbanização Especial
- Área Empresarial do Porto
- Área de Equipamento Existente
- Área de Equipamento Proposto
- Sistema de Circulação e Mobilidade (Espaços-Canal e Tubos Subterrâneos)

SOLOS AFECTOS À ESTRUTURA ECOLÓGICA

- Área de Equipamento Existente Integrado em Estrutura Ecológica
- Área de Equipamento Proposto Integrado em Estrutura Ecológica
- Área Verde de Utilização Pública
- Área Verde Mista
- Área Verde Privada a Salvar
- Área Verde de Enquadramento de Espaço Canal

Proteção de Recursos Naturais

Cotas de Máxima Cheia

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

- | | |
|--|--------------------------------------|
| U.O.P.G. 1 - Avenida Nun' Alvares | U.O.P.G. 13 - VCI |
| U.O.P.G. 2 - Aldoar | U.O.P.G. 14 - Areosa |
| U.O.P.G. 3 - Área Empresarial do Porto (AEP) | U.O.P.G. 15 - S.João de Deus |
| U.O.P.G. 4 - Requesende Norte/Viso | U.O.P.G. 16 - Ranha |
| U.O.P.G. 5 - Prelada | U.O.P.G. 17 - Contumil |
| U.O.P.G. 6 - Parque Ocidental | U.O.P.G. 18 - Antas |
| U.O.P.G. 7 - Regado | U.O.P.G. 19 - Mercado Abastecedor |
| U.O.P.G. 8 - Bouça | U.O.P.G. 20 - Alameda 25 de Abril |
| U.O.P.G. 9 - Companhia Aurífica | U.O.P.G. 21 - Campanhã |
| U.O.P.G. 10 - Escola Académica | U.O.P.G. 22 - Prado do Repouso |
| U.O.P.G. 11 - Fontinha | U.O.P.G. 23 - Parque Oriental |
| U.O.P.G. 12 - Doze Casas | U.O.P.G. 24 - Curtumes/Circunvalação |

Proposta Viária

Limite do Concelho



Escala: 1:1000



EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO - CARTA DE QUALIFICAÇÃO DO SOLO

(1ª alteração - outubro / 2012)

Planta de Trabalho

23-10-2017

Programa do exercício académico – Lar Residencial, inerente à cadeira e Projeto (5.1), do 5º ano
de Mestrado Integrado em Arquitetura



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO



Mestrado Integrado em Arquitectura

Ano lectivo 2016 – 2017

Projecto 5.1.

Docentes : João Pedro Serôdio, Nuno Graça Moura, Rui Furtado, Sofia Albuquerque



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

01

Introdução

O Largo Actor Dias, localizado junto à Universidade Lusófona do Porto, é local escolhido para os trabalhos de todos os ramos da cadeira de Projecto 5.1, “edificações”, “reabilitação” e “espaço urbano”.

Os trabalhos do ramo “reabilitação”, incidirão sobre o edifício arruinado localizado no lado sul do largo, conforme desenho anexo (indicado a azul).

O ramo “espaço urbano” irá trabalhar no redesenho do local definido no mesmo desenho (indicado a vermelho), com particular incidência no redesenho do largo.

O ramo “edificações” trabalhará um edifício de raiz e respectiva área envolvente, em local a escolher pelo aluno, localizado dentro dos limites definidos no desenho (indicados a vermelho)

O programa para cada ramo será dado a conhecer aos alunos no início de Outubro.

Pretende-se desta forma, que os alunos estudem o local ainda livres dos condicionamentos que qualquer programa pressupõe.

Pretende-se que, entretanto, e conforme calendarização seguinte, os alunos estudem o local, elaborem levantamentos (plantas e perfis) e a respectiva maqueta de turma à escala 1:100, seguindo limites definidos em desenho anexo.

Sugere-se que a maqueta seja integralmente executada no mesmo material, de preferência de cor branca.



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

02

Quadro resumo das datas relevantes, pontos de situação e entrega:

- | | | |
|----------|----------------------|---|
| 1 | 19/20.09.2016 | Apresentação do trabalho ;
visita ao local do projecto ;
definição da maqueta de trabalho (escala 1:100) ; |
| 2 | 10.10.2016 | programa para os diversos ramos de projecto :
edificações, reabilitação, espaço urbano |
| 3 | 10.10.2016 | entrega da maqueta de trabalho ;
entrega de desenhos de levantamento ; |
| 4 | 07.11.2016 | ponto de situação (elementos a definir oportunamente) |
| 5 | 19.12.2016 | ponto de situação (elementos a definir oportunamente) |
| 6 | 14.01.2017 | última aula:
entrega final (elementos a definir oportunamente) |



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

03

Imagens antigas do lugar



Fotografia aérea dos anos 30 (fonte C.M.P.)



Planta de 1893 (fonte C.M.P.)



Fotografia do Largo Actor Dias no séc. XIX (fonte : Fotografia Alvão)



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

04

Imagens actuais do lugar





04

Notas

- a avaliação é contínua e qualquer incumprimento em relação aos elementos pedidos nos pontos de situação e entregas será considerado na avaliação;
- não é permitida a utilização de computadores nas aulas sem prévia autorização da docente responsável; as aulas são prioritariamente para debater propostas e trabalhar sobre os desenhos;
- todas as entregas serão em formato A1 ao baixo e no menor número de folhas possível;

05

Programa

Tal como mencionado em **01**, o cadeira de Projecto 5.1. prevê 3 opções.

05.1.

Os trabalhos do ramo “reabilitação”, incidirão sobre o edifício arruinado localizado no lado sul do largo, conforme desenho anexo. A área de implantação das construções é de aproximadamente 215m².

O programa previsto é um “lar residencial” com cerca de 450m² de área bruta.

Para além da reabilitação das edificações, os alunos deverão ainda propor um redesenho do espaço do Largo Actor Dias, bem como do logradouro privativo a sul.

(Ver quadro de áreas anexo 1)

05.2.

O ramo “espaço urbano” irá trabalhar no redesenho do Largo Actor Dias e áreas adjacentes. Compete ao aluno definir os limites que entenda adequados. Deverão ser propostos todos os elementos urbanos que se considerem ajustados, que vão de novos volumes de construção ao redesenho de muros, pavimentos (passeios, arruamentos, estacionamento), áreas ajardinadas etc.

05.3.

O ramo “edificações” trabalhará um edifício de raiz e respectiva área envolvente, em local a escolher pelo aluno, localizado dentro dos limites definidos no desenho.

O programa previsto é um “lar residencial” com cerca de 1050m² de área bruta.

(Ver quadro de áreas anexo 2).

ANEXO 1

PROJECTO 5.1 - LAR RESIDENCIAL

QUADROS DE ÁREAS - OPÇÃO 1 REABILITAÇÃO

Designação dos espaços	un	Área (m2)	Área (m2)
1 Átrio/Recepção	1	12,00	12,00
2 Espaços Administrativos			
2.1 Gabinete	1	10,00	10,00
2.2 I.S.	1	3,00	3,00
3 Sala de estar	1	40,00	40,00
4 Instalações sanitárias M/F	2	4,00	8,00
5 Sala de refeições	1	20,00	20,00
6 Quarto			
6.1 Individual	4	15,00	60,00
6.2 Duplo	4	18,00	72,00
6.3 Quarto de banho	8	4,00	32,00
7 Quarto pessoal			
7.1 Individual	1	15,00	15,00
7.2 Quarto de banho	1	5,00	5,00
8 Cozinha	1	25,00	25,00
9 Despensa	1	6,00	6,00
10 Sala de tratamento de roupas	1	15,00	15,00
11 Arrumo material	1	6,00	5,00
12 Arrecadação de malas	1	3,00	3,00
Área útil total			331,00
Área de circulações e paredes 30%			99,30
Área total			430,30

Nota: Deve ser previsto um espaço exterior de estar/actividades lúdicas com área a definir

ANEXO 2

PROJECTO 5.1 - LAR RESIDENCIAL

QUADROS DE ÁREAS - OPÇÃO 2 EDIFICAÇÃO

Designação dos espaços		un	Área (m2)	Área (m2)
1	Átrio/Recepção	1	20,00	20,00
2	Espaços Administrativos			
	2.1 Gabinete	2	12,00	24,00
	2.2 I.S.	1	5,00	5,00
3	Sala de estar			
	3.1 Sala de estar	1	50,00	50,00
	3.2 Sala de actividades	1	30,00	30,00
4	Instalações sanitárias M/F	4	4,00	16,00
5	Sala de refeições	1	50,00	50,00
6	Quarto			
	6.1 Individual	8	15,00	120,00
	6.2 Duplo	14	18,00	252,00
	6.3 Quarto de banho	22	4,00	88,00
7	Quarto pessoal			
	7.1 Individual	3	15,00	45,00
	7.2 Quarto de banho	3	5,00	15,00
8	Cozinha	1	30,00	30,00
9	Despensa	1	20,00	20,00
10	Sala de tratamento de roupas	1	20,00	20,00
11	Arrumo material	1	12,00	12,00
12	Arrecadação de malas	1	10,00	10,00
Área útil total				807,00
Área de circulações e paredes 30%				242,10
Área total				1 049,10

Nota: Deve ser previsto um espaço exterior de estar/actividades lúdicas com área a definir

Entrevista ao arquiteto João Mendes Ribeiro, realizada em Coimbra, no dia 27 de Outubro de 2017

A minha tese tem como tema – O Valor da *Ruína*. Enquanto estudante de 5º ano de arquitetura, foi-me proposto o desafio de projetar um Lar Residencial, para um terreno onde se encontrava uma pré existência. Quando decidi que a minha proposta visaria a demolição da pré-existência, porque não lhe reconheci valor suficiente à sua preservação, esta decisão despertou em mim a necessidade de refletir sobre este tema.

Quando questionado sobre esta matéria, respondeu que *“(...) nem tudo na pré-existência tem qualidade (...)”* que *“(...) a pré-existência não é uma coisa intocável”* e que *“Há coisas que tens que avaliar, há coisas que percebes claramente que não têm qualidade, que têm que desaparecer, têm que se anular. E há outras que têm muitas qualidades, que até podem não ser originais, mas que te apetece dar-lhes continuidade”*¹. Quando esta defronte de uma pré-existência, a fazer este exercício de avaliação, habitualmente que fatores tem em consideração?

Há vários fatores a ter em consideração, um deles é o programa. O primeiro é avaliar o programa a partir da pré-existência, ou seja, perceber se o edifício é ou não ajustável ao programa. Em caso negativo, se a pré-existência tiver bastante qualidade arquitetónica – de implantação, construtiva, espacial, será necessário convencer o cliente a introduzir as alterações necessárias ao programa para que este se torne ajustável, e assim viabilizar a reabilitação. O problema surge quando o programa não é ajustável à pré-existência, quando estamos a tentar cumprir um programa que o edifício não comporta, por exemplo devido à sua escala, ou quando não se verifica qualquer capacidade de adaptação.

O segundo parece-me sempre fundamental, que é conhecer a história do edifício, acho que é a única obrigação que nós temos de alguma forma. Eu diria que não há uma receita ou uma fórmula exata. A única coisa que me parece obrigatória mesmo, é conhecer bem o edifício, e conhecer bem o edifício significa por um lado ter a experiência no lugar, isso faz logo parte do exercício. Eu costumo dizer que uma pré-existência é como partir a trabalhar de uma maquete a tamanho real, porque existe alguma coisa, existe espaço, existem marcas de um edifício pré-existente que tem uma história, tem um legado e portanto é necessário o arquiteto ter também a capacidade de saber olhar, e perceber as capacidades que restam ao edifício e as qualidades desse legado, dessa memória.

Por outro lado, há a necessidade muitas vezes de fazer uma investigação histórica, quando é possível, quando existem registos, bibliografia, memórias familiares, ou fotografias antigas da família que permitam fazer essa reconstrução.

¹ Entrevista a João Mendes Ribeiro realizada por Francesca Vita em 15 de Junho de 2012, Coimbra

Portanto, isto é o que me parece sempre o tema fundamental, conhecer bem o edifício, perceber se ele é ajustável, ou não, ao novo programa, e a partir daí fazer também esta experiência no lugar, que passa por visitar o edifício, experienciar o edifício, para perceber as capacidades de transformação e utilização do mesmo.

Eu diria que são estas as componentes importantes, a partir daqui, poderá surgir uma resposta no sentido de dar continuidade, ou de estabelecer uma rutura. Eu acredito que as duas são possíveis, e dependem um pouco das circunstâncias e do contexto. É muito difícil. Como já disse não acho que haja uma receita.

Eu tenho ao longo dos anos caminhado cada vez mais no sentido da continuidade e não tanto da rutura, e de trabalhar uma espécie de tempo híbrido entre o passado e o presente. Eventualmente agrada-me mais isso, mas depende muito de caso para caso. É difícil dizer que esta ou aquela solução é a única possibilidade.

Eu vou partilhar consigo uma “angústia”. A minha dissertação acaba por não ser fundada em algo muito exato, mas a arquitetura já não é exata por si só, não é verdade? Esta é uma “angústia” que nós carregamos...

(risos)

Mas a verdade, é que eu cheguei ao fim e pensei: mas então eu estou a defender um tema que é tão subjetivo? Só que pensando bem, porque não refletir sobre este tema, se ainda hoje a volumetria, a cêrcea, os alinhamentos, a funcionalidade e até a estética continuam a ser motivo de discussão e reflexão?

Será que a resposta não passa por insistirmos na reflexão deste tema tão subjetivo, e assim alcançarmos a conjugação dos fatores necessários ao melhor resultado possível?

Claro, eu acredito que sim. Quando existe uma pré-existência, é muito diferente de quando se constrói de raiz. Quando se constrói de raiz não existe uma marca tão forte, uma memória, um desenho tão preciso, embora possa existir, mas não tão marcante. Portanto para mim, apetece-me sempre trabalhar a partir daquilo que existe. Sempre.

Mas mesmo quando estou a trabalhar num território onde não há uma construção, há sempre uma orientação, uma topografia, uma árvore, um muro, uma vista, há qualquer coisa que nos permite estabelecer uma relação com o lugar, que é uma coisa fundamental, mesmo quando se constrói de raiz. E mesmo em casos em que se admite a demolição de uma pré-existência, para dar lugar a uma nova construção pode haver temas da mesma. No limite, uma implantação, que pode de alguma forma relacionar-se com a pré-existência demolida. Há sempre marcas, há sempre matrizes e possibilidades de aproveitar algo, alguma coisa que vem da pré-existência.

É curioso falar nisso, porque eu parti para a investigação deste tema, precisamente porque no âmbito da cadeira de projeto, eu propus a demolição da pré-existência, atendendo a que não lhe reconheci valor. Contudo, no fim de desenvolver e defender a minha proposta, percebi que afinal eu aproveitei algo da pré-existência, embora tratando-se de coisas imateriais, como alinhamentos ou cérceas, mas aproveitei.

Exatamente. Eu também acho isso. Trabalhar a partir de uma pré-existência tem de ser um exercício natural. Um exercício em que apenas se mantém a pré-existência por manter, torna-se artificial, torna-se ridículo. Por exemplo, se para manter uma pré-existência, eu preciso de uma super estrutura para a manter de pé, isto torna-se absurdo. Quando eu digo natural, é porque ela (pré-existência), de alguma forma condiciona o exercício da arquitetura, do projeto, mas não deve ser artificial. Deve sim, ser integrada no projeto como algo natural. Caso contrário, pessoalmente, prefiro que se anule.

Para mim, a recuperação e a reabilitação só fazem sentido a partir desta premissa: o edifício ajusta-se ao novo programa, comporta-o, quer do ponto de vista construtivo, quer do ponto de vista da qualidade espacial, é relevante, é importante, e portanto à que mantê-lo. De outro modo não faz muito sentido.

Se estamos a falar de monumentos, é uma coisa, aí mantêm-se o princípio de intocável, mas se estamos a falar de uma arquitetura corrente, civil, devemos reabilitar sempre que se justifique, e não transformar isso num exercício artificial.

Por exemplo, a ideia de manter quatro fachadas é algo que me irrita profundamente. O manter um invólucro, que muitas vezes não tem nada a haver com o interior...

Uma coisa é quando mantemos o exterior, e o interior está tão degradado que o deitamos abaixo, mas mantemos os mesmos princípios de organização interna, os mesmos princípios tipológicos, aí estamos a falar de reabilitação.

Nunca esquecendo que reabilitar é transformar, e que transformar significa, a mudança de programa, ou não, e o atualizar, ou seja, dar novas condições de habitabilidade. Este é seguramente um tema importante, como sempre foi. Aliás, todos os edifícios que se mantêm até hoje, foram os que tiveram a capacidade de mutação, de adaptação às novas necessidades.

Agora é preciso perceber se essas adaptações põem em causa a própria integridade o edifício, caso assim seja, mais vale demolir, é o que eu acho. Por outro lado, se é perfeitamente ajustável quer do ponto de vista tipológico, quer do ponto de vista da relação interior-exterior, quer construtivo, então faz todo o sentido reabilitá-lo.

Não se pode entender a arquitetura como envolvente, e o interior como outro tema, é aqui que me parece quase impossível pensarmos nisto de forma desligada.

Aquando da intervenção do Laboratório Químico, foi descoberta uma sala do século XIX, que foi completamente destruída em prol de elementos arquitetónicos descobertos entretanto, que remontavam ao século XVI.

Considera que nesta fase da sua vida profissional enquanto arquiteto, detinha mais audácia para conseguir tomar esta decisão, do que no início da sua carreira? Ou acha que fosse em que altura fosse, teria tomado a mesma decisão? Pois da minha interpretação relativamente por exemplo à Casa de Chá, o Arq. João teve o cuidado de quase não tocar na pré-existência. Existe algum fundamento de verdade na minha afirmação?

Isso é muito verdade. Na Casa de Chá, eu não me sentia tão à vontade para intervir em contextos históricos, pelo que fizemos uma peça muito autónoma e reversível, que se pode tirar em qualquer altura. Aí não se procurou a síntese entre o passado e o presente, procurou-se precisamente uma espécie de oposição entre o passado e o presente, e o que se fez foi um objeto muito autónomo do ponto de vista da implantação, dos materiais e da sua utilização, mas ao mesmo tempo aquela peça nasce dali, não a consigo ver sem ser ali. Tem a haver um bocadinho com a ideia de que, se existia aquela ruína do século XII, do Paço das Infantas, qual era a possibilidade de voltar a habitar aquele espaço? Portanto esta ideia de um espaço interior, dentro de um espaço interior, era o tema. Era preciso criar as condições necessárias, para voltar a introduzir a questão da habitabilidade dentro da ruína. Portanto a escolha da implantação é decisiva neste tema, nesta ideia de reforçar os aspetos interiores da ruína. No fundo, joga-se um bocadinho na oposição, através de elementos verticais muito fortes, com as ruínas que constituem dois planos horizontais extensos, a alvenaria de pedra escura e texturada, em oposição aos elementos de vidro lisos e transparentes, portanto há aqui uma dualidade de materiais e sistemas construtivos, que jogam exatamente nesse confronto, mas sempre a partir muito da pré-existência.

Ainda ao nível da implantação, a esplanada com visibilidade a sul e a poente, tem tudo a ver com a função da Casa de Chá. Não se toma chá de manhã, toma-se ao final da tarde.

(risos)

Nesta obra existem pequenos sinais, subtilezas, que em muito têm a ver com a leitura que se faz da ruína. Por exemplo o escadote, que dá acesso a uma namoradeira, evidência a existência outrora de um segundo piso, ou a introdução de um material novo, diferente de tudo o resto, no pavimento do Paço das Infantas, para marcar como se fosse um pavimento de interior, podemos ainda referir a escada que surge no percurso até ao Paço, que é em betonilha com cimento branco, cujo degrau junto do Paço é já em mármore branca para marcar a transição dos espaços.

Portanto a leitura da ruína, está implícita nestas subtilezas, há essa autonomia material e de implantação, mas simultaneamente, há pequenos sinais que a “amarram” à ruína. Mas eu

reconheço que há aqui uma tentativa de não confrontar a pré-existência, e assegurar a possibilidade de tirar este equipamento, e manter tudo exatamente como estava. Portanto, quando se toca ou estabelece relação com a pré-existência, é sempre de forma muito subtil.

Já no Laboratório Químico isso não acontece, há outro à vontade, e muito mais uma ideia de continuidade, embora exista também este momento importante de reflexão que passa pela destruição da sala do século XIX, mas há também uma recuperação implícita depois desta descoberta, desta revelação, que é feita já em obra, pelo que resolvemos apostar nela e transmiti-la de forma muito clara.

Supostamente este edifício pombalino teria sido construído de raiz, mas afinal estava montado sobre um edifício do século XVI, e toda a matriz do edifício tem a ver com a implantação do edifício pré-existente, mesmo que depois com o tempo tenha ficado invisível, oculto. Ao serem descobertas algumas estruturas, como janelas ou o púlpito no antigo refeitório, foi possível perceber que se tratava exatamente da mesma implantação. Portanto mesmo quando se pensa que se arrasa, e que vai construir de novo, às vezes o que determina a nova implantação do edifício, é algo que vem da pré-existência. Pelo que, eu acho que esta leitura histórica do edifício clarifica sempre também o uso contemporâneo, porque nós tínhamos algumas indecisões relativamente a este espaço, e depois desta descoberta clarificamos também de forma muito mais evidente o uso contemporâneo.

Ainda relativamente ao Laboratório Químico...Afirmou que esta era uma intervenção de continuidade, apesar de haver ali uma rutura devido à destruição da sala do século XIX.

Se tivesse optado por ignorar os elementos arquitetónicos do século XVI, não considera que essa teria sido uma rutura ainda maior, com a memória daquele lugar?

Ali o que tentamos fazer foi, a síntese possível entre tradição e modernidade. E isso engloba dar resposta ao programa e perceber se dessa forma, o programa fica resolvido de forma mais eficaz. Por outro lado, como é que colocávamos em confronto tempos diferentes? Pois estavam ali representados o século XVI, XVIII e XIX, pelo que foi preciso saber como é que colocávamos em confronto, ou diálogo se quisermos, marcas de tempos distintos. Para mim foi clarificador, só com a escala do século XVIII, é que fazia sentido manter a leitura dos elementos do século XVI, pois só assim se entenderia a relação desses elementos com o espaço, portanto para mim tornou-se claro que teria de usar a escala do século XVIII.

O que se mantém do século XIX, são as aberturas que estão ainda desenhadas neste espaço, e que definem a envolvente da sala

Em várias conversas ocorridas em ambiente de aula, as suas intervenções assumem o papel principal. Uma das obras que suscita algumas dúvidas, é a das Estufas Tropicais do Jardim Botânico de Coimbra, pois comenta-se sempre a demolição de um elemento supostamente centenário, que ainda não consegui perceber muito bem qual era. Na sua monografia – João Mendes Ribeiro (2003 – 2016), a única alusão a uma rutura com a pré existência, é a remoção de uns canteiros que foram substituídos por um lago. Pode explicar melhor esta sua intervenção?

A estufa onde eram plantados os nenúfares, situava-se junto da estufa principal (a poente). Era uma estufa muito baixinha, e que tinha um problema relacionado com as visitas, porque enquanto a estufa principal era uma estufa de grande escala, esta não o era. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de estufas ligadas ao ensino, portanto a importância da circulação por parte do público e de estudantes era fundamental. São estufas científicas. No princípio, o que me foi pedido foi que de alguma forma reabilitasse esta estufa, e encontrasse uma forma de a tornar visitável a partir do exterior, ou seja, que fosse possível do exterior, visualizar o interior.

A escala deste edifício era tão desajustada face à estufa principal, que uma pessoa junto desta pequena estufa era maior, ou seja, mais alta do que a mesma. No princípio ainda tentamos, mas depois fizemos um estudo rigoroso, não só histórico, mas também sobre os aspetos construtivos, e verificamos que esta estufa era uma estufa dos anos quarenta, e que construtivamente consistia num sistema de cantoneiras “T” que estavam completamente corroídas, e não tinham qualquer hipótese de recuperação, portanto a solução era fazer tudo de novo. Pelo que acreditamos que não valia a pena preservá-la, até porque, ela tinha outros problemas, como o de não permitir a circulação pretendida, e do ponto de vista da escala como já mencionei, também me parecia muito pouco interessante em relação ao volume da estufa principal, pelo que aquilo que entendemos foi que não deveríamos reconstruí-la.

Pelo contrário, a estufa principal era em ferro fundido, e apesar de ser muito mais antiga estava em ótimo estado, e o que nós fizemos foi transportar a planta da Vitória para o espaço central da estufa principal. Abandonamos portanto a pequena estufa do nenúfar, destruimo-la, e fizemos um tanque que é o negativo da mesma, ou seja, deixamos lá uma marca, mas é uma marca que funciona precisamente como o negativo, e não o positivo, e transportamos então a estufa para o volume principal.

Ao nível da estufa principal, foram demolidos os canteiros que existiam ao centro da mesma, para dar lugar ao novo lago com cinquenta centímetros de profundidade, e foi demolida também uma galeria que existia em torno da estufa, muito feia, construída em betão nos anos cinquenta. Ou seja, não introduzimos nada de novo ao projeto, o que fizemos foi manter esta galeria, o que me pareceu interessante sob o ponto de vista cénico, mas de forma ligeira e colocar duas escadas em

caracol, em cada uma das extremidades do lago, que mergulham na água. Manter esta galeria, deveu-se também ao propósito de manter uma leitura vertical deste espaço, a galeria tinha era de ser feita com outra delicadeza.

A leitura vertical do espaço, foi também enfatizada através do lago em chapa de aço pintada a preto, cujo reflexo dota o espaço de uma forte carga cénica.

Esta intervenção visou ainda a implantação de um sistema de aquecimento novo, para substituir o existente que já não estava a funcionar bem, e resolver a questão da manutenção dos envidraçados. Eram vidros com três milímetros de espessura que se partiam com frequência, e haviam alguns acidentes, por outro lado, eles tinham de ser caiados todos os verões porque havia excesso de sol, de luz, no interior e essa manutenção era muito difícil, não só por questões de segurança por parte dos funcionários que a realizavam, mas também por questões financeiras, pois era uma manutenção que tinha de ser realizada todos os anos.

A ideia começou por tentar encontrar um vidro que desse resposta a esta questão térmica, e encontrar um dispositivo de controlo de luz e temperatura.

Portanto o que fizemos foi trabalhar com a Covina, uma companhia vidreira nacional, para ser desenvolvido um vidro especial aqui para a estufa, vidro esse, que tem cerca de sete milímetros de espessura. Não podíamos aumentar muito mais à espessura, pois tinha de ser um vidro que funcionasse do ponto de vista térmico, pelo que tratasse de um vidro duplo, laminado, que tem um corte térmico no meio. Se este vidro tivesse mais espessura, eu não conseguiria manter aquele tipo de perfil e também queria manter o betume por fora, caso contrário, alterava muito o aspeto. Tivemos muita sorte, porque este vidro introduz mais vinte quilos por metro quadrado, mas foram realizados os ensaios e a estrutura comporta perfeitamente este peso, pelo que não foi necessário fazer nenhum reforço estrutural, o que foi muito bom.

Ainda no que respeita ao controlo de luminosidade, colocamos estores pelo interior, por fora teria sido muito melhor, mas o impacto visual causado seria muito, pelo que resolvemos fazer pelo interior. Mais uma vez, a pesquisa que fizemos foi determinante pois descobrimos através de fotografias antigas, que os vidros não eram caiados e que a estufa tinha estores por dentro. O problema aqui, é que antes tudo era feito de forma manual, por exemplo o abrir as janelas de cima podia tornar-se muito complicado. O que nós fizemos então, foi estudar um mecanismo centralizado para abrir e fechar os estores e as janelas de forma eficaz e automática, sempre de acordo com os níveis de luminosidade, temperatura, ventilação e humidade pretendidos. Por exemplo se o programa deteta que existe excesso de sol, automaticamente fecha os estores.

Portanto nós não fizemos nada de novo, a dificuldade aqui foi colocar toda esta rede de infraestruturas brutal, em que tudo fica à vista, pelo que teve de ser devidamente integrada, pelo que tudo isto fez parte do desenho da estufa.

Outra particularidade desta estufa, é que mais uma vez em obra foram feitas descobertas.

A fachada norte deste edifício, é uma parede cega, e a entrada dá-se ao centro do edifício mas pela fachada sul. O que me parecia era que o edifício voltava costas a norte, também por questões solares óbvias, mas aquilo que nós fizemos foi abrir aqui (ao centro do edifício na fachada norte) uma porta, pelo menos uma porta.

(risos)

E colocamos uma escada, para vencer a plataforma e chegar assim à porta na fachada norte. Quando fomos abrir a porta, a porta já lá estava. Estava atrás dos rebocos. Portanto o que eu digo é isto, esta clarificação do programa, ligada com a relação interior-exterior e com a implantação do edifício para um uso contemporâneo, que tem a ver com as questões que os arquitetos levantam, o edifício já tinha uma resposta.

Quando descobriram a mencionada porta, não sentiu que estava a fazer o que era certo?

Senti claramente. Tenho essa convicção. Eu iria sempre fazê-lo, mas é muito interessante quando isto acontece, que é descobrirmos no próprio edifício a partir de uma investigação na obra, que as minhas convicções estavam certas. É mesmo muito interessante, quando descobrimos que aquilo que estamos a fazer não é nada de novo, que já lá estava, não era visível, não era identificável, mas de repente está lá. O que é muito estimulante. As pessoas normalmente têm este horror à história e à arqueologia, acham sempre que são entraves, eu não acho que sejam entraves nenhuns, muito pelo contrário, são as respostas.

Eu percebo também que por vezes há historiadores e arqueólogos que têm uma visão muito voltada para o passado, é a sua área de intervenção, e entendem o edifício histórico ou a pré-existência, como um testemunho exclusivamente do passado, e portanto “congelam-no” no tempo, e isso é a morte do edifício. Eu sou completamente contra essa visão, para mim se os edifícios não são habitados morrem. E os arquitetos têm sempre essa capacidade de perceber, que é muito importante o passado, mas que também é muito importante o futuro. Como eu costumo dizer, os arqueólogos são nostálgicos com o passado, eu sou nostálgico com o presente, e principalmente com o futuro. A minha expectativa é em relação ao futuro.

Durante uma entrevista, referindo-se à decisão de destruírem uma sala do século XIX no Laboratório Químico disse que *“Na verdade o que acontece é isso, de mil arquitetos, tens mil respostas diferentes.”*²

Na sua opinião, o valor de uma pré-existência, em estado de *ruína* ou não, é inevitavelmente subjetivo?

Nesta altura da entrevista acho que esta pergunta está mais do que respondida.

Sim, já está respondida.

A Casa da Escrita, é uma intervenção complexa, que para além de visar a preservação de elementos arquitetónicos da pré-existência, manifesta uma grande preocupação em identificar devidamente, quais são os novos elementos da mesma. Muito se poderia falar sobre esta obra. Contudo, a minha curiosidade relativamente a esta obra, prende-se com a cor. Para além das questões, obviamente relacionadas com a luminosidade e o efeito sensorial de ampliação do espaço, existe mais alguma razão para ter pintado a pré-existência de branco (tetos em estuque, as paredes os lambris e os rodapés)? Acha que a uniformização da cor entre todos estes elementos, poderá dota-los de uma linguagem mais contemporânea ou até mesmo minimalista, ajudando assim na síntese entre o passado e o presente?

Essa é já meia resposta.

(risos)

No fundo aquela casa é feita da soma de tantos tempos, e de tantas intervenções, e tinha espaços completamente distintos que eventualmente ganharam sentido de unidade a partir da cor. Trata-se de uma casa excessivamente recortada, com muito detalhe, espaços completamente diferenciados e de alguma forma tentou-se encontrar uma síntese a partir da cor, esse é um tema. O outro, e vou dizê-lo porque o acho muito importante, é talvez das coisas que eu não consegui resolver na Casa da Escrita. A casa era muitíssimo caracterizada por papéis de parede, e nós fizemos uma investigação e conseguimos descobrir que eles vieram de Inglaterra, porque no verso tinham datas dos anos quarenta, ou seja, foram introduzidos nos anos quarenta. De facto estes papéis de parede, deixavam uma marca muito forte. Nós tentamos duas hipóteses, uma era verificar se aqueles papéis existiam, e fizemos contatos para Londres para ver se era possível recuperar aquele papel, e ser exatamente o mesmo e não inventar. Contudo, verificamos que isso não era possível, existia ainda a marca curiosamente, mas aqueles padrões tinham desaparecido. A outra hipótese que ainda hesitei, mas depois achei que era muito naquilo que me irrita muito, quando se fala em

² Entrevista a João Mendes Ribeiro realizada por Francesca Vita em 15 de Junho de 2012, Coimbra

reabilitação, que era deixar um fragmento de papel em cada espaço. O papel estava perfeitamente degradado, arruinado, mas a ideia passava por aproveitar os pedaços que ainda se encontravam em bom estado, então pensei que ainda poderia ter uma parede com papel e o resto da divisão não... ou mesmo que não fosse a totalidade da parede, era possível “congelar” algum papel na parede. Só que eu acho que entrava naquilo que considero profundamente irritante, que é, para deixar uma marca neste processo de reabilitação, não pensando a partir do espaço e da unidade de espaço, pelo menos compartimento a compartimento, para deixar “congelada” uma memória que era da casa, mas que vai ter um registo completamente diferente, porque vai-se ler como uma espécie de fragmento. É evidente que é um legado, uma memória, mas é como se fosse uma coisa museológica, porque não tem a ver com o espaço, trata-se apenas de um pequeno fragmento. Hesitei devo dizer, porque eu gostava muito dos papéis, e ainda tentamos e fizemos ensaios mas pensei, não, isto se calhar não vai funcionar, mas hesitei precisamente devido a esse legado, a essa memória. Portanto, a primeira tentativa foi recuperá-los, a segunda pensei que se então não era possível recuperar, vou deixar um fragmento dessa memória, ou não deixo? Depois cheguei à conclusão que estava um bocadinho nessa caricatura de fazer reabilitação, e então pensei, bem já que não tenho essa oportunidade, se calhar a oportunidade de pintar tudo de branco permite de alguma forma dar uma unidade espacial e temporal que o edifício não tinha. O que eu não pretendia, era ficar num registo que era claramente ambíguo e que tornava-se quase um artefacto, em que só serviria para questionar as pessoas, e não propriamente resolver um problema. Pensei que podia portanto anular. Mas a verdade é que apesar de serem papéis de parede muito grossos e texturados, com cores vivas, e que dão um certo ambiente, foram introduzidos nos anos quarenta, portanto são relativamente recentes, não remontavam ao tempo de construção desta casa. Do outro lado da rua, as pré-existências, não se sabe muito bem, mas haverá eventualmente uma matriz que é medieval mesmo, e portanto esta é uma casa cheia de soma de tempos, mas abdicar dos papéis não foi para mim uma coisa pacífica. Mas a verdade é que eu acredito que há hesitações, e depois têm que se tomar opções... porque isto também não é uma fórmula exata.

Mas para teres noção, no caderno de encargos estava contemplada a recuperação de todos os papéis de parede. Por isso é que eu digo que é meia resposta, meia história.

(risos)

No Palheiro na Cortegaça, em Mortágua, a sua intervenção já passou pela demolição de alguns elementos da pré-existência, que considerou dispensáveis ao programa, como foi o caso do volume mais baixo adossado ao corpo principal, que eventualmente serviria como armazém.

Qual foi o elemento da pré-existência desta obra, cuja preservação não abria mão?

O palheiro é uma construção muito elementar, mas com regras muito claras. A planta dividida ao meio, tinha uma zona em alvenaria de pedra, onde era uma espécie de armazém agrícola, para guardar as alfaías, o trator e assim. Depois tinha uma escada muito, muito inclinada, que servia a casa do caseiro que estava no piso superior, e tinha uma zona que era constituída por estruturas em madeira. Cá fora existia um alpendre, em que o telhado descia muito, portanto era muito tenso. Isto também tem uma história, todos os projetos têm uma história, e o mais interessante deste projeto é que a casa-mãe estava em final de obras, e eu fui convidado a terminar essas obras. Mas a verdade é que a obra estava praticamente feita, não havia nada a fazer, era acabar e pronto, estava fechado. Não me pareceu que fizesse muito sentido, fazer ali qualquer tipo de intervenção. Mas existia ali ao lado um palheiro, e eu disse à cliente: se quiser eu faço para ali um projeto.

(risos)

A história deste projeto começou assim. Nesta obra o que me pareceu importante mesmo, foi a questão dos materiais predominantes, que eram a alvenaria de xisto e a madeira. Manter os mesmos materiais, e aquilo que também me parecia interessante, aqui que era o rigor da forma pois em planta, isto é meio-meio, e dividindo em três, dá precisamente três módulos de cinco por cinco. Portanto havia aqui uma composição modular, que me parecia muito interessante. Tudo o que foi acrescentado a essa composição modular, eu retirei. E depois a ideia era fazer o menos ruturas possível em relação à pré-existência, para cumprir o novo programa, mas é evidente que há aqui uma alteração relativamente importante espacial, que é a introdução do pé-direito duplo na sala que antes não existia.

Isto era um galinheiro, e depois tinha a tal escada inclinada para aceder lá cima à casa do caseiro. Só se conseguia circular confortavelmente ao centro, devido à inclinação das águas do telhado, e então o que fizemos foi olhar para a pré-existência, e perceber o que é que tinha de se manter. Pareceu-nos lógico que este espaço (sala), tinha que ser diferente, e ter outra dimensão e essa dimensão é dada pela vertical, portanto anulamos o pavimento de parte do segundo piso, e rodamos a escada ao eixo do edifício. Ao nível dos vãos, tudo foi deixado pela pré-existência, à exceção de uma única porta. Portanto não inventamos nada novo. Eu diria que há uma nova possibilidade de habitação, que é claramente contemporânea, mas que não estabelece ruturas de forma alguma com a materialidade ou espacialidade da pré-existência. No fundo, é também perceber muito bem as regras construtivas e espaciais possíveis, e manter as mesmas relações interior-exterior. Por exemplo, no piso superior a solução de colocar a mobília junto das extremidades, onde o pé-direito é mais baixo, mantem a circulação facilitada ao centro, conforme se verificava na pré existência. Outra curiosidade nesta obra, é que foram recuperados os sistemas construtivos tradicionais e as madeiras. Por exemplo nas zonas de água, como cozinha e quartos de

banho, fomos procurando soluções tradicionais que passaram pela aplicação de uma betonilha queimada com óxido de ferro, de forma tradicional. Esta betonilha faz tudo, faz a base do duche, faz os pavimentos, a banca da cozinha, pelo que aqui esta implícita a recuperação de alguns sistemas construtivos tradicionais que entraram em desuso, mas sempre com uma leitura contemporânea. Devo dizer que foi difícil encontrar quem fizesse este trabalho de betonilha. Estalava tudo, tivemos de o fazer duas ou três vezes... até que fomos buscar um senhor muito velhinho, que fez isto toda a vida. Se não fosse ele não tínhamos conseguido.

Para além do valor histórico e arquitetónico que possa ser atribuído a uma *ruína*, existem *ruínas*, que são apenas *ruínas*. Porém, por vezes possuem uma componente sentimental, por serem a memória de algo ou de alguém.

Em algum momento sentiu, que uma pré-existência tinha unicamente valor sentimental, que justificasse a sua preservação? Na sua opinião, o valor sentimental por si só, é um fator igualmente preponderante na decisão de preservação?

Sim, pode ser, pode ser. Mas há aqui uma coisa que me parece importante, porque há várias possibilidades. Há uma possibilidade, que passa por não dar resposta ao programa, nem às novas necessidades, mas quero manter a ruína. E isto é um processo artificial, que passa por manter a ruína “congelando” um tempo. Outra coisa é deixar que a ruína se desfaça. E aí já é uma atitude diferente, porque aí já é um processo inverso, que é muito interessante, que passa por aproximar a ruína da natureza, e o envelhecimento das peças ficam muito próximos da natureza. Isso é uma atitude muitíssimo interessante, que no fundo é pensar que de alguma forma, ela se aproxima do seu ponto inicial da sua não-existência. Mas é um processo de anos e anos.

Eu acho que isso em alguns casos pode fazer sentido, porque não se trata de “congelar”, mas sim de perceber o legado, e a memória que associamos à aquela ruína, e que depois deixamos envelhecer e morrer naturalmente. Pode fazer sentido. O que me custa aceitar sempre, é uma certa artificialização da ruína, isso a mim incomoda-me, ou transformar tudo em espaço museológico, não faz sentido, a não ser, vá, em monumentos e edifícios que devam ter essa importância, agora não pode ser tudo museu. Portanto eu prefiro a ideia de que ela é integrada no novo, e é habitada, e faz parte da lógica do novo espaço, ou da nova vivência, ou então deixá-la ir morrendo naturalmente.

Faz parte da condição natural das pessoas e dos materiais. A verdade é que para além do conhecimento do edifício, tem que haver uma espécie de encantamento pelos edifícios, porque se não houver, isto é, se não retirar dali nada de interessante, a empatia com o edifício não acontece, e portanto não faz sentido. E isso muitas vezes não tem a ver com o real significado que se possa

dar aos edifícios. Tem a ver com aquilo que estás a dizer, pode haver aqui memórias afetivas, muitas outras histórias, que transformam aquele edifício numa coisa importante para nós. E isso é um tema importante. Eu acho que as coisas não devem ser catalogadas, por exemplo o meu respeito ou interesse pelo palheiro, é o mesmo que tenho por um edifício classificado. A minha dedicação é a mesma, tenho é de sentir essa empatia pelo edifício. Mas é muito isso, a forma como abordamos a pré-existência, tem a ver muito com aquilo que transportamos em termos de memória, de significados, e uma certa empatia que se possa ter com a experiência no lugar. Ou nos apaixonamos ou não nos apaixonamos.